

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI

LOURDES PEREIRA DO AMARAL

**O TURISMO COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO
SOCIOAMBIENTAL – O CASO DA USINA HIDRELÉTRICA ITÁ / SC-RS**

Balneário Camboriú – SC

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LOURDES PEREIRA DO AMARAL

**O TURISMO COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO
SOCIOAMBIENTAL – O CASO DA USINA HIDRELÉTRICA ITÁ / SC-RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial ao Programa de Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria para a obtenção do título de Mestre em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Dóris Van de Meene Ruschmann.

Balneário Camboriú – SC

2010

~~LOURDES PEREIRA DO AMARAL~~

~~O TURISMO COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO
SOCIOAMBIENTAL – O CASO DA USINA HIDRELÉTRICA ITÁ/SC~~

~~Dissertação apresentada e julgada no Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Turismo e Hotelaria – Mestrado acadêmico, da Universidade do Vale do Itajaí, Campus de Balneário Camboriú, para obtenção do título de mestre em Turismo e Hotelaria pela seguinte banca examinadora:~~

~~Área de concentração: Planejamento e Gestão do Turismo e da Hotelaria~~

~~Balneário Camboriú, ____ de _____ de 2010.~~

~~_____
Prof^a. Dra. Dóris van de Meene Ruschmann.~~

~~Orientadora:~~

~~_____
Examinador~~

~~_____
Examinador:~~

~~_____
Examinador:~~

AGRADECIMENTOS

Agradeço à todos aqueles que participaram direta ou indiretamente da minha vida, acompanhando e contribuindo de alguma forma para a minha revolução humana, no entanto, meu reconhecimento especial:

Ao Ferdinando pelo amor, carinho, confiança, dedicação, força, encorajamento e companheirismo em todos os momentos da minha vida desde sempre e eternamente. Sou imensamente grata pelo suporte financeiro que possibilitou a realização do mestrado, pelo incentivo à escolha do tema deste estudo e também pelas críticas que em muito contribuíram para o enriquecimento desta produção.

Aos meus queridos pais José Luiz e Iracema, minha gratidão também é extensiva à minha família Amaral pelo carinho e apoio.

À minha orientadora professora Dra. Dóris Van de Meene Ruschmann pelo respeito às minhas convicções e liberdade para produzir. Principalmente pela força e compreensão como conduziu e me orientou durante a realização desta dissertação.

Aos professores Paulo Pires, Marcelo Valente e alunos do curso de graduação da UNIVALI pela acolhida no estágio de docência.

Aos professores que integraram a banca de qualificação e defesa final, pela participação e partilha de seus conhecimentos para o enriquecimento deste trabalho.

Aos amigos de todos os lugares e em todos os lugares, especialmente à Marina Wöhlke (salve a professorinha) e Suélin sempre presentes incentivando e colaborando para esta conquista.

Aos colegas de Mestrado que se reúnem na UNIVALI, alunos procedentes do Monte Caburaí ao Chuí, por acreditar que o turismo é uma grande força para o desenvolvimento do nosso país.

Reconheço e sou imensamente grata à comunidade de Itá, em especial aos Senhores Egon e Quirino e Senhora Lucia. À Associação dos Municípios Lindeiros a Barragem de Itá - AMULBI, à Prefeitura Municipal de Itá e ao Centro de Divulgação Ambiental- CDA / Consórcio Itá pelo fornecimento de material e informações fundamentais para a concepção deste estudo.

“Mas não basta p’ra ser livre
ser forte, aguerrido e bravo;
povo que não tem virtude
acaba por ser escravo.”

(Hino Rio-Grandense)

RESUMO

O turismo se destaca como área de estudo de grande abrangência multidisciplinar. O reconhecimento de sua importância para as sociedades atuais é proporcional ao seu crescimento no mundo. Na busca por alternativas para as questões ambientais nos processos que envolvem o uso múltiplo de recursos naturais, observa-se uma relação intrínseca entre águas, turismo e desenvolvimento. Esta relação levanta diferentes possibilidades para a elaboração de programas de desenvolvimento do entorno de usinas hidrelétricas, tendo o turismo como instrumento e indutor de desenvolvimento sustentável local. Assim, se contextualiza o turismo em ambientes compartilhados e as alternativas que se apresentam com o desenvolvimento da atividade com abordagens sustentáveis, evocando a legislação pertinente ao uso múltiplo dos recursos hídricos no Brasil. O estudo abrange uma análise das atividades e iniciativas empregadas para o desenvolvimento socioambiental e sua relação com o turismo na área de influência da Usina Hidrelétrica de Itá / SC-RS. O tema se reveste de importância para áreas correlatas enquanto contribuição técnica ao processo de elaboração dos programas socioambientais de usinas hidrelétricas. Trata-se de um estudo qualitativo com caráter exploratório-descritivo configurando um estudo de caso, desenvolvido com base bibliográfica e documental. Como instrumentos de coleta de dados foram aplicados questionários e entrevistas semi-estruturadas junto a atores sociais (no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento e Turismo de Itá; do Centro de Divulgação Ambiental do Consórcio Itá; liderança da comunidade e da Associação dos Municípios Lindeiros à Barragem de Itá) envolvidos com o entorno do reservatório. Os resultados apontam que planejamento e implementação de programas turísticos quando estruturados em sinergia com a iniciativa privada, a sociedade e o poder público, podem fomentar o desenvolvimento sustentável das áreas de influência de reservatórios das usinas hidrelétricas, por meio de programas socioambientais, além de contribuir com os atores sociais na prevenção e mitigação de impactos da atividade da geração de energia hidrelétrica.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Turismo. Programa socioambiental. Uso múltiplo. Usina Hidrelétrica Itá.

ABSTRACT

Tourism is a broad and multidisciplinary area of study. The recognition of its importance to contemporary societies is proportional to its growth worldwide. There is an intrinsic relationship between water, tourism and development in the search for alternatives to environmental issues in cases involving multiple uses of the natural resources. This relationship raises different possibilities for the design of development programs around hydroelectric power plants, with tourism as a tool and inductor of local sustainable development. Thus, tourism is placed in a context of shared environments, and alternatives that are presented for the development of the activity, with sustainable approaches, citing the legislation relating to the multiple use of the water resources in Brazil. The study includes an analysis of the activities and initiatives employed for socio-environmental development and its relationship with tourism in the area around the Hydroelectric Power Plant Itá / SC-RS. This topic is of importance to related areas, as a technical contribution to the process of drawing up socio-environmental programs for hydroelectric power plants. This is a qualitative study with an exploratory-descriptive approach, configured as a case study, developed based on a literature and document review. Data were collected using questionnaires and semi-structured interviews with the social participants (at the Department of Development and Tourism of Itá; the Center for Environmental Dissemination of the Consortium of Itá, community leaders, and the Association of Municipalities bordering the Itá Dam) involved in the area around the reservoir. The results show that the planning and implementation of tourism programs, structured in synergy with the private sector, society and government, can promote sustainable development in the catchment areas of reservoirs of hydroelectric power plants, through socio-environmental programs, as well as benefiting the social players in the prevention and mitigation of the impacts of hydroelectric power generation.

Key-words: Local development. Tourism. Socio-environmental programs. Multiple use. Itá Hydroelectric Power Plants.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 METODOLOGIA	8
1.1 Caracterização da pesquisa	8
1.2 Classificação metodológica	10
1.3 Instrumentos de coleta e análise dos dados	12
2 O TURISMO EM AMBIENTES COMPARTILHADOS	15
2.1 O desenvolvimento do Turismo	15
2.2 Desenvolvimento local e alternativas socioambientais	22
2.3 Usos múltiplos das áreas do entorno de UHE	26
2.4 Abordagens sustentáveis para o turismo	31
3 BASES PARA O USO DO ENTORNO DE USINAS HIDRELÉTRICAS	37
3.1 Os compromissos socioambientais	37
3.2 Compensação e mitigação - medidas e aspectos legais	43
4 O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO - UHE ITÁ	48
4.1 A atividade turística no entorno dos maiores reservatórios do Brasil	48
4.2 O turismo no programa socioambiental da Itaipu Binacional	52
4.3 A UHE Itá – Especificidades da região lindeira	56
4.3.2 O plano diretor da UHE Itá	72
5 O TURISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL	75
5.1 O turismo na relação do desenvolvimento do entorno na visão dos atores sociais	75
5.2 O programa socioambiental da UHE Itá	80
5.3 Os benefícios do turismo para a UHE e entorno dos reservatórios	87
5.4 Discussão dos resultados	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICES	109

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Figura temática da região lindeira ao Lago de Itaipu.	55
Figura 2– Regiões hidrográficas brasileira.	57
Figura 3 – Região hidrográfica do rio Uruguai.	58
Figura 4 – Localização da UHE Itá em relação a América do Sul e região Sul do Brasil.	59
Figura 5 – Imagem dos municípios que compõem a região lindeira a UHE Itá.	62
Figura 6 - Imagens da praia, torres da igreja submersa e equipamentos turísticos, em Itá.....	70
Figura 7- Imagem do reservatório formado pela Usina Hidrelétrica Itá.	73
Figura 8 - Imagem de placa às margens do lago da UHE, em Itá/SC.....	83
Figura 9- Imagem da praia artificial formada após construção da UHE, em Itá/SC...	84
Figura 10- Imagem de equipamentos para lazer no lago, em Itá/SC	84
Figura 11 - Imagens de áreas rurais próximas ao lago, em Itá.....	86
Quadro 1 - Efeitos positivos do turismo	19
Quadro 2 - Etapas para o Licenciamento Ambiental de usinas hidrelétricas	45
Quadro 3 - Reservatórios com potencial turístico – segundo a ANA.....	51
Quadro 4 - Produções científicas da UNIVALI, FURB e UCS.....	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

ANA – Agência Nacional de Águas

CDA – Centro de Divulgação Ambiental

CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul

CESP – Companhia Energética de São Paulo

CFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica

EIA – Estudos de Impactos Ambientais

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo

FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MHE – Mega Usina Hidrelétrica

MME – Ministério de Minas e Energia

OMT – Organização Mundial do Turismo

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente

PNRH – Plano Nacional de Recursos Hídricos

PNT – Plano Nacional de Turismo

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

UHE – Usina Hidrelétrica

INTRODUÇÃO

O turismo destaca-se como área de estudo de grande abrangência multidisciplinar. O reconhecimento da sua importância para as relações entre as dimensões socioambientais na sociedade contemporânea é proporcional ao seu crescimento no mundo. De modo que o turismo pode ser considerado uma atividade potencial na busca de uma solução para amenizar as questões ambientais, capaz de se constituir em alternativa para o desenvolvimento local e/ou regional. No entanto o desafio maior da atividade é promover o desenvolvimento com práticas sustentáveis.

Neste contexto a atividade turística permite diferentes possibilidades para o desenvolvimento do entorno de reservatórios de usinas hidrelétricas – UHE e suas áreas de influência. As empresas concessionárias de UHE adotam programas de mitigação de impactos ambientais e sociais, onde num processo de uso múltiplo também inclui o turismo entre as alternativas para atingir seus propósitos, desde que a atividade atenda os interesses dos atores sociais locais. Os planos e programas que devem ser elaborados com a participação da população atingida direta ou indiretamente pela construção do empreendimento, apontam os compromissos assumidos pelas concessionárias de UHE.

Estes compromissos são estratégias que visam assegurar as condições necessárias para a produção de energia, de modo que muitos conflitos gerados pelo uso múltiplo dos recursos hídricos e da área do entorno dos reservatórios sejam minimizados. Os principais e a maioria dos programas socioambientais das concessionárias de UHE são criados em observância aos aspectos legais impostos para a obtenção da licença ambiental¹, e também a concessão da produção de energia hidrelétrica no Brasil.

Os planos e programas desenvolvidos pelas empresas de energia são mantidos através de percentuais da compensação financeira pagos pela utilização

¹ O licenciamento ambiental consiste de três etapas: Licenciamento Prévio, Licenciamento de Instalação e Licenciamento de Operação, e são concedidos pelos órgãos ambientais competentes, estadual e/ou federal.

dos recursos hídricos - CFURH. Conforme estabelecido em lei², os valores repassados como compensação financeira são distribuídos aos municípios atingidos, ao estado correspondente e à União pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Além dos programas da UHE custeados pela CFURH, as empresas de energia devem investir anualmente uma parte de seus lucros em programas de pesquisa e desenvolvimento, bem como em projetos que visam desenvolver técnicas e/ou atividades que beneficie o setor de energia e também o segmento ambiental e social.

Dentre as múltiplas relações que surgem do processo de implantação de uma usina hidrelétrica – UHE, a adoção de medidas mitigatórias faz parte da responsabilidade social e ambiental que o empreendimento tem para com a população e o local. São instrumentos norteadores para os planos de mitigação³ e são utilizados para divulgar a sociedade sobre os rumos da compensação ambiental, e a evolução de outras iniciativas que de algum modo inclui atividades de uso múltiplo das águas, entre as quais estão o lazer e o turismo.

A relação intrínseca entre águas, lazer e turismo é anterior à formação de reservatórios, sendo identificada, na história do turismo, como sendo a motivação das primeiras viagens. No entanto, a partir do uso múltiplo das águas e com a sua utilização como fonte de energia hidráulica, o entorno de hidrelétricas passa a ser regulamentado quanto ao seu uso e acesso, formalizando o manejo e a essencialidade do recurso hídrico.

O aspecto recreativo assim como a atividade turística nas regiões lindeiras a reservatórios, podem se beneficiar com as medidas tomadas para regulamentar o seu uso, porque deste modo, mesmo modificados, os recursos hídricos tendem a manter suas características de atrativos. Nesta lógica, as medidas impostas

² Lei n.8.001/90 (modificada pelas Leis n.9.422/97, n.9.984/00 e n.9.993/00) que garante a distribuição da compensação financeira em 45% aos municípios atingidos; 45% aos estados correspondentes e 10% a União. Cabendo a ANEEL gerenciar, arrecadar e distribuir os recursos entre os beneficiários.

³ Os planos fornecem as bases para as medidas a serem tomadas para a redução de impactos negativos sob a forma de medidas compensatórias ou mitigatórias. No contexto da implantação de usinas hidrelétricas: compensação - feito realizado para conter ou compensar os danos causados pelo empreendimento; mitigação - basicamente é a recomposição, reposição do bem danificado. (TONIOLO, 2006)

salvaguardam o patrimônio turístico formado pelo seu elemento principal, a natureza (RUSCHAMNN, 2004).

O turismo e as usinas hidrelétricas se utilizam dos recursos naturais para existir. Para um, os recursos naturais são os seus maiores atrativos e, para o outro representa a potencial geração de energia. Neste contexto a preservação deste patrimônio para ambos garante a manutenção de sua matéria-prima, pois suas atividades são impactante, causadoras de grandes danos ao meio natural, social, cultural e econômico. O turismo pode significar a contrapartida para a minimização dos impactos gerados desde que planejado e fundamentado em bases sustentáveis.

Comumente o turismo se configura como uma alternativa socioambiental entre as diretrizes e programas nacionais de empresas pública ou privada cujas matérias-primas são os recursos naturais. Tanto que a Agência Nacional das Águas – ANA (BRASIL, 2005a) lançou um caderno sobre o turismo e os recursos hídricos, identificando alguns dos maiores reservatórios brasileiros com potencial para desenvolver a atividade.

O turismo vem assumindo novos desafios perante a comunidade global, um dos quais gira em torno da busca de alternativas socioambientais e tem como base as relações entre as interfaces desenvolvimento e sustentabilidade (PELLIN, 2004; SAMPAIO, 2002). Ao longo das últimas décadas a atividade turística cresceu em importância para os setores econômicos, mas pela sua potencialidade e abrangência o turismo vem rompendo os paradigmas que o vincularam ao crescimento impactante, para se fortalecer como ferramenta para o desenvolvimento, que segundo Molina & Rodriguez (2001)⁴, é uma das faces do crescimento.

Historicamente, a sociedade sempre esteve em busca de novos modelos que possam incrementar sua economia e o turismo desde que se constituiu como fenômeno social apresenta-se como modelo de desenvolvimento para a sociedade atual. Conforme Ruschmann (2004), esta é uma das variadas formas sob as quais a

⁴ Os autores apresentam a complexidade do conceito de desenvolvimento, segundo a sua visão (p.29) “Quando este conceito é aplicado a um determinado âmbito geográfico, deve ser entendido como estratégia de evolução, diferente do crescimento econômico, pois o desenvolvimento contém aspectos tanto econômicos como sociais e físico-ambientais”

atividade se apresenta e segundo Molina & Rodriguez (2001), ainda não foram consideradas toda a diversidade de dimensões do fenômeno. Estudos na grande área do turismo dão conta que a atividade turística é tida como uma oportunidade para o real desenvolvimento local, segundo Beni (2003). De modo que a atividade possui potencial para promover o desenvolvimento profícuo e contínuo desde que pautado nos princípios hegemônicos da sustentabilidade. (RUSCHMANN, 2004; MAGALHÃES, 2002; RODRIGUES, 1997).

Num contexto local, o turismo se torna um elo nas relações entre as iniciativas pública, privada e da própria comunidade numa tentativa de os aproximarem através de seus interesses que embora por vezes divergentes atuem promovendo uma mobilização coletiva. Conforme Pearce & Butler (2002, p. 257), “o turismo é levado em consideração para promover as melhorias possíveis na infraestrutura local”, mesmo porque não raramente em prol da atividade turística são providas melhorias na infraestrutura básica, como de acessos, meios de transportes, saúde, saneamento, alojamentos, serviços, lazer e informação.

O crescimento estimulado pelo forte consumo de produtos e serviços resulta em grandes mudanças ambientais e sociais negativas. Com a degradação dos recursos naturais através das formas equivocadas de exploração e a modificação da dinâmica social para a construção de usinas, por exemplo, surgem novas glebas produtivas como observa Reis (1998), e por conseqüência a formação de novos espaços em detrimento dos recursos naturais.

A sociedade e o espaço aos poucos são (re) configurados para suportar estas mudanças, basta que neste processo se utilize do turismo como ferramenta para o desenvolvimento local. Em muitos locais esta atividade substitui os modelos econômicos tradicionais, além de agregar valor socioambiental para a região ou localidade, pode ser trabalhado sem conflitos entre as atividades como é o caso do turismo rural, agroturismo, turismo náutico, ecoturismo e turismo de aventura.

No Brasil, por conta do crescimento populacional e do aumento do consumo, a produção de energia tem multiplicado a implantação de UHE. Na maioria dos empreendimentos o ambiente que os circundam são reservas naturais, comunidades ribeirinhas, indígenas e rurais, sem especificar o endemismo que ocorre nestes

ambientes e o potencial atrativo para o turismo. Apesar dos impactos, o setor elétrico tem planos para maior aproveitamento das bacias hidrográficas e ampliação do parque hidrelétrico (BRASIL, 2009c), pois do potencial hidrelétrico do Brasil somente 30% se transformaram em usinas.

É possível constatar a existência de programas socioambientais das empresas concessionárias de UHE, com iniciativas mais abrangentes e importantes na busca da sustentabilidade dos municípios atingidos, como é o caso da Itaipu Binacional e outras que serão apresentadas. Para argumentar a favor do turismo enquanto alternativa e recurso para as comunidades atingidas, de modo a justificar a sua atuação dentro dos programas socioambientais para o desenvolvimento local e regional, as questões de pesquisa propostas são:

Qual é a importância do lazer e do turismo para o desenvolvimento local do entorno e das áreas de influência de usinas hidrelétricas?

Que medidas para o aproveitamento destas alternativas estão sendo empreendidas pelo atores sociais da área de influência da UHE Itá para o desenvolvimento socioambiental local?

As ações desenvolvidas resultantes dos programas socioambientais e subsidiadas pelas empresas concessionárias da UHE podem desencadear um processo de desenvolvimento local?

A pesquisa teve como **objetivo geral** analisar o turismo enquanto alternativa para o desenvolvimento socioambiental do entorno e das áreas de influência da Usina Hidrelétrica Itá. A partir deste foram definidos os seguintes **objetivos específicos**:

- Contextualizar o turismo em áreas de uso múltiplo do entorno de reservatórios;
- Identificar as iniciativas empreendidas para o desenvolvimento sustentável local com base nas medidas e aspectos legais de responsabilidade contidas nos programas socioambientais das concessionárias hidrelétricas;
- Inter-relacionar o turismo com as alternativas de desenvolvimento local e impactos socioambientais nas áreas sob influência da UHE Itá;

- Levantar dados empíricos sobre o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo na região.

A atividade turística engloba um conjunto integrado de fatores nos campos social, cultural, ambiental, econômico e político, o que permite ampliar as alternativas de desenvolvimento socioambiental, principal justificativa para este estudo. Mesmo sob a premissa de oportunidade mercadológica encontra-se estreitamente associado aos agentes de valorização e resgate do patrimônio natural e sociocultural, conforme analisa Cruz (2001). O caráter alternativo da atividade deve-se a diversidade de segmentos, onde setores econômicos e atores sociais, diante da inóipia de recursos visualizam no turismo uma atividade de grande importância para o desenvolvimento local.

Sabe-se que o turismo é um forte indutor de desenvolvimento local e que os recursos hídricos exercem grande influência sobre a demanda turística. Atualmente são crescentes também as atividades turísticas que concorrem em harmonia com as atividades tradicionais. Porque mesmo estas atividades tradicionais se modificam em adaptação a novas funcionalidades e modos de intervenção, de acordo com as exigências de consumo, da capacidade produtiva e da tecnologia empregada.

As modificações podem ser observadas nas regiões rurais⁵, urbanas e litorâneas, onde a configuração permite e impulsiona o compartilhamento de bens e recursos. No turismo alguns dos exemplos de atividades que concorrem em uso múltiplo, em plena expansão, são: turismo rural, turismo de aventura, ecoturismo, agroturismo, turismo cultural, turismo religioso, entre outros. Com resultados positivos ainda que baseados em princípios básicos específicos como o ecoturismo, agroturismo, etc.

O envolvimento da atividade turística se trata apenas de uma oportunidade de promover o desenvolvimento local e/ou regional, oferecendo subsídios para a inclusão da atividade nos programas de desenvolvimento ambiental e social de empresas como as concessionárias de usinas hidrelétricas, objeto deste estudo.

⁵(SANTOS, 2008, p.18-21) In: SANTOS, A. S. dos. Turismo Rural sob a perspectiva do “Novo Rural”: uma análise das políticas públicas para o setor nos Estados brasileiros. 2008, 132p. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú/SC. 2008.

Sendo assim, a escolha do tema para realização deste trabalho se justifica diante:

- da importância da temática, visto que o turismo se apresenta como alternativa de desenvolvimento para as comunidades lindeiras;
- da escassez de pesquisas científicas sobre a efetiva contribuição do turismo para os programas socioambientais de responsabilidade de UHE;
- da sua contribuição para o conhecimento das relações entre turismo e uso múltiplo dos recursos hídricos de acordo com os segmentos e vocação turística de cada região.

Esta dissertação foi estruturada em cinco capítulos precedidos da introdução do tema, problema e objetivos. O primeiro capítulo compreende a metodologia utilizada para o alcance dos objetivos. O segundo capítulo contém uma revisão bibliográfica sobre o turismo que ocorre em ambientes compartilhados, seu desenvolvimento e alternativas socioambientais, o uso múltiplo das áreas do entorno de reservatórios com abordagens sustentáveis. O terceiro capítulo enfoca especificamente as bases legais da legislação brasileira para o uso do entorno de usinas hidrelétricas, dos compromissos às medidas tomadas para a compensação e mitigação de impactos. O quarto capítulo dedicado de forma descritiva à região estudada, o caso da UHE Itá e, para argumentar a favor dos programas ambientais e sociais, aborda o programa da Itaipu Binacional e o plano diretor desenvolvido pelo Consórcio Itá. Finalmente no quinto capítulo são discutidos os resultados da investigação a partir dos instrumentos de coleta, da descrição do programa ambiental da UHE Itá com análise final a partir do referencial teórico obtido na fundamentação. Em seguida, as considerações finais.

1 METODOLOGIA

1.1 Caracterização da pesquisa

A metodologia é o processo pelo qual o pesquisador submete a investigação a partir de uma série de procedimentos, com a finalidade de reduzir as chances de erros, também é a maneira concreta como se realiza a busca de conhecimento (DENCKER, 2000). O turismo e desenvolvimento sustentável na multiplicidade de assuntos relacionados são temas centrais desta investigação. A importância de se estudar o tema decorre da posição que o turismo ocupa nas sociedades atuais (DENCKER, 2000). Os estudos da área do turismo possuem uma abordagem científica muito ampla mesmo sendo recentes.

Sob o enfoque multidisciplinar o turismo postula conhecimentos das relações entre os campos da sociologia, antropologia, economia, administração, ecologia, engenharia ambiental, desenvolvimento sustentável, geografia, entre outros. Assim a pesquisa tramita entre os vários aportes científicos, já que “o que determina o caráter científico do conhecimento é o método utilizado para sua construção” (DENCKER, 2000, p. 21).

Com base no objetivo central, esta pesquisa propõe a análise dos programas socioambientais desenvolvidos pelas empresas concessionárias de usinas hidrelétricas, apontando o turismo como fonte alternativa de desenvolvimento socioambiental do entorno e área de influência de seus reservatórios, privilegiando neste contexto a população local, tendo como estudo de caso a UHE Itá/SC-RS.

Para melhor expor o assunto delimitou-se a investigação de modo a alcançar os objetivos específicos propostos, deste modo como parte auxiliar da análise são apresentados: o programa socioambiental da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional considerado referência pela sociedade mundial, com base nos dados fornecidos pelo portal eletrônico da própria empresa de energia; com relevância para as referências de estudos e produções científicas que conformam a relação entre turismo - desenvolvimento e UHE/reservatório, disponíveis no banco de teses e

dissertações da Universidade do Vale do Itajaí/SC e Universidade Caxias do Sul/RS; e o programa ambiental da Usina Hidrelétrica Itá.

A escolha da UHE Itá para o estudo de caso se deve aos dados extraídos sobre turismo no entorno de reservatórios e programas socioambientais que - no conjunto – estão presentes e disponíveis na internet e em estudos científicos. A coleta de dados complementada pela definição dos atores sociais locais, pertencentes a grupos de interesse através de uma amostra intencional para aplicação do questionário e entrevista.

Deste modo foram selecionados na esfera pública: o representante do turismo municipal na Secretaria de Desenvolvimento e Turismo do município de Itá/SC; na iniciativa privada: os responsáveis pelo programa socioambiental da UHE. Distintamente nos segmentos da comunidade local a escolha entre seus representantes foi aleatória, uma vez que se verificou que pode haver um ou mais atores sociais nas lideranças.

A área de influência da UHE Itá abrange onze municípios, dos quais sete estão situados no estado de Santa Catarina: Itá, Arabutã, Concórdia, Peritiba, Ipira, Piratuba e Alto Bela Vista e; quatro pertencem ao estado do Rio Grande do Sul: Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida, Marcelino Ramos. Estes municípios denominados lindeiros que de alguma maneira foram atingidos pela formação do reservatório são representados pela Associação dos Municípios Lindeiros à Barragem de Itá – AMULBI.

A visita para realização da pesquisa aconteceu somente no município de Itá, pois neste local se concentram as lideranças comunitárias e representativas envolvidas diretamente no processo de implantação da UHE, é também a sede do Centro de Divulgação Ambiental – CDA, o núcleo central de desenvolvimento do programa socioambiental do Consórcio Itá - Tractebel, concessionária responsável pela UHE Itá.

1.2 Classificação metodológica

De acordo com os objetivos, esta investigação se desenvolveu sob a metodologia da pesquisa qualitativa com caráter exploratório-descritivo.

A pesquisa se vale das metodologias da pesquisa social para compreender fenômenos sociais complexos e as relações de domínio entre homem e natureza através da pesquisa qualitativa (GIL, 1994). Este tipo de pesquisa “não obedece a um padrão paradigmático” (CHIZZOTTI, 2006, p.105), deste modo o estudo percorre livre entre os diferentes métodos já que “o conhecimento permite que atuemos para modificar as circunstâncias em nosso benefício” (GALLIANO, 1986, p.18). A pesquisa qualitativa permite a interpretação do assunto sob diversas perspectivas, porque transcende a temas, disciplinas, conceitos, campos, termos e suposições, (DENZIN e LINCOLN, 2006).

Dentre os métodos intrínsecos à pesquisa qualitativa, esta investigação se utiliza do estudo de caso porque possibilita conhecer em profundidade os processos e relações sociais (CERVO; BERVIAN, 1983). Tem grande flexibilidade e está livre de generalizações (DENCKER, 2000). Como coloca Chizzotti (2006, p.102) o estudo de caso representa um “marco de referência de complexas condições socioculturais, revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação”.

O estudo de caso é comumente utilizado para dar complementaridade aos resultados de outras técnicas de pesquisa (YIN, 2005), porque pode abranger desde o histórico organizacional e observacional até a história de vida baseado na ampla possibilidade de coleta de dados (TRIVINÕS, 1987). É ainda “adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real” (GIL, 2002, p.54).

Na busca por referencial teórico, a descrição, a análise de registros e a interpretação dos fenômenos e sua função ativa, a pesquisa assume o caráter descritivo por ser um campo amplo cuja análise empírica e teórica são necessárias a combinação com o estudo de caráter exploratório (MARCONI e LAKATOS, 1991). Quanto ao estudo exploratório, segundo Cervo & Bervian (1983) e Gil (2002) basicamente deve-se definir os objetivos e buscar maiores informações sobre

determinado assunto de modo a familiarizar-se com o fenômeno, obter nova percepção e descobrir novos conceitos.

O caráter descritivo busca conhecer as diversas situações e correlacionar às ocorrências sociais, políticas e econômicas aos aspectos comportamentais do indivíduo tanto isoladamente quanto dos grupos e comunidades, de forma a observar, registrar, ordenar os fatos ou fenômenos sem interferir em suas variáveis (CERVO; BERVIAN, 1983). A pesquisa descritiva, segundo Barros & Lehfeld (2007) engloba tipos de investigações minuciosas, a saber: pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, e a pesquisa de campo.

As bases da pesquisa bibliográfica e documental permitiram ao pesquisador formular as questões norteadoras do estudo sobre: a importância relativa do lazer e do turismo para o desenvolvimento local; as medidas que estão sendo tomadas para o aproveitamento do turismo no local de estudo; para compreender o desenvolvimento local como uma relação efetiva entre turismo e programas socioambientais no contexto do objeto de estudo. Deste modo, busca-se dentro de uma perspectiva integrada, considerando a relevância do assunto para atender os objetivos da pesquisa, para compreender como o turismo vem sendo trabalhado pelas usinas hidrelétricas; explorar alguns elementos que compõe um programa socioambiental; o turismo como instrumento de expectativa para o desenvolvimento local; a sustentabilidade do turismo no processo de uso múltiplo dos recursos.

As fontes utilizadas são compostas de dados primários presentes, sobretudo em documentos. São aqueles dados que necessitam de construção através de pesquisa de campo e dados secundários, já existentes e à disposição da pesquisa para corroborar com o aprofundamento teórico, bastando somente selecionar o material relevante ao conhecimento e ao cruzamento de informações com outros dados (BARROS & LEHFELD, 2007; GIL, 2002; MARCONI & LAKATOS, 1991). A compilação de dados através da busca de informações a respeito do fenômeno permite a análise dos resultados. Estas informações foram obtidas através de vários canais disponíveis ao pesquisador, como: meio eletrônico, arquivos, periódicos científicos, artigos, livros e documentos correlatos.

Para a construção do arcabouço teórico a pesquisa recorreu às bases referenciais da bibliografia. Sendo Beni (2006), Magalhães (2002), Ruschmann (2004) e Dias (2005) alguns dos autores que debatem em suas obras sobre a temática do turismo desde sua gênese, construção da relação ambiental na evolução até ser considerado um fenômeno; Rodrigues (1997) e ainda Ruschmann (2004) tratam da atividade turística também como promotora do desenvolvimento, e sustentabilidade assim como Sachs (2009). Do vasto material pesquisado e utilizado como referencial para compor este trabalho, a bibliografia apresentada neste tópico está sendo citada por ser considerada a mais abrangente, cujos aportes tramitam entre os assuntos trabalhados em todo o processo.

A realização de atividades turísticas ou não turísticas, criação de equipamentos turísticos e/ou uso direto ou indireto dos recursos naturais, entre os quais estão os recursos hídricos somente será possível depois de observada a legislação que os rege. Para conhecimento das bases legais que orientam, determinam e controlam as atividades desenvolvidas junto aos recursos naturais recorreu-se a pesquisa documental, dentre as principais estão: a Resolução nº 001/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA que tornou obrigatório o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA; e, a Lei das Águas nº 9.433/1997, que garante o uso múltiplo das águas com a adequação da gestão dos recursos hídricos às práticas turísticas, gestão ambiental, uso racional e integrado dos sistemas hídricos.

1.3 Instrumentos de coleta e análise dos dados

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado entrevistas semiestruturadas e questionários com perguntas abertas e estudos acadêmicos realizados sobre o objeto de estudo, citados na definição da pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas desenvolvidas e aplicadas em pesquisa de campo permitiram maior flexibilidade ao pesquisador, conforme Barros & Leheld (2007) este é um instrumento que demanda tempo e habilidade do entrevistador em reter as informações. Deste modo as entrevistas aplicadas pessoalmente no

município de Itá pela pesquisadora envolveram a opinião, o conhecimento e a relação turismo e UHE.

Dos grupos de atores sociais da comunidade, um empreendedor de turismo, um turismólogo e membro da liderança do Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB foram questionados quanto a investimentos, parcerias e resultados que a atividade pode agregar ao local. Dos envolvidos diretamente, atores ligados a usina através do Consórcio Itá, foram entrevistados um membro da coordenação e uma bióloga técnica do Centro de Divulgação Ambiental – CDA sobre turismo e o programa socioambiental do consórcio, sua implantação, parcerias e participação local dos municípios lindeiros.

Os questionários, com perguntas abertas que possibilitou aos respondentes ampliar suas considerações a respeito das questões formuladas, foram enviados a Secretaria de Desenvolvimento e Turismo de Itá e também ao secretário executivo da AMULBI, com retorno respondido de ambos. Através do questionário enviado para a secretaria com a intenção de investigar o envolvimento do setor público e políticas de apoio, o direcionamento da compensação e os planos de incentivo ao turismo e o desenvolvimento local. Quanto a AMULBI foram abordadas as questões de representatividade e atuação, projetos, programa socioambiental da UHE e o turismo nos municípios lindeiros.

As atividades turísticas realizadas no entorno de reservatórios e também em áreas de influência de UHE assim como quaisquer outras atividades, são desenvolvidas em caráter de uso múltiplo das águas, neste caso. Esta condição está explicitada e regulamentada pelos órgãos competentes e pela legislação pertinente, descritas neste estudo.

Para análise das entrevistas e questionários, buscou-se descrever e interpretar os dados obtidos em sua totalidade considerando os resultados a partir dos conceitos de uso múltiplo trabalhados por Saravia (1991) com abordagem sob a teoria da igual oportunidade para a utilização dos recursos hídricos, concernentes ao turismo identificado na área de influência da UHE.

O objetivo central deste estudo, que é analisar o turismo como uma alternativa de desenvolvimento socioambiental para o entorno de hidrelétricas e

instrumento a empregar nas ações mitigatórias. Para tanto a análise do programa socioambiental da UHE Itá será desenvolvida de forma descritiva com base nos critérios da sustentabilidade propostos por Sachs (2009), sintetizados nas dimensões:

- Ambiental/ecológica: uso dos recursos naturais compatíveis com a capacidade de regeneração, melhoria do meio ambiente e preservação das fontes;
- Espaço/territorial: distribuição e descentralização de atividades;
- Político/econômica: recursos eficientes para o aumento da produção, investimentos e incentivos;
- Sócio/cultural: redução da desigualdade social, soluções particulares, preservar as especificidades locais.

2 O TURISMO EM AMBIENTES COMPARTILHADOS

Este capítulo apresenta as bases e conceitos do turismo, suas relações com as questões ambientais, o seu desenvolvimento na destinação, atrativos e infraestrutura que o compõe. Nesta contextualização são abordados temas como o desenvolvimento local, alternativas socioambientais, as questões do uso múltiplo dos recursos naturais especialmente no entorno de reservatórios.

2.1 O desenvolvimento do Turismo

Os primeiros indícios do turismo como atividade surgiram a partir do século XVIII na Europa. Neste período e local o turismo cresceu como um modelo de viagem restauradora da saúde, do intelecto e da curiosidade. Somente no início do século XX se desenvolveu como atividade econômica (MAGALHÃES, 2002). O interesse pelas águas para o lazer começa consequentemente a partir do surgimento do turismo e se intensifica a partir da criação de facilidades nos sistemas econômicos, de produção e das relações sociais.

Ocorre neste cenário, conforme aponta Pires (2001), uma estruturação nos meios de transporte com o aparecimento das ferrovias, na abertura de acessos e fluxo entre as cidades quando acontece a modernização e o crescimento da economia urbana, assim como melhores condições de trabalho e de vida. Além de um conjunto de circunstâncias favoráveis a atividade turística e de lazer com a denominada infraestrutura turística, como organização de viagens, hospedagens e alimentação.

Conforme Boullón (2005) o funcionamento do sistema turístico é viabilizado mediante o entrelaçamento da estrutura propiciadora de sua realização. Isto acontece a partir da união entre infraestrutura básica e estrutura turística (equipamentos, instalações e atrativos turísticos). A infraestrutura integrada é uma pré-condição para o que o turismo seja viável, tanto que basicamente não há restrições de local, estrutura ou influências para prática do turismo. O mesmo pode

acontecer em ambientes distintos e entre as mais variadas sociedades (BOULLÓN, 2002).

A transformação econômica, tecnológica e social que teve partida na Revolução Industrial assinalou a rápida evolução e expansão de infraestrutura de acessos, transportes, saúde, hospedagem e comunicação. Esta expansão possibilitou às sociedades desenvolvidas do velho mundo, classes privilegiadas e posteriormente às massas, suprir suas necessidades psicossociais de maiores desafios ao ultrapassar fronteiras (LAGE; MILONE, 2001). O turismo se beneficiou direta e indiretamente desta nova condição.

Sabe-se que o turismo é mais complexo do que a simples materialização tangível, destino turístico e deslocamento. A sua prática envolve as várias questões relacionadas aos objetivos da viagem, às motivações durante a escolha da destinação, o período do deslocamento de seu habitat de origem, bem como a permanência e as condições que se estabelecem durante a estadia e o caráter rigoroso do ócio, onde o turista se exime de qualquer tipo de atividade lucrativa (OMT, 2001).

Toda esta dinâmica de relações, motivações e desígnio do ócio, definem as classes homogêneas que dão característica ao mercado turístico da oferta e da demanda de produtos e serviços, são as denominadas segmentações (BENI, 2006). O turismo apresenta muitas e diversas vertentes, sob a ótica do mercado das necessidades humanas de consumo, evasão, descanso, conhecimento, peregrinação, contemplação da natureza, restauração e status (ANSARAH, 2001).

A existência do turismo está também imbricada à consecutiva produção de lugares, de acordo com Cooper (2001), as destinações possuem características que são comuns entre si, no entanto possuem atributos variados. Deste modo as destinações se destacam pelos critérios que as identificam como turísticas, sendo que fundamentalmente e nesta ordem,

Deve possuir uma série de características culturais, físicas e sociais que criam a sensação de identidade regional; dispor de infraestrutura turística adequada para apoiar o desenvolvimento do setor através de seus componentes; ser maior que a comunidade e possuir mais de um atrativo; possuir atrações existentes ou potenciais de patrocínio ao seu desenvolvimento; ser capaz de

patrocinar um órgão de desenvolvimento turístico e finalmente; ser acessível a uma ampla base operacional com acessos por terra, ar e mar (HALL, 2004a, p.215)

Um destino se destaca pelos critérios dados pelo autor, também envolve os componentes fundamentais da infraestrutura como alojamentos, alimentação, entretenimento e lazer, transporte e serviços, portanto somando a outros campos de interesse especial como a cultura, recursos naturais, acervo histórico, manifestações e singularidades locais motivam escolha do destino e permanência do visitante. O turismo se inicia quando se integram espaço, estrutura e outros elementos essenciais capazes de atrair a visitação (LAGE; MILONE, 2001).

Dada a quantidade de elementos que compõe o turismo, a atividade é um sistema que como tal depende diretamente das relações harmoniosas de suas partes, pois cada parte é ao mesmo tempo, atrativo e espaço de ocorrência do turismo. Segundo Cooper (2001, p.136) na “destinação é onde ocorrem os elementos mais significativos e dramáticos do sistema do turismo”.

Sobre a destinação incidem os elementos conceptivos do ambiente social, cultural, natural e econômico sejam eles positivos ou negativos. Qualquer modificação nestes elementos tem interferência direta e absoluta sobre a destinação e em tudo que a compõe, portanto a designação dos atrativos deveria partir dos elementos da destinação em contraposição ao modo como tradicionalmente acontece (RUSCHMANN, 2004).

No entanto esta convergência de manifestações composta pela dinâmica do turismo assevera alguns efeitos conseqüentes das modificações impostas ao sistema de relações ambientais segundo Beni (2003). O Conjunto das Relações Ambientais do Sistema de Turismo – SISTUR é representado pela exatidão dos aspectos do turismo inter-relacionados na construção de uma atividade que prima pelo equilíbrio entre os ambientes sociocultural, ambiental-ecológico e político-econômico. Esta inter-relação na visão da sustentabilidade é interpretada como sendo o turismo sustentável.

Este sistema é definido por Beni (2003) como uma manifestação integrada que converge para a prática coletiva apesar da experiência ser individual. Seu desenvolvimento somente se efetiva quando proporcionalmente os ambientes social,

cultural e natural partilham do mesmo potencial. Portanto, o turismo é a atividade da coletividade. Assim posto, a atividade turística pode ser definida como produtora de grandes efeitos globais pela coincidência de interesses. De acordo com Barreto (2001) o turismo se dissemina de tal forma que praticamente não existe mais locais livres do fenômeno.

Para certos grupos a atividade é tida como essencialmente econômica já que é reconhecida como propulsora do crescimento de sua economia (RODRIGUES, 1997). Embora sujeita à política econômica e às facilidades decorrentes passa a ser o sustentáculo de várias fontes de renda e geração de empregos (BARRETO, 1997; LAGE, 2001). Para Ruschmann (2004), esta característica agrava o desenvolvimento do turismo local, pois acentua a dependência de demandas e receitas externas. A autora reafirma o caráter econômico da atividade, mas apresenta os agravantes dessa condição.

No entanto, a atividade apresenta uma face mutante pela flexibilidade da oferta e diferentes maneiras de se fazer turismo (MAGALHÃES, 2002). Esta diferenciação pode ser percebida mesmo sendo uma atividade segmentada, ademais existem forças que contribuem positiva e negativamente para o seu desenvolvimento. Conforme Ruschmann (2004), o turismo é um grande consumidor de natureza, nas mais variadas atividades. A partir de 1970 os recursos naturais são tidos como a matéria prima para as atividades turísticas, tanto pela procura (turistas) quanto pela oferta (destino). A partir deste período, o alvo de investimentos são as atividades em áreas naturais e as destinações tratadas como produto e como atrativo.

O crescimento do turismo juntamente com as demais atividades econômicas produziu efeitos exacerbados sobre os recursos naturais. Ruschmann (2004, p.34) se refere aos impactos como sendo “uma gama de modificações ou à sequencia de eventos provocados pelo desenvolvimento turístico nas localidades receptoras”. As modificações impetradas tendem a ter efeitos considerados positivos ou negativos. Esta determinação tem relação direta com o processo de planejamento do turismo, no entanto, os efeitos benéficos dependem do grau de expectativa que a destinação demanda sobre a atividade turística. Relacionam-se os benefícios à consciência de

uma atividade que se desenvolve em longo prazo harmoniosa e conjuntamente às comunidades locais.

O desenvolvimento do turismo planejado vem acompanhado dos efeitos positivos conforme apresenta o Quadro 1:

Efeitos	Positivos
Ambientais/ ecológicos	Justifica a conservação e preservação; Contribui com o estabelecimento de padrões de qualidade; Contribui com a permanência de espécies endêmicas; Melhora a qualidade dos recursos hídricos; Favorece a o emprego de tecnologias na diminuição de impactos causados pelos sistemas tradicionais de produção, equipamentos e serviços; Estimula o uso múltiplo dos recursos e ocupação do solo com responsabilidade; Favorece a criação e manutenção de áreas de manejo.
Sociais/ culturais	Justifica a conservação de recursos histórico-culturais, manifestações artísticas e artesanal; Estimula os investimentos no melhoramento da infraestrutura básica e turísticas; Melhora o conhecimento e as relações com a cultura local; Valoriza a herança cultural, os costumes e hábitos de produção; Eleva o orgulho das origens culturais e étnicas; Contribui para a criação e preservação da identidade de uma comunidade; Promove o interesse cultural.
Econômicos/ políticos	Aumento e diversificação das fontes de renda e emprego em contribuição ao PIB; Criação de políticas públicas de incentivo e distribuição de renda; Atração de investidores e empreendedores; Viabiliza a revitalização de áreas públicas e equipamentos; Proporciona novas áreas de lazer, atividades culturais e comerciais; Estimula o turismo interno, o aproveitamento do tempo livre; Aumento a qualidade e oferta de serviços; Criação, implantação, ampliação e controle dos aspectos legais de proteção, segurança e apoio as dimensões sociocultural e ambiental.

Quadro 1 - Efeitos positivos do turismo

Fonte: Adaptado de Ruschmann (2004) e Dias (2005)

Uma característica da perpetuação sociocultural em qualquer comunidade ou grupo pode ser demonstrada a partir da capacidade de organização da população no estabelecimento de normas próprias para se organizar (MOLINA & RODRIGUEZ, 2001). De maneira que o êxito em produzir elementos para a sua sobrevivência é assegurado. Para tanto o planejamento integrado do turismo reúnem os fatores de desenvolvimento a partir de conhecimentos específicos coerentes com os elementos

característicos do ambiente natural e social local, abrangendo-os em sua totalidade. Para Ruschmann (2004) na metas do planejador em qualquer esfera deve prevalecer em primeiro plano os anseios da comunidade receptora e turística.

Na visão de Molina (2003, p.33-34) “o turismo conta com a expressão de uma demanda variada pela informação, mais exigente, mutante, com interesses no turismo ativo, que tem consciência do valor do seu tempo livre, com acesso a facilidades”. Em face de um novo turismo com demandas específicas a comunidade receptora tende a apreciar mais e valorizar seus recursos naturais. Neste sentido, o turismo compreende uma consciência clara sobre o papel que desempenha no futuro da comunidade e na utilização de recursos que comunidade local e visitante passa a compartilhar. As bases da atividade turística são os atrativos e a infraestrutura turística (DIAS, 2005; RUSCHMANN, 2004), os atrativos que podem ser agrupados nas categorias:

- Atrativos naturais: florestas, animais de áreas secas e alagadas, praias, rios, lençóis e quedas d'água, paisagens, dunas, mangues, chapadões, ilhas, cachoeiras, pantanais, montanhas, cânions, etc. ou;
- Atrativos culturais: patrimônio histórico material e imaterial, arquitetura, sítios arqueológicos, manifestações artístico/culturais e tradicionais, produção artesanal, culinária, eventos, etc.

Os atrativos apresentam variações de acordo com a geografia, a história, a ocupação, a cultura, o clima, os recursos naturais e outras características do espaço de ocorrência, porém a infraestrutura é essencial à existência da atividade. Da infraestrutura turística, os serviços e equipamentos, como: meios de hospedagem, alimentação, entretenimento e todo o serviço de suporte da atividade, são considerados elementos de motivação da viagem e de permanência do visitante em determinado destino.

O turismo em áreas naturais encontra a adesão dos adeptos da natureza, aventura, pesca esportes e, do ecoturismo sendo, portanto este, uma modalidade da atividade que possui papel ilimitado ao ser analisado o seu aspecto de harmonia entre a prática e o meio ambiente (WESTERN, 2002). Os locais que apresentam áreas naturais e equipamentos turísticos lideram o crescimento dos segmentos

relacionados às águas de lagos, rios, estâncias hidrominerais, praias, etc. Os lagos e praias que surgem devido a formação de reservatórios para a geração de energia hidrelétrica, são utilizados para a prática da atividade turística. Estes espaços são buscados pelos visitantes como uma opção de lazer pelos motivos que incluem desde a sua aproximação com o lago, a infraestrutura, os atrativos até a oferta e investimento nos segmentos do turismo de acordo com o potencial local (BRASIL, 2005b).

Dentre os segmentos de turismo que se desenvolvem naturalmente no entorno dos reservatórios e nas suas águas, estão:

- Ecoturismo: prática realizada junto a áreas preservadas possui cuidado especial com o local que compreende os recursos naturais e sociais (FENNEL, 2002) e/ou:
- Turismo alternativo: prática e opções de grupos específicos que consideram o meio natural e rural semelhante ao ecoturismo;
- Turismo cultural: prática com interesse na autenticidade, no patrimônio histórico-cultural do local visitado (GRÜNEWALD, 2003);
- Agroturismo: prática de interesse e interação na atividade rural, vivência e convivência rural (TULIK, 2003);
- Turismo rural: prática de atividades no meio rural (RUSCHMANN, 2004);
- Turismo de pesca esportiva: prática diversificada com público específico (DIAS, 2005), entre outros.

Muitas práticas do turismo acontecem devido aos princípios do segmento, como visto, algumas destas práticas estão ligadas ao desenvolvimento local que de forma integrada promove ainda mais a atividade, como o ecoturismo / alternativo. Outras práticas devem sua existência ao desenvolvimento local como um todo, como é o caso do turismo rural e cultural. Considerando que desenvolvimento está atrelado as dimensões socioambientais, determinados segmentos e práticas são considerados as alternativas para o desenvolvimento, apresentadas pelo turismo ao local, neste contexto o turismo passa a ser visto sob outros preceitos e conceitos.

2.2 Desenvolvimento local e alternativas socioambientais

A concepção de desenvolvimento é histórica na humanidade, a atração primitiva do ser humano pelas áreas naturais com a intenção de se desenvolver tomou proporções à medida que se tinha domínio sobre os elementos naturais, este conhecimento deu ao homem, dotado de privilégios do intelecto⁶, a garantia de usufruto sobre a natureza. A intervenção humana no curso natural do meio ambiente tem sido uma problemática, primeiramente devido aos padrões de consumo exacerbados pelo capitalismo e ao conceito equivocado e contraditório da concepção de desenvolvimento.

De modo que, a maior questão ambiental não reside no fator antrópico, mas em que se baseiam as propostas e modelos usados para intervenção dos recursos naturais (DIEGUES, 2000). A intervenção e as conseqüentes mudanças impostas pela sociedade de consumo refletem nas relações e valores sociais, na qualidade do meio ambiente, nos aportes econômicos com vias para a deterioração e perda de capacidade produtiva.

Esta é uma dinâmica imposta pelo modelo de consumo predatório do mundo contemporâneo de excessivas necessidades e possibilidades. O resultado foi a construção de um padrão de crescimento voltado a progressos econômicos em primeiro plano como acontece com o setor energético e também com o turismo. Para Bermann (2004), permanece o paradigma de conceber idéias de desenvolvimento a partir da alternativa viável da exploração dos recursos hídricos para geração de energia, a lógica de mercado é do espaço natural como mercadoria. Na realidade, a partir da viabilidade de reprodução de capital através da exploração do espaço natural a construção do empreendimento de energia é fato consumado. Pois neste tipo de exploração, segundo o autor, as questões ligadas ao meio social, cultural e natural são apenas percalços a serem compensados e/ou mitigados. As questões ambientais são passíveis de compensação e mitigação, neste caso a construção de

⁶ Ao possuir a capacidade de reter conhecimento e usá-lo sobre os demais elementos da natureza o homem se coloca no centro do universo, onde tudo que o rodeia está ao seu dispor. A este comportamento é dado o nome de antropocentrismo (BOFF, L. *Responder florindo: da crise da civilização a uma revolução radicalmente humana*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004).

usinas hidrelétricas se utiliza dos critérios muito próprios da ocupação, a estratégia que prevalece é a da produção de energia.

Os recursos naturais vem sendo utilizados de modo intensivo pelas diversas atividades econômicas, primariamente pela agricultura, seguido pela dominação e rearranjos possíveis através do emprego de tecnologias como no caso da extensa produtividade agrícola e a geração de energia até se tornar atrativos para o turismo. O turismo devido à abrangência da atividade se destaca como uma estratégia de desenvolvimento local e regional, pois estes são os espaços de incidência dos seus atrativos independente de sua natureza. Conforme Ruschmann e Widmer (2001, p.66), independentemente do meio que se desenvolva a atividade, organizar o turismo “consiste em um apanhado de atividades que visam estabelecer condições e envolve a intenção de favorecer o alcance dos objetivos propostos, que podem ser facilidades e serviços para atender os anseios e necessidades de uma comunidade, local ou visitante”.

O desenvolvimento local/regional faz parte da construção de novos paradigmas pautados na igualdade de uso dos recursos, na diversidade e na coletividade. Para Becker (2000) é a inserção definitiva do desenvolvimento nos moldes tradicionais, a volta da importância do local no contexto regional, global. Rodrigues (1997, p. 19) coloca que o “desenvolvimento exige a consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (cultura, economia, política) e também do espaço natural e social”.

Para Oliveira (2001), o desenvolvimento local deve ser decisivo, é um instrumento para o rearranjo de alternativas ou passará a ser o idêntico, o igual e tende a ser uma estrutura como as outras, portanto deve ser interativo “recuperando a iniciativa e autonomia na gestão do bem comum” (p.14). O processo de desenvolvimento local é coletivo, engloba a sociedade, o poder público, a iniciativa privada e a própria comunidade local. Para isto devem ser compreendidas em consenso geral quais as demandas que vão suprir as necessidades, eleger as ações prioritárias para avaliar se o local comporta o desenvolvimento desejado e se existe disposição para que o mesmo aconteça.

Deste modo, o desenvolvimento entra em processo de planejamento, pois segundo Ruschmann (2004, p.10) “O planejamento é fundamental, e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras”. Sendo assim, o planejamento tem como finalidade organizar e muitas vezes determinar as ações do homem sobre o ambiente ocupado, favorecendo e adequando o território de visitação a um processo de ordenamento visando à perenidade dos recursos naturais. Deste modo “a possibilidade de um desenvolvimento bem sucedido só é possível a partir da elaboração de um planejamento turístico que utilize as investigações no sentido de priorizar os interesses dos moradores fixos” (ANTUNES, 2006, p.202).

O desenvolvimento deve harmonizar com as características próprias de cada região, portanto deve se conhecer o local de modo a não serem aplicadas humana e socialmente fórmulas externas sem contexto ou o local deve estar aberto a novas frentes produtivas que não venham contrastar com a singularidade, a partir de novas concepções. Daí a importância da participação integrada de acordo com as políticas públicas e apoio das competências locais, (RUSCHMANN, 2004, p.29) “o Estado deve cumprir uma série de obrigações a favor do desenvolvimento ordenado desta atividade, a fim de evitar impactos”.

Quando o desenvolvimento toma proporções regionais, os efeitos também são integrados, neste contexto a oferta é dimensionada por se tratar de amplos arranjos organizacionais, potencial, capital cultural e sociedades diferentes. O local integrado ao regional passa a ser considerado a união de sistemas. Os impactos mesmo o turismo sendo desenvolvido localmente não são somente em nível local, mas se comportam de modo abrangente e amplo, portanto para o desenvolvimento regional é exigido uma grande capacidade adaptativa as diferentes políticas, administração, tomadas de decisão, organização e execução (SACHS, 1986).

A partir de novas tendências para um comportamento mais responsável chamado de desenvolvimento sustentável, os desafios para os atores sociais que apostam no turismo como alternativas socioambientais passam a ser maiores. Salientando Ruschmann (2004), os investimentos para o desenvolvimento do turismo e em alternativas que comprovem a eficácia dos instrumentos empreendidos

são únicos porque ou são consolidados ou ao fracassar enfrentará a resistência ao turismo como atividade socioambiental.

As alternativas socioambientais exigem um grau de adaptabilidade, enquanto o desenvolvimento local significa sair do modelo de atuação tradicional (BENI, 2003). Portanto os atores envolvidos ao se reenquadrar no papel de que o local possui bens socioambientais de importância relativa à medida que são aplicadas devem ter a consciência da necessidade de conhecimento e se apossar de informações e novas tecnologias para atuar em toda a abrangência da atividade turística e possibilidades de visão de futuro.

Para Ruschmann (2004) um desenvolvimento turístico coerente é aquele que engloba os elementos físicos, econômicos, sociais, culturais, técnicos e ambientais, satisfazendo a todos os envolvidos com base no planejamento integrado e inserido em políticas globais de interesse do estado maior, pois se utiliza da superestrutura pública para sua organização. Assim, o planejamento tem como finalidade organizar e determinar as ações do homem sobre o ambiente ocupado, favorecendo e adequando o território de visitação a um processo de ordenamento visando à perenidade dos recursos naturais. De forma a investir no turismo para o turismo e, reverter o sentido e as interfaces do turismo que destrói o turismo.

O turismo é uma das atividades que auxiliam na formação de alternativa e quando organizado pode intervir no desenvolvimento local. Entre as razões para considerar o turismo como efetivamente um propulsor do desenvolvimento, pode ser destacado: a diversificação que o turismo proporciona e a incidência direta sobre os vários setores da economia; o favorecimento da produção agrícola local e a valorização dos modos de produção tradicional e familiar; a ampliação de mercado e de consumo potencial, refletindo em setores relevantes para o crescimento local e na infraestrutura; o incremento e modernização de serviços, equipamentos e estrutura turística; maior interação social, ambiental e econômico para a preservação e conservação do meio.

O desenvolvimento local deve ser trabalhado em longo prazo, ter a participação dos atores sociais e apoio do poder público, esta é uma iniciativa que deve partir de dentro para fora da comunidade. O que parece mais evidente quando

se trata de medidas para mitigar os efeitos sobre o meio ambiente em locais de implantação de usinas hidrelétricas. A sucessiva perda do capital ecológico e sócio-cultural em substituição ao uso dos recursos para a geração de energia bem como a realocação destes recursos demandam novas abordagens na busca de alternativas estratégicas para ampliar o campo do desenvolvimento local, mesmo como estratégia de mitigação dos impactos impetrados.

O turismo de algum modo tem incorporado a possibilidade de promover este desenvolvimento. Somente é necessário assegurar que figure como uma alternativa capaz de integrar os planos e programas das empresas concessionárias responsáveis pelo entorno de reservatórios de usinas. Esta é uma atividade cujos instrumentos políticos são firmados de modo a ultrapassar as gestões, para que se dê continuidade aos programas desejados e instituídos pela comunidade para o seu crescimento.

2.3 Usos múltiplos das áreas do entorno de UHE

As técnicas de uso múltiplo empregadas para a utilização dos recursos naturais é o resultado da busca de alternativas de desenvolvimento (SARAVIA, 1991). O crescimento do turismo e atividades recreativas e do lazer em áreas de reservatórios ou espaços de uso múltiplo do entorno de usinas hidrelétricas acontece de forma espontânea. Este é um fenômeno que ocorre naturalmente nas regiões que dispõe de recursos naturais, é provável que a prática existisse antes do ambiente ser ocupado e transformado para receber empreendimentos hidrelétricos (COBOS, 2003).

Os recursos hídricos asseguram a existência da vida, por conta disso as populações sempre procuraram por se estabelecer junto de suas fontes. Devido ao processo demográfico crescente estes recursos ficaram escassos e conseqüentemente acirram-se em disputas de um lugar as margens litorâneas, fluviais ou reservatórios artificiais. Como os recursos hídricos passam de fonte primária de abastecimento mineral para as populações a principal fornecedor da matéria prima básica para a produção de energia, o uso destes recursos começa a

ser ordenado, organizado por setores governamentais que promulgam as formas de uso, regularizando as reservas e adotando medidas de aproveitamento.

Os inúmeros setores de produção que utilizam a água para os processos produtivos básicos de suas atividades usam este insumo segundo normas, legislação e critérios específicos. Cada atividade possui diferentes usos dos recursos naturais, como numa hierarquização este processo acontece primeiramente para o saneamento, seguido da irrigação, produção de energia hidrelétrica, navegação, uso industrial, pesca e aqüicultura (VERGARA, 2007), o que requer uma gestão eficiente do uso múltiplo.

Acrescendo-se as atividades imprescindíveis do homem e sua relação com os recursos naturais na geração de impactos, o turismo cuja matéria prima é constituída pelos atrativos naturais deste ambiente forma uma cadeia de efeitos que afetam numa instância imediata o próprio ser humano e a atividade em si, pela perda de qualidade e atributos singulares que produz o chamamento para o local. Se os impactos negativos fossem atenuados por uma relação equilibrada entre o turismo e o meio ambiente nos aspectos sociais, ambientais, culturais e econômicos esse movimento seria natural, devido à tipologia de nossos atrativos.

“A diversidade paisagística do território brasileiro, no que diz respeito aos componentes naturais responsáveis pela mesma, é assentada sobre uma base ecológica igualmente diversa [...] cada qual passando a abrigar uma multiplicidade de ocorrências e manifestações da natureza mais localizadas, aqui representadas na forma de uma extensa tipologia de atrativos naturais na sua acepção motivacional e educativa para a crescente demanda turística e recreativa da atualidade” (PIRES, 2003, p.159).

Apesar da regulamentação imposta sobre os recursos hídricos são crescentes as formas de uso intensivo, o que acarreta na mudança do ciclo das águas, algumas mudanças causadas por fenômenos naturais e outros e mais impactantes são provocados pela evolução e aproveitamento indiscriminado da população, que direta ou indiretamente imprime sobrecarga sobre os recursos naturais.

A gestão dos recursos hídricos determina as funções que segue dentro de sistemas, reunidos por Vergara (2007, p.13-14), que reitera a importância para o

desempenho de atividades coordenadas para o processo de uso múltiplo. Dentre as funções podem ser citada a gestão do planejamento, administração, regulamentação; a oferta com represamento, poços, cisternas; os usos consuntivos que são basicamente o consumo de águas para o abastecimento, irrigação, abastecimento industrial e urbano, aquicultura; os usos não consuntivos que utilizam o recurso hídrico na própria fonte para geração de energia elétrica, navegação fluvial, lazer, pesca e piscicultura, esgotos; as medidas para a preservação; e as funções complementares empreendidas para o desenvolvimento e qualidade dos recursos e seus usos como a ciência e tecnologia meio ambiente, planejamento global, incentivos econômicos, defesa civil.

Dentre os instrumentos que corroboram para que cumpram as funções previstas nos sistemas, o Plano de Recursos Hídricos cumpre o acordo político de definir prioridades de uso que determinará a concessão de outorgas, assim como o valor da cobrança pelo uso da água (VERGARA, 2007, p.15) que segundo prevê a Política Nacional de Recursos Hídricos deve ser participativo. Para o autor a participação na avaliação constitui-se em desenvolvimento de alternativas aplicadas localmente.

O Brasil possui o quinto maior potencial de aproveitamento hidrelétrico do mundo, fundamentalmente recursos e reservas energéticas representam mais energia favorecendo desenvolvimento do país no contexto econômico. Fatores estes favoráveis a multiplicação de usinas hidrelétricas, mesmo porque o parque gerador hidrelétrico brasileiro ainda representa somente 30% de sua capacidade potencial, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (BRASIL, 2008c).

As usinas hidrelétricas são um conjunto de obras e equipamentos que tem o fim específico de gerar energia elétrica através do aproveitamento dos recursos hídricos. Implantadas as margens de rios, sua presença é percebida pela formação do reservatório em forma de lago. Uma hidrelétrica ao represar um rio provoca impactos no meio ambiente que muitas vezes alteram desde o curso natural dos rios até a supressão da mata e reservas causando o desaparecimento de espécies endêmicas da fauna e flora. Algumas cidades são totalmente atingidas conforme se verifica no município de Itá, local do estudo. Deste modo os impactos ambientais são

em níveis sociais, culturais, naturais e econômicos. Atinge uma área ao longo do rio que pode ser de um ou mais municípios vizinhos (SÃO PAULO, 2008).

A construção de grandes reservatórios muitas vezes demanda a realocação de um significativo número de pessoas. Quando são desapropriados recebem uma quantia indenizatória pelos custos materiais e do solo desapropriado em questão, no entanto não é mensurado o efeito psicossocial a que são submetidos estes atingidos. As condições de sobrevivência na área rural assim como nas áreas urbanas próximas à formação do lago e construção da usina tendem ao redirecionamento de suas atividades econômicas e sociais (LIMA, 2003). Porém sobre os solos férteis, os remanescentes florestais e espécies endêmicas sem estimativa de perda, também a cultura imaterial dos povos ribeirinhos contribuem para o processo irreversível de desvalorização cultural regional.

A sobrecarga no meio natural como um todo está relacionada à prática de uso múltiplo, principalmente nos recursos hídricos que formam reservatórios de UHE. Quanto ao uso múltiplo, Saravia (1991, p.225) refere-se ao termo associando-o a múltipla função exigida do recurso pela sociedade, os mais auferidos são solo e água. Para o autor o uso múltiplo contribui para a solução de problemas de escassez, conflitos que cercam a oferta e a demanda dos recursos naturais, ainda fomenta o equilíbrio no aproveitamento dos recursos, neutralizando a influência de usufruto particular. Segundo o autor os diferentes conceitos do uso múltiplo estão na teoria da igual oportunidade para a utilização dos recursos e na teoria do uso dominante. A primeira tem forte vínculo com os princípios sustentáveis e a segunda teoria beneficia os valores competitivos e a seleção de quem é hábil a gerir e maximizar os lucros.

O entorno de usinas hidrelétricas é designado por um movimento natural das atividades que o cercam, como são espaços aquáticos modificados, esta dinâmica procede. O sistema natural e rural tem uma relação essencial de sobrevivência com os recursos hídricos, por isso compartilham das várias formas de uso, entre estes estão lazer e turismo, são muitas as práticas realizadas nos lagos e praias artificiais como esportes náuticos e aquáticos, pesca amadora, segundo Pertille (2006). Uma UHE possui em seu entorno o lago, onde ocorre o lazer e atividades recreativas, no

entanto se considera áreas de influência toda a extensão de áreas, comunidades, municípios ou até região que apresentem alterações pela formação do reservatório.

Estes são beneficiados pelas verbas indenizatórias e pelas compensações financeiras pela utilização dos recursos hídricos - CFURH distribuídas legalmente pelas concessionárias. Estas áreas possuem atividades e atributos específicos onde o turismo pode ser inserido como alternativa para o desenvolvimento local sendo necessário determinar os atrativos potenciais entrariam no processo de uso múltiplo das águas e/ou do solo, já que o turismo é uma atividade segmentada e exige uma multiplicidade de bases para o seu planejamento e desenvolvimento.

Os atrativos identificados variam de acordo com as tipificações turísticas que em áreas naturais ou culturais são trabalhadas como turismo rural, cultural, de natureza, ecológico, científico, de aventura, entre outros de grande importância para o turismo, que são inerentes a cada ecossistema (FERRETI, 2002). A ANA indica alguns dos tipos de atividades turísticas em reservatórios do país inseridos em biomas singulares do solo brasileiro.

Na destinação turística inserida no processo do uso múltiplo é possível identificar comunidades e classificar empreendimentos que dependem exclusivamente do turismo ou não, como depõe Cooper (2001). Na maioria dos locais se compartilha turismo com outros usos, o autor cita o turismo no litoral e em águas compartilhado com a geração de energia e a pesca; enquanto o turismo em áreas rurais o uso múltiplo se dá concomitantemente à conservação da natureza, agricultura e silvicultura. O uso múltiplo destas áreas ocasiona alguns conflitos na destinação entre visitantes e usuários locais, cuja solução está na organização, zoneamento e planejamento das atividades que partilham do mesmo espaço.

Segundo Saravia (1991, p.226) as teorias interpretativas sobre os conceitos do uso múltiplo de recursos naturais apresentam duas teorias:

Primeira – teoria da igual oportunidade para a utilização dos recursos: nesta teoria o uso múltiplo deve buscar e utilizar os recursos para o desenvolvimento de forma equilibrada, mantendo o mesmo nível de participação e crescimento em todas as esferas ambientais, do ecológico ao econômico, garantindo que nenhum uso

tenha prioridade sobre o outro. Nesta teoria o uso múltiplo é considerado “rendimento sustentado”.

Segunda – teoria do uso dominante: o uso dominante privilegia e prioriza a esfera que aumenta os benefícios. Esta teoria requer separação, no tempo e no espaço, de uso dos recursos competitivos, de modo a maximizar os rendimentos.

A igual oportunidade de uso exige maior especificidade dos recursos disponíveis e a serem utilizados. Demanda maior interação e objetividade para sua aplicação e definição de metas nos programas socioambientais. O uso dominante basicamente é a manutenção dos recursos e a tomada de decisões está sob a tutela do detentor da posse, do acesso as esferas do poder e financeiras. As minorias e desprovidos sob a insígnia desta teoria, não oferecem concorrência ao uso dos recursos ou não decorrem de força para concorrer de modo igualitário, pois são neutralizados pelas gestões particulares de maior influência.

2.4 Abordagens sustentáveis para o turismo

A sustentabilidade é, na sociedade contemporânea, um estandarte de múltiplas abrangências dotado de equilíbrio. Mas, somente se evidenciou que ao saciar nossas necessidades, devíamos prever o não comprometimento das reservas para a humanidade vindoura, após a percepção da problemática ambiental. Toma-se assim, a responsabilidade sobre as formas como estamos utilizando os recursos que nos é disposto. Desde então se tornou primordial a organização e a priorização dos bens utilizáveis, contrastando com os modelos econômicos que patrocinam a exploração tanto no meio urbano quanto nos meios naturais (FARIA & CARNEIRO, 2007).

Historicamente o turismo é uma atividade que se beneficia do novo padrão de desenvolvimento, preocupado com o meio ambiente cresce economicamente a ponto de ser taxado como o setor de maior crescimento e abrangência mundial nas últimas décadas. A partir das premissas a cargo do turismo, pode-se atrelar a atividade o caráter de sustentável pelas correlações ser humano, espaço e

patrimônio entre componentes (AZEVEDO, 2002). Deste modo cada vez mais o turismo se constitui em ferramenta com princípios para tornar a atividade um dos aliados do desenvolvimento local sustentável quer seja para o turismo ou não (PELLIN, 2004).

Deste modo a sustentabilidade dá subsídios para cooperação entre as comunidades, o meio natural e atores envolvidos com o turismo. De acordo com a OMT (2003), quando os atrativos turísticos dependem dos recursos naturais para sua existência ou que se consolidem como fatores únicos de sobrevivência da atividade, é aconselhável tomar algumas precauções. Dentre as preocupações que se deve ter com os recursos naturais ou turísticos, estão:

- Munir-se de uma força de trabalho responsável, treinada e consciente;
- Formar agentes capacitados e imbuídos do espírito participativo e motivados;
- Respeitar a cultura local e oportunizar as tomadas de decisões no processo de desenvolvimento;
- Formular planos de manejo e uso da terra, usufruir de infra-estrutura que atenda ao morador e ao visitante. Para que haja um ambiente de negócios saudável, interesses ambientais convergentes, manutenção do patrimônio cultural as preocupações devem ser em comum.

A idéia do turismo sustentável permite a atividade desenvolver atividades atreladas ao ambiente que ao mesmo tempo em que conserva a natureza, transforma estes atributos em ferramentas de promoção das novas práticas. Para o turismo que tem grande parte de sua atividade inserida na natureza, os benefícios econômicos podem ser garantidos através da contribuição para a conservação das áreas naturais, com educação ambiental (sensibilização e mudança de atitude, conhecimento e transmissão de saberes) monitoramento (agentes multiplicadores e conscientização) e como destino ecoturístico (turismo de aventura e ecoturismo).

A sustentabilidade dá ao destino além de alternativas de crescimento, qualidade de vida aos moradores e uma nova leitura do espaço que se vive e se consome. Para alcançar tal sustentabilidade o turismo deve considerar (OMT, 2003) certos princípios:

Os recursos naturais e culturais ligados ao turismo devem ser preservados para as próximas gerações sem privar a sociedade de hoje; o desenvolvimento turístico deve ser planejado e gerido de em sua totalidade e equilíbrio; A qualidade ambiental deve ser melhorada e mantida para a satisfação e a permanência do destino turístico; a atividade turística deve ser descentralizada e inclusiva; transparência e disseminação da informação e pesquisas de natureza turística para a comunidade do turismo (p.23).

Ao passo que se desenvolve o turismo em áreas naturais com apelo social e cultural, e claro se busca o desenvolvimento econômico, se evoca a sustentabilidade, pois a mesma evoca os pilares de sustentação e de manutenção (MAGALHÃES, 2002). Para impulsionar o turismo desde o início da organização territorial a que se destina, deve-se primeiramente buscar o apoio da comunidade, mesmo sendo um modo difícil, mas imprescindível para alcançar objetivos satisfatórios do turismo sustentável em bases locais. Considera-se este um meio de desenvolver o senso de responsabilidade da comunidade envolvida motivando-a a participar mais e inserir-se nos processos e cumprimentos do dever de ser guardião do patrimônio socioambiental do seu meio.

Conforme Hoffmann (2005, p.40), os fatores que devem considerados como forma de avaliar a sustentabilidade, inclui:

O capital natural - valor, forma de exploração e sustentabilidade; capital físico - infraestrutura, tecnologia e investimento público e privado; capital humano - conhecimento, educação e potencial; capital social - as sociedades e unidades familiares, responsabilidade, cooperação e capacidade seletiva; fatores políticos e gastos públicos: estabilidade política, incentivos e investimentos.

Justamente são mensurados equilíbrio e capacidade de gestão assim como a capacidade eletiva da sociedade são condicionantes para avaliar se um local é sustentável. Sob os princípios da sustentabilidade o desenvolvimento deve ser equitativo. No entanto, sob os critérios definidos por Sachs (2009, p.85-87; 1986), a sustentabilidade está sujeita a integração de oito dimensões (social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e internacional), apresentadas a seguir:

1. Dimensão social:

- Refletir sobre a organização e sobre o ambiente competitivo;

- Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social;
 - Distribuir renda de maneira justa;
 - Emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente;
 - Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
2. Dimensão cultural:
- Modificar o interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação);
 - Conferir autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas);
 - Gerar autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
3. Dimensão ecológica:
- Preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis;
 - Limitar o uso dos recursos não-renováveis.
4. Dimensão ambiental:
- Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
5. Dimensão territorial:
- Equilibrar configurações urbanas e rurais (eliminação das inclinações urbanas nas alocações de investimento público);
 - Melhoraria do ambiente urbano;
 - Superação das disparidades inter-regionais;
 - Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).
6. Dimensão econômica:
- Desenvolvimento econômico inter-setorial equilibrado;
 - Segurança alimentar;
 - Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção;
 - Proporcionar um nível razoável de autonomia na pesquisa científica e tecnológica;
 - Inserção soberana na economia internacional.
7. Dimensão política (nacional):

- Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos;
- Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores;
- Promoção de um nível razoável de coesão social.

8. Dimensão política (internacional):

- Garantir a paz e a promoção da cooperação internacional;
- Compartilhar a responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco;
- Controlar institucionalmente o sistema internacional financeiro e de negócios;
- Garantir o controle institucional efetivo na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais;
- Prevenir as mudanças globais negativas;
- Proteger a diversidade biológica e cultural;
- Gerir o patrimônio global como herança comum da humanidade;
- Criar um sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminar o caráter de *commodity* da ciência e tecnologia.

De acordo com os princípios determinados por Sachs (2000), a sustentabilidade efetiva não está centralizada, ela possui cinco dimensões equitativas. Considerando o modelo de Sachs, o desenvolvimento sustentável é o resultado da inter-relação entre as esferas ambientais que englobam as atividades humanas, na promoção do crescimento, em elevação da qualidade de vida, conscientização e ações.

A sustentabilidade não é um simples atributo aplicado a um tipo de desenvolvimento. Leff (2001) defende que o “desenvolvimento sustentável não se limita a tornar compatíveis a conservação e o desenvolvimento, internalizando as condições ecológicas para um crescimento sustentado da economia; também leva a pensar o ambiente como um potencial para um desenvolvimento alternativo [...] para um construir um novo paradigma produtivo que integre a natureza e a cultura como forças produtivas” (p.66).

O turismo, nos parâmetros da sustentabilidade, pode ser um instrumento com capacidade para o desenvolvimento com qualidade de condição de vida da

população e do meio ambiente. Na atividade turística que se entende como consolidada, os meios natural ou ecológico, social, cultural, político e econômico são entendidos como de igual grandeza para que o desenvolvimento local seja alcançado.

3 BASES PARA O USO DO ENTORNO DE USINAS HIDRELÉTRICAS

Este capítulo apresenta as bases legais e aspectos da legislação brasileira que permitem o uso do entorno das usinas hidrelétricas de modo responsável e regulamentado, assim como o uso dos recursos naturais, especificamente os recursos hídricos na forma de uso múltiplo.

3.1 Os compromissos socioambientais

A questão ambiental se constitui num marco importante de movimentos sociais, quando ao final do século XIX ganha peso inicialmente no campo da biologia e posteriormente adentra os campos das ciências sociais. A dita 'revolução ambiental' que vem tratando das questões ambientais com mais afinco nos últimos anos, se constitui do reconhecimento da crise socioambiental que o mundo atravessa, causando transformações significativas no comportamento da sociedade organizada política e economicamente.

O cidadão deste planeta não mediu esforços para expandir horizontes e na irracionalidade da utilização dos recursos naturais, se serviu sem limites da matéria-prima sem dar o devido tempo para a natureza se regenerar (LEFF, 2003). Neste sentido da relação homem-natureza ao longo da história, a busca pelo conhecimento e entendimento como forma de minimizar os impactos proeminentes, implica no questionamento do modelo de desenvolvimento assumido que levou o planeta ao limite.

A comunidade de indivíduos, organizações em nível global, estado, entidades e agentes da sociedade civil tomaram consciência da crise ambiental de modo lento. As questões do impacto estavam enraizadas e camufladas pelo processo de crescimento econômico e pela noção equivocada de que a natureza é infinita. Segundo Barbieri (1997), esta questão percorreu uma longa distância para ser processada como um problema ambiental, ainda assim ocorreu de modo diferenciado entre os agentes, indivíduos, entidades governamentais e sociedade civil e organizações internacionais. Caracterizadas pelas mudanças sócio-

econômicas, tecnológicas e pela sucessão de discussões e manifestações que iniciam ao se questionar o estilo de desenvolvimento adotado pela sociedade capitalista, esta preocupação evoluiu de maneira global e distinta em etapas⁷, conforme segue:

“Primeiramente, a percepção dos problemas ambientais era de âmbito local, decorrente de negligência, ignorância, dolo ou indiferença das pessoas, dos agentes produtores e consumidores de bens e serviços. As ações visando coibir tais práticas eram de natureza reativa, corretiva e repressiva, tais como: proibições, multas e atividades voltadas ao controle da poluição.” (SOARES, 2005, p.9)

Esta etapa perdurou até os anos 70. Nesta década, os movimentos e organizações ambientais passam pela consciência da “ecologia”, uma idéia em evolução que naquele momento desponta com o relatório “Limites do Crescimento” organizado pelo Clube de Roma em 1968, apresentado e publicado em 1972 na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, em confronto às perspectivas de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Portanto, na década de 70 se sucederam fatos significativos para os próximos avanços na questão ambiental, como em 1972 com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e a Conferência de Estocolmo; em 1973 o termo e adoção da palavra “ecodesenvolvimento” por Maurice Strong na primeira reunião do PNUMA.

“Na segunda etapa, os problemas ambientais passaram a ser vistos de forma generalizada, porém confinados aos limites territoriais dos estados nacionais, tendo como principal causa a gestão inadequada dos recursos, aliada às causas existentes na primeira etapa. Para minimizar tais problemas, foram adotadas ações corretivas e repressivas, adicionadas a diversos instrumentos governamentais, de natureza preventiva, voltados para o controle da poluição e à melhoria dos processos produtivos, tais como: substituição de fontes poluidoras e/ou renováveis, usos de processos eficientes, exigência de estudo prévio de impacto ambiental e licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades consideradas potencialmente poluidoras.” (SOARES, 2005, p.9)

Se a característica principal da primeira etapa tinha ótica corretiva como quesito da abordagem ambiental na segunda, quando já adquirida uma visão mais global da problemática, as entidades ambientais ativas, governamental ou não governamental, mantem uma atitude de tratamento preventivo da questão. Esta prevenção esteve presente durante a década de 80. Neste período perdurou a

⁷ Com base nas pesquisas de Kasseboehmer (2007); Feger (2002); Lima (2003).

preocupação com os níveis de crescimento e começam as mudanças generalizadas na economia mundial com o fenômeno da chamada “globalização”, quando a questão ambiental surge sob a ótica sociocultural e adentra profundamente no conceito de desenvolvimento sustentável. Em 1984 são formulados por Sachs (1986) os princípios do “ecodesenvolvimento”. No ano de 1987, o Relatório Brundtland preparado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNMAD e apresentado sob o título de “Nosso Futuro Comum, oficializa o conceito de desenvolvimento sustentável com propostas às mudanças de paradigmas de crescimento até então vinculados ao processo de exploração predatória.

“No terceiro momento, a degradação ambiental passou a ser vista como um problema global do modelo de desenvolvimento adotado pelos países, marcado por imensas desigualdades sociais, principalmente nos países não desenvolvidos, ou em fase de desenvolvimento. A solução para os problemas ambientais deixou de ser meramente ecológica e começou a abranger dimensões sociais, políticas e culturais. Nessa etapa, os problemas ambientais começaram a extravasar as fronteiras nacionais ocasionando: poluição em rios internacionais, chuva ácida decorrente da emissão de gases em diversos países, a diminuição da camada de ozônio e o efeito estufa, entre outros. As ações necessárias para coibir a degradação ambiental do planeta deixaram de ser restritas a políticas e ações de âmbito local e regional, passando a exigir intervenções capazes de alcançar o espaço internacional”. (SOARES, 2005, p.9-10)

A terceira etapa iniciada nos anos 90, busca a integração entre as questões ambientais e os problemas decorrentes do desenvolvimento. Nesta década acontece a RIO-92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro foi marcada pela cooperação, abertura aos diálogos multilaterais e convergência da preocupação para os interesses globais, resultando na aprovação da Agenda 21 entre outros documentos de interesse ambiental.

Após avançar a primeira e segunda etapa, ou seja, da percepção do problema ambiental evoluindo para a mobilização no sentido de aplicar conceitos e adesão a processos alternativos de mudanças com medidas socioeconômicas, políticas e institucionais. Devido às profundas alterações o meio natural ao longo do tempo foi enredando o ser humano, no sentido prático, a criar alternativas de uso, para matéria prima e para produção, adquiridos nos processos de transformação e

avanços da tecnologia, industrialização, manejo, além de um longo planejamento racional. As conseqüências do crescimento econômico desordenado quando se avalia a qualidade de vida, a qualidade do ar, águas e solo no que tange a cobertura de vegetação e a diminuição de lençóis freáticos passa por uma ótica otimizada, sob a égide da legislação e políticas criadas a partir do interesse que aportou nos anos 70.

Em face da urgência e de forma definitiva surgiram nesta década os movimentos que implicaram em grandes avanços às ações em defesa do meio ambiente de hoje. Na Conferência de Estocolmo foi lançado o guia onde o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA passava as nações um modelo para o crescimento econômico e uso dos recursos naturais, para preservar e melhorar o meio ambiente humano. Os sucessivos eventos que se sucederam após a Declaração de Estocolmo, mostraram ao mundo um cenário desolador.

A apropriação dos recursos hídricos para fins de uso múltiplo cresce de forma crítica e desordenada, mas apesar das condições que se encontram são apropriados para o abastecimento humano e industrial, navegação, pesca, lazer, energia hidráulica, irrigação e ainda servem para substituir parte do processo de tratamento e saneamento básico, entre outros. Os recursos hídricos, essenciais a vida, são afetados em nível mundial e atravessam por um profundo desequilíbrio.

Além de colocar o mundo desenvolvido e não-desenvolvido no mesmo patamar de igualdade quando o assunto for o cuidado com o meio ambiente. Apesar da desigualdade de capital e possibilidades de consumo, a urgência e a necessidade de se criar novos instrumentos para preservação do planeta afeta indistintamente qualquer meio de vida. Com caráter embrionário de um tipo remanescente de desenvolvimento oposto ao que imperou desde o princípio da exploração dos recursos naturais foi apresentado, nesta fase da discussão ambiental, o ecodesenvolvimento. De modo que, segundo Barbieri (1997), mais tarde vem a ser conhecido como desenvolvimento sustentável.

O Brasil participa da Conferência de Estocolmo em 1972, apesar de estar sob a insígnia desenvolvimentista, na época se encontrava em plena fase da expansão agrícola e exploração dos ecossistemas que posteriormente seriam considerados

frágeis, já era considerado um país em desenvolvimento e o tratado de Estocolmo contraporia com a política interna. Entretanto neste período instituiu a Secretaria de Meio Ambiente – 1973 e na contramão do paradigma, ainda mais, se iniciam as discussões sobre a questão ambiental de forma pública no país.

A própria Constituição Federal de 1988 estabelece normas de salvaguarda aos patrimônios naturais e sociais, neste documento a nação delegava aos estados, distrito federal e municípios a competência em promover, proteger e defender o patrimônio natural e cultural de qualquer natureza e forma de manifestação. Para isto a lei maior dedica o art. 23º que denomina a competência comum as esferas federativas da União, Estado, Distrito Federal e Municípios na proteção, manutenção e preservação dos bens materiais e imateriais; o art. 24º expressa e constitui em disposição legal a defesa, utilização, proibidade e garantia a União, Estados e Distrito Federal destes bens e, o art. 30º compete aos Municípios em observação à legislação vigente guardada as especificidades locais salvaguardar o patrimônio que remonta e referencia a identidade nacional.

No entanto, em 31 de agosto de 1981 a Lei nº 6.938 institui a política Nacional do Meio Ambiente – PNMA. Esta é a lei ambiental mais importante do país, criada antes mesmo da constituição. Pela promulgação desta lei e a regulamentação através da Resolução nº 001/86 do Conselho nacional de Meio Ambiente – CONAMA, se tornou obrigatória a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Esta resolução torna o EIA / RIMA obrigatório antes da implantação de atividades econômicas que podem interferir no meio ambiente, como: usinas hidrelétricas, linhas de transmissão, estradas, ferrovias, aeroportos, indústrias, mineração, resorts, entre outras, também serve de condicionante a obtenção de licenciamento e financiamento.

Como instrumento de avaliação de impactos ambientais instituído pela Política Ambiental, o Estudo de Impacto Ambiental – EIA antecede principalmente a implantação de empreendimento de grande porte e grandes custos ambientais, como as usinas hidrelétricas, pelo ambiente natural e social que as cercam. O EIA apresenta técnicas de previsão de impactos, executado por equipes multidisciplinares que analisam as condições locais e de implantação (IBAMA, 1995). O EIA resulta num relatório que traz o diagnóstico ambiental, considerando os

aspectos dos ambientes: físico; biológico; socioeconômico. Este relatório denominado RIMA apresenta os resultados do EIA, como a descrição do projeto, etapas do planejamento, delimitação e diagnóstico ambiental, identificação, medição e valorização ambiental, formulação de alternativas, medidas mitigadoras, fiscalização e monitoramento. A partir do RIMA as ações são direcionadas para o desenvolvimento e a formação de compromissos socioambientais compensatórios.

Os compromissos socioambientais, principalmente aqueles voltados às águas são firmados pela Lei das Águas pela Lei n. 9.433/1997. Esta lei garante o uso múltiplo com a adequação da gestão dos recursos hídricos às práticas turísticas, gestão ambiental, uso racional e integrado dos sistemas hídricos. No item III do art. 7º os termos são colocados de forma que se verifica uma similaridade com os princípios sustentáveis, quando cita “balanço entre disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificação de conflitos potenciais”, para Saravia (1991, p.225) uso múltiplo⁸ também pode ser considerado como “rendimento sustentado”.

Especificamente com a criação da Lei n.9.984/2000 a Agência Nacional de Águas – ANA dispõe sobre o processo de usos múltiplos dos recursos hídricos como sendo também de direito garantido disponível ao turismo e ao lazer, assim como sua estrutura. O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA através da resolução n. 302/02 considera que o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios Artificiais poderá indicar áreas de implantação de pólos turísticos e lazer no entorno de reservatórios artificiais. Esta garantia de uso múltiplo por lei privilegia a simetria do uso dos recursos hídricos, de modo que a participação dos usuários não se restringe mais ao poder dominante do setor de geração de energia elétrica que antes da promulgação dessa lei, condicionava o acesso e utilização das águas (CARRERA-FERNADEZ, 2000).

Segundo a Agência Nacional de Águas - ANA (BRASIL, 2005b), como primeira iniciativa de organizar a atividade turística no Brasil em 1987, a então criada Comissão Técnica Nacional constituída pela Empresa Brasileira de Turismo –

⁸ Uso múltiplo é uma terminologia que está associada aos conceitos da otimização de usos, a integração das áreas aos seus usos apropriados. Segundo Saravia (1991) os outros termos que podem ser usados são: agrosilvipastoril e agroecossistemas sem estabelecer diferença entre eles.

EMBRATUR e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA se unem para monitorar o projeto de Turismo Ecológico, criado para ordenar as práticas do turismo e para minimizar os impactos que já eram percebidos. O Brasil atualmente conta com uma divisão hidrográfica, facilitando os estudos e o direcionamento das ações voltadas para o uso múltiplo dos recursos hídricos.

Por sua vez a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL não tem nenhuma relação com a atividade turística ou de lazer. As áreas destinadas ao uso múltiplo são instituídas pela legislação nacional dos recursos hídricos atrelado ao órgão competente do meio ambiente, já referenciados aqui. No entanto, a agência considera que a implantação de UHE gera impactos tanto sociais quanto ambientais, desta forma reitera o compromisso de alocar recursos para projetos de mitigação de impactos.

Para a ANEEL a tendência é desenvolver projetos de maneira sustentável para a construção de hidrelétricas (BRASIL, 2008c), e dar continuidade as medidas mitigatórias dos impactos provocados pelas usinas. Como expressão da disposição da ANEEL em reconhecer os danos causados pelo aumento da utilização dos recursos hídricos, pois, segundo a agência, os maiores entraves para a expansão hidrelétrica no Brasil são de natureza ambiental e judicial. Além dos compromissos socioambientais firmados com os consórcios através de compensação financeira ou royalties, como já é previsto.

3.2 Compensação e mitigação - medidas e aspectos legais

O crescimento econômico de um país segue um histórico marcado pelas fases de exploração dos recursos naturais como matéria-prima através de um modelo linear de desenvolvimento, que permanece apesar dos avanços tecnológicos e da escassez e crise ambiental que se instalou. Algumas atividades que alavancam o setor econômico provocam impactos sociais e ambientais na mesma proporção que se desenvolvem. Entre os setores com efeitos negativos mais vultosos estão os representantes de atividades, como: agrícola e pecuária, mineração, combustíveis,

construção civil, metalúrgica, geração hidrelétrica e turismo. Em tese, segundo Scarpinella (1999, p.7) o “aspecto fundamental da questão ambiental no país é a ausência sumária de concatenação entre os propósitos expressos na legislação ambiental e o processo de transformação que continua ocorrendo no mundo real, de progressiva degradação”.

De forma contraditória, os maiores índices de degradação são observados justamente nas atividades relacionadas aos setores econômicos que detem os maiores resultados em pesquisas e desenvolvimento para o seu crescimento e diversificação de produtos, mas que investem infimamente na redução de impactos ou na produção alternativa. O conjunto de atividades que envolvem as usinas hidrelétricas assim como o turismo são alguns dos exemplos de geradores de impactos e em plena expansão, ambos geram impactos de grande proporção, tanto positivos devido à geração de energia e atração de divisas, quanto negativos pela consequente transformação e danos causados pela sua implantação, infraestrutura e uso.

No caso de UHE, as mudanças desencadeadas ultrapassam a exploração dos recursos hídricos onde a hidrelétrica é implantada, os efeitos sobre o meio ambiente abrangem vários recursos em nível regional. Identificando de modo geral alguns destes recursos atingidos, tem-se a sua principal fonte de energia que são os recursos hídricos, vegetação, ictiofauna e fauna endêmica e solo. O ambiente sociocultural configurado pelo pertencimento e a dependência dos recursos naturais oriundos do local, sofrem a depredação e desvalorização do seu patrimônio material e imaterial, cujas compensações são inalcançáveis do ponto de vista econômico.

Em síntese, o planejamento do setor elétrico tem início com a inserção das questões ambientais em fase da publicação da Lei nº 6.938/81 que institui o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, cujo foco era a proteção dos recursos naturais⁹. Através desta lei que se estabelece e supervisiona os critérios para o licenciamento, e impõe a obrigatoriedade de Estudos de Impactos Ambientais – EIA. Este estudo serve como guia de orientação as empresas de energia na definição e desenvolvimento dos estudos socioambientais, além dos estágios a

⁹ Dentre os instrumentos de proteção o CONAMA promulga a Lei nº 9.605/98 que pune os Crimes Ambientais e serve de base para a gestão ambiental.

serem considerados no processo de desenvolvimento do Relatório de Impactos do Meio Ambiente – RIMA. O licenciamento ambiental mediante o EIA/RIMA está na Resolução 006/87 do CONAMA que regulamenta a implantação de UHE no Brasil.

No procedimento para o licenciamento ambiental o EIA/RIMA antecede a construção da usina hidrelétrica, e é apenas parte de uma gama de exigências que devem ser cumpridas e apresentadas para a obtenção de licenças¹⁰, porém cada etapa para o licenciamento requer um item sobre as questões ambientais.

Todas as etapas do licenciamento ambiental para usinas hidrelétricas estão demonstradas no Quadro 2:

Tipo de Licença	Documentos relacionados
<p style="text-align: center;">Licença Prévia (LP)</p> <p>Concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção. Atesta a viabilidade ambiental e estabelece os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implantação.</p>	<p style="text-align: center;">RIMA</p>
<p style="text-align: center;">Licença de Instalação (LI)</p> <p>Autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.</p>	<p style="text-align: center;">Plano Básico Ambiental</p>
<p style="text-align: center;">Licença de Operação (LO)</p> <p>Autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.</p>	<p style="text-align: center;">Relatório sobre Programas Ambientais e Medidas Mitigatórias</p>

Quadro 2 - Etapas para o Licenciamento Ambiental de usinas hidrelétricas

Fonte: Brasil (2009e); Tractebel (2010).

¹⁰ O processo de licenciamento, etapas e exigências, na íntegra estão disponíveis em: <http://www.ibama.gov.br/licenciamento>. Acessado em: 16/03/2010.

Uma usina hidrelétrica, que pode ser pequena ou grande, sendo que as grandes formam reservatórios onde ocorre alagamento de áreas do entorno, são resultados de um processo de apropriação econômica dos recursos hídricos e ambientais (SOUZA, 1988, p.124 apud REIS, 1998). As usinas se utilizam deste tipo de apropriação para formar suas barragens de águas. Vale lembrar que este procedimento é muito comum no Brasil para a geração de energia.

Estão associados, a este tipo de empreendimento, impactos sobre o meio ambiente e medidas de intervenções (PASSOS, 2004). Os impactos são divididos pela fase que a construção se encontra, existem efeitos distintos originados pela simples construção de uma UHE, por ocasião do enchimento do reservatório e também os transtornos causados pelo término da construção.

Retomando o tema da gestão ambiental, ela pode ser pública ou privada com responsabilidade do estado sobre a gestão do meio ambiente através dos instrumentos e mecanismos de gerenciamento que adota, e no segundo caso a gestão fica a cargo das empresas públicas ou privadas, com base em princípios e diretrizes definidos de acordo com a organização e a legislação em vigor.

Muitos dos compromissos assumidos pelas concessionárias, através dos planos ambientais e de responsabilidade social, se devem à pressão de frentes populares como o “Movimento dos Atingidos por Barragens” segundo Reis (1998). Estes movimentos surgiram na década de 1980, para a defesa dos direitos, da participação e envolvimento da população atingida nas decisões que os afetou, quando firmaram diretrizes para a indenização financeira de terra e reassentamento da população.

A gestão ambiental tem o objetivo de promover, inventariar e coordenar o uso, além de controlar e proteger o meio ambiente através de políticas, gerenciamento e planejamento ambiental, este último deve estar vinculado à sustentabilidade. Com vistas a aumentar a participação dos diversos atores sociais envolvidos na gestão dos recursos ambientais. Os planos ambientais de conservação e uso do entorno de reservatórios artificiais devem ser uma conquista dos interessados, que de algum modo foram afetados pelo empreendimento e que agreguem contributivamente sua participação ao bem da coletividade.

Entre os setores de produção e abastecimento nacional, a geração elétrica possui importante referencial em estudos desenvolvidos para a formação de planos e programas de mitigação, prevenção e proteção do meio e para o meio ambiente. Conforme Soares (2005) a Companhia Energética de São Paulo – CESP e Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE no Rio Grande do Sul em meados 1960 e 1970 já processavam seus planos e projetos para geração de energia, baseados em estudos ambientais consequentemente muitas espécies do ambiente aquático, costeiros e autóctones de áreas inundadas permanecem como exemplares restabelecidos, em permanente monitoramento ou que não sofrem ameaças a sua sobrevivência.

Medidas para mitigação de impactos ambientais e sociais como a compensação financeira, são tomadas em observação à legislação brasileira que institui uma porcentagem dos lucros das usinas com a produção de energia, para distribuição entre governo, estado e municípios atingidos. A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH para fins de Geração de Energia Elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988, conforme estabelecido na Lei nº 8.001/90 são destinados 45% dos recursos aos municípios atingidos pelos reservatórios de UHE, cabendo os outros 45% aos estados e 10% é distribuído a União que repassa aos ministérios correlatos.

No caso da Hidrelétrica Binacional de Itaipu a compensação é obtida através dos royalties, distribuídos percentualmente entre o governo e municípios atingidos pela formação do reservatório nos territórios do Brasil e do Paraguai. Este sistema de compensação, conforme a Lei n. 9.984/2000 estabelece o valor a ser pago pela concessão ou autorização pela exploração das águas em solo brasileiro.

4 O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO - UHE ITÁ

Muitas atividades desenvolvidas no entorno de uma UHE são voltadas ao turismo e ao lazer. Neste contexto este capítulo traz o programa socioambiental da Itaipu Binacional que trabalha a atividade turística na sua região lindeira. Caracteriza também a região de estudo no entorno da UHE Itá.

4.1 A atividade turística no entorno dos maiores reservatórios do Brasil

No Brasil a busca da população pelas águas para os mais diversos fins, entre eles o turismo e o lazer é visto como oportunidade de expansão. Os recursos naturais especificamente os hídricos são os maiores potenciais atrativos para o turismo (RUSCHMANN, 2004). O turismo relacionado aos recursos hídricos extrapolou os setores competentes e torna-se uma realidade com o conhecimento dos vários setores atrelados ao meio ambiente, tanto que a Agência Nacional de Águas – ANA (BRASIL, 2005b) de acordo com o Ministério do meio Ambiente, agrupa em três principais segmentos a atividade associada às águas, sendo:

- Turismo e lazer no litoral brasileiro;
- Turismo ecológico e pesca;
- Turismo e lazer nos lagos e reservatórios interiores.

Para satisfazer um dos objetivos deste trabalho o enfoque prevalecerá sobre o Turismo no entorno de lagos e reservatórios de hidrelétricas. A ANA indica que a procura por lugares relacionados com água, lagos, rios, praias e hidrotermais é ascendente, a demanda por turismo e lazer em águas se desenvolve especialmente nos locais onde permitem atividades náuticas, aquáticas e balneáveis. Tanto que as atividades em lagos e reservatórios proporcionam o alcance da sustentabilidade, através da integração dos componentes sociais, ambientais e econômicos no aproveitamento dos recursos hídricos como garantia de atratividade. Segundo

pesquisas de demanda turística da EMBRATUR¹¹ em 2009, os atrativos naturais foram responsáveis por 33,9% dos motivos de viagem no Brasil (BRASIL, 2010).

Em seu caderno de recursos hídricos a ANA identifica alguns dos maiores reservatórios de usinas hidrelétricas brasileiras com potencial para desenvolver o turismo e o lazer, de acordo com os fundamentos do uso múltiplo das águas e a legislação pertinente. Neste caderno são definidos os limites e condições a serem respeitados para a utilização, manutenção da qualidade das águas sem interferir em cada processo de uso conforme a que se destina. Os reservatórios estão localizados nas principais regiões hidrográficas do país, com grande potencial de oferta da atividade turística nas regiões lindeiras (ANA, 2005, p.21), sendo:

- Região hidrográfica Tocantins-Araguaia: utilização múltipla dos lagos das hidrelétricas de Tucuruí, Serra da Mesa e Luis Eduardo Magalhães;
- Região hidrográfica São Francisco: atividades turísticas incipientes, apesar das possibilidades oferecidas por seus vários reservatórios;
- Região hidrográfica do Paraná: pesca esportiva, o Turismo e o lazer ocorrem principalmente nos reservatórios ao longo dos rios Tietê, Rio Grande, Paranapanema e Parnaíba.

Estas bacias são as responsáveis pela formação dos maiores reservatórios do Brasil para a geração de energia hidráulica. Em reconhecimento a importância do turismo como atividade para o entorno destes reservatórios e desenvolvimento local, dez deles foram relacionados pela ANA e porque, segundo a agência são os que possuem maior potencial para desenvolver o turismo. Esta escolha teve como base alguns critérios como o tamanho do reservatório, as atividades turísticas que se desenvolvem na região do seu entorno e o potencial para o aproveitamento turístico (BRASIL, 2005b, p.22).

¹¹ Instituto Brasileiro de Turismo. Segundo a pesquisa 37,9% da demanda afirma, a presença dos recursos naturais na destinação irá determinar a escolha do destino da próxima viagem. Disponível em: <http://www.copa2014.turismo.gov.br/dadosefatos/demanda_turistica/pesquisa_habitos> acesso em: 13/04/2010

Os reservatórios com potencial turísticos relacionados pela ANA estão representados no Quadro 3.

UHE	Atividades de turismo apontadas pela ANA	Atividades de turismo segundo o município
Reservatório da UHE Serra da Mesa - Minaçu / GO Rio: Tocantins	Ecoturismo e a pesca em especial do Tucunaré, espécie adaptada, comum e abundante no lago represado	Pesca e esportes náuticos.
Reservatório da UHE Lajeado - Lajeado / TO Rio: Tocantins	Ilha Canela, Praia da Graciosa e Praia da Prata, utilizados como balneários pela população dos arredores e para esportes náuticos, além destes atrativos possui monumentos e arquitetura de valor cultural para o turismo	Mirante Serra do lajeado e usina
Reservatório da UHE Tucuruí - Tucuruí / PA Rio: Tocantins	Pesca profissional, amadora e esportiva, acampamentos em Ilhas do lago, programas de apoio a pesca, investimentos do Programa Nacional da Pesca Amadora da EMBRATUR	Pesca esportiva e esportes realizados em cachoeiras e corredeiras
Reservatório da UHE Três Marias - Três Marias / MG Rio São Francisco	Circuito Turístico Lago de Três Marias, pesca amadora, esportes náuticos, passeios de barco e visitação ao patrimônio histórico do século XIX	Praias, balneários, passeios náuticos e pesca
Reservatório da UHE de Sobradinho - Juazeiro / BA e Petrolina / PE Rio: São Francisco	Pesca, ecoturismo ou turismo ecológico	Pesca (incipiente)
Reservatório da UHE do Xingó - Canindé de São Francisco / SE Rio: São Francisco	Visita ao santuário ecológico, passeios de catamarã	Passeios náuticos no cânion do Xingó, canoagem, mergulho, rapel, trekking no Rio São Francisco

Continuação

Continuação

UHE	Atividades de turismo apontadas pela ANA	Atividades de turismo segundo o município
Reservatório da UHE de Furnas - São João Batista do Glória / São José da Barra / MG Rio: Grande	Lago como complexo turístico e como atrativo para outras especificidades da região, como a cultura, história e produção artesanal, pesca, esportes náuticos, turismo ecológico e de aventura	Cidades históricas e produtos artesanais nos municípios lindeiros ao reservatório.
Reservatório da Itaipu Binacional - Foz do Iguaçu / Brasil e Ciudad del Este - Paraguai Rio: Paraná	Terminais turísticos, praias artificiais, clubes, bases náuticas, esporte, lazer, pesca passeios, roteiro turístico municípios lindeiros - Brasil	Complexo arquitetônico e complexo turístico da Itaipu (lago, canal da Piracema, Refúgio Biológico Bela Vista e Ecomuseu)
Reservatório da UHE de Caconde - Caconde/ SP Rio: Pardo	Esportes radicais, contemplação e trilhas	Praia, mirante, usina e esportes radicais
Reservatório da UHE Paranoá - Brasília / DF Rio: Paranoá	Lazer, recreação e contemplação, esportes náuticos, pesca amadora, balneário	Esportes náuticos, lazer, clubes e restaurantes

Quadro 3 - Reservatórios com potencial turístico – segundo a ANA

Fonte: ANA (BRASIL, 2005b); Sites das concessionárias e SETUR local (2010).

As informações compiladas estão descritas no Caderno dos Recursos Hídricos da ANA, e foram complementadas pela pesquisa realizada no site do portal da Secretaria de Turismo – SETUR, dos estados e municípios sedes dos reservatórios citados, bem como no portal das empresas concessionárias que administram as usinas hidrelétricas.

A descrição dos reservatórios considerados pela ANA como sendo de grande potencial para o desenvolvimento do turismo é fundamental para a apreensão do objeto de estudo, para entender como se compatibiliza o uso múltiplo nestas regiões lindeiras. O fato das atividades que envolvem lazer e turismo fazerem parte do escopo de ativos da ANA pode significar a importância do detalhamento do que está sendo aproveitado efetivamente no contexto turístico dos reservatórios. Mais

importante ainda, quando se percebe a necessidade de definir os benefícios dos usos múltiplos das águas para que o setor turístico local inclua em seus programas a possibilidade de melhor trabalhar o turismo na sua região.

4.2 O turismo no programa socioambiental da Itaipu Binacional

As usinas hidrelétricas se constituem numa alternativa de geração de energia elétrica com o aproveitamento do potencial dos recursos hídricos de um determinado trecho de um rio através da construção de uma barragem para a formação de um reservatório (BERMANN, 2004). Estudos relacionados ao tema identificam problemas físicos, químicos e biológicos que incidem sobre o meio ambiente.

Dentre os problemas ambientais ocasionados pela implantação e operação, Bermann (2004) destaca: alteração do regime hidrológico; comprometimento da qualidade das águas; assoreamento dos reservatórios; aumento do volume de água no reservatório formado; dificuldades para assegurar o uso múltiplo das águas.

Entre as questões sociais, embora haja indenização aos desalojados, há perspectiva de perdas irreversíveis das condições de produção e reprodução social, este desequilíbrio costuma atingir prioritariamente as populações ribeirinhas e reservas indígenas pelo deslocamento compulsório e expulsão. Os problemas ambientais não estão dissociados das questões sociais da população e local atingidos, pois um se vale do outro que garante sua subsistência econômico e sociocultural.

Para amenizar estes conflitos e coordenar um ajuste passivo aos novos termos de interesse parcial, em consonância com a legislação os planos socioambientais se apresentam como uma opção para as empresas hidrelétricas e como alternativas para as populações atingidas. O uso desta ferramenta não representa a superação dos danos socioambientais, mas indica uma medida para a diminuição de conflitos favorecendo as partes, representando assim uma gama de possibilidades de melhoria na qualidade de vida, diante da necessidade para angariar recursos para os alocados ou atingidos.

Determinados mecanismos de diversificação nas atividades mantenedoras de uma comunidade podem significar o desenvolvimento sustentável para a mesma, sendo que o turismo imprime um diferencial dotado de mecanismos para a coesão e articulação entre as cadeias produtivas e gestão competitiva, visando à conservação dos recursos naturais e a viabilidade social e econômica (BENI, 2003; SAMPAIO, 2002). De acordo com Pertille (2007, p.29), “é importante diversificar as formas de desenvolvimento das regiões, porém levando-se em conta seu ecossistema natural e sua capacidade de recomposição”.

A Usina Hidrelétrica de Itaipu é um empreendimento binacional (BR e PY). Está localizada na Bacia do Prata no Rio Paraná em área de fronteira entre Brasil e Paraguai. A área de influência da UHE se estende desde Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai) ao sul, até Guairá (Brasil) e Salto del Guairá (Paraguai) ao norte. A UHE detém alguns números significativos na economia e crescimento do Brasil e representa ao Paraguai quase a totalidade do abastecimento de energia hidrelétrica. A sua área de influência em território brasileiro chega a atingir novecentos mil habitantes distribuídos pelos vinte e nove municípios limítrofes à Bacia Hidrográfica do Paraná que abastece trinta e cinco mil propriedades rurais.

Entre os anos de 1973 a 1980, período em que foi construída a Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, caminhos e identidades foram recriados, paisagens modificadas e vida animal e vegetal se perderam. A partir de então e não simplesmente, a empresa geradora de energia hidrelétrica passa a empreender valores e tecnologia no processo de mitigação na tentativa de compensar os impactos sobre o meio ambiente cumprindo a legislação pertinente.

A usina possui grande capacidade de geração de energia, tanto que demanda por 20% do abastecimento nacional. Para atenuar o processo desmedido de destruição, a Itaipu desenvolve um completo e abrangente programa socioambiental e o executa na área de influência do seu reservatório no Brasil. O programa socioambiental é base para inúmeras iniciativas previstas no próprio programa, que estão voltadas para o meio ambiente, responsabilidade social, tecnologia e turismo.

Para o meio ambiente a Itaipu Binacional apresenta o programa Cultivando Água Boa¹², sendo este o primeiro programa e mais importante resultado de ações socioambientais promovidas pela usina e premiado por entidades do meio ambiental e social, com reconhecimento nacional e internacional. Conforme publicado pela mesma, este programa segundo a concessionária está fundamentado em documentos nacionais e internacionais voltado a estabelecer critérios para orientar as ações socioambientais relacionadas à conservação dos recursos naturais, na qualidade e uso das águas e na qualidade de vida humana.

O programa executado em benefício da área de influência da usina através do reservatório compreende 16 municípios lindeiros na margem brasileira da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, sendo que ao todo esta bacia atinge 29 municípios. Este programa abrange os campos da educação, gestão, conservação, preservação, manejo e manutenção da vida em todos os contextos.

Um dos veios importantes do programa prioriza a recuperação dos recursos hídricos, através de pesquisas, ações e apoio à produtores rurais, silvícolas e comunidades lindeiras. Contempla também os canais de reprodução da ictiofauna com a criação do Canal da Piracema. Fazem parte das atividades de meio ambiente ainda as reservas e refúgios, reflorestamentos e reprodução em cativeiro, assim como a disseminação da historicidade regional e mantida por uma central de dados envolvendo a temática.

Dentro da responsabilidade social os alvos são as comunidades do futuro, através do trabalho voltado a comunidade infantil, quando oportuniza e incentiva projetos que são desenvolvidos para incutir a consciência ecológica, a educação e a cidadania. Neste programa a usina coloca a questão dos royalties como uma responsabilidade social e lista os municípios recebedores demonstrados através da publicação de seus relatórios. No programa sobre tecnologia o assunto é mais técnico e pauta a modernização e os avanços da usina na otimização de consumo e transmissão de energia como resultado de pesquisas desenvolvidas e enfatiza a priorização das pesquisas e desenvolvimento – P&D em cumprimento ao que determina o direcionamento da compensação financeira.

¹² O programa, na íntegra está disponível em: <<http://www.cultivandoaguaboa.com.br/o-programa>>.

O programa Turismo, de maior interesse da pesquisadora, apresenta o complexo arquitetônico como um atrativo, já que este é um nicho que vem crescendo no meio turístico. Este programa dá origem ao turismo na fronteira, devido à localização da usina, veiculam os atrativos comuns à região como as Cataratas do Iguaçu reconhecidamente de interesse mundial. O turismo que atrai a visitação ao município Foz do Iguaçu é mesclado ao contingente de atrativos do complexo turístico da usina. O turismo técnico – científico contemplado também no circuito do complexo gerador refere-se à visitação específica para estudo.

Assim como na formação de reservatórios, após a formação do lago de Itaipu surgiram lagos e praias fluviais que se constituem em alternativa de desenvolvimento para a região através do turismo. Estes lagos e praias artificiais transformaram-se em roteiros turísticos integrados temáticos como concretização do programa Caminhos do Turismo Integrado ao Lago de Itaipu (Figura 1). Como resultado do esforço integrado o programa tende a ser um marco para o setor turístico do estado e foi designado pela Secretaria de Turismo do Paraná – SETU¹³ como região turística.



Figura 1 - Figura temática da região lindeira ao Lago de Itaipu.
Fonte: <http://www.caminhositaipu.com.br> (2010)

¹³ Disponível em: < <http://www.setu.pr.gov.br> >.

O programa socioambiental da Itaipu objetiva de forma indissociável elevar turismo e desenvolvimento local aos níveis sustentáveis. Isto está disposto na definição e orientação de uso múltiplo do reservatório. Com questões socioambientais quanto: à sustentabilidade na apropriação dos bens de consumo relacionados aos recursos hídricos; balneabilidade das regiões turísticas lindeiras; controle e monitoramento das bases náuticas que integram o complexo turístico; captação de água para irrigação e a formação de corredores de dessedentação voltados ao sistema agropastoril regional e, pontos e áreas de apoio às atividades pesqueiras, profissional e artesanal, este último uso das águas vem cumprir diretrizes e normatização da legislação federal.

Os municípios lindeiros ao lago de Itaipu buscam o desenvolvimento da região de forma integrada, baseados na presença de atrativos naturais e artificiais. Esta percepção permite complementar as atrações através de investimento em infraestrutura turística e com a formação de roteiros diversificados, fundamentando os principais segmentos turísticos: ecoturismo, turismo náutico e turismo cultural (GROTH, 2004). Os fatores decisivos para implantar, executar e consolidar o turismo na região lindeira, são: proximidade com a infraestrutura turística de padrão internacional de Foz do Iguaçu e a tríplice fronteira; articulação entre os atores sociais no direcionamento da compensação financeira obtida através dos royalties repassados aos municípios pela utilização das águas.

4.3 A UHE Itá – Especificidades da região lindeira

A região hidrográfica do Uruguai ou Bacia do Rio Uruguai, tem significativa representação no crescimento dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Esta região hidrográfica integra entre as demais bacias brasileiras uma importante demanda de águas para o aproveitamento na produção de energia (figura 2).



Figura 2– Regiões hidrográficas brasileira.
Fonte: Rede das Águas, 2010.

O processo de desenvolvimento do parque gerador de energia na bacia hidrográfica do Uruguai teve início efetivamente na década de 70 e persiste devido ao potencial hídrico da região. O crescimento acelerado do setor energético pode ser atribuído a implantação de patrimônios subsidiados pelo capital privado, novas tecnologias empregadas no setor e o aproveitamento hidrelétrico de grande, médio e pequeno porte que marcaram o país nas últimas décadas (BOEIRA, 2006).

O rio Uruguai contribuiu para a colonização da região lindeira catarinense e rio-grandense, e principalmente determinou toda a configuração social e econômica dos municípios ao longo da margem de suas águas (HALL, 2004b). Localizados no extremo sul do Brasil estes estados juntamente com o estado do Paraná integram a região sul. Na região da bacia formada pelos rios Pelotas e Canoas estão alguns dos complexos hidrelétricos geradores de energia que abastecem os dois estados fronteiriços (figura 3).

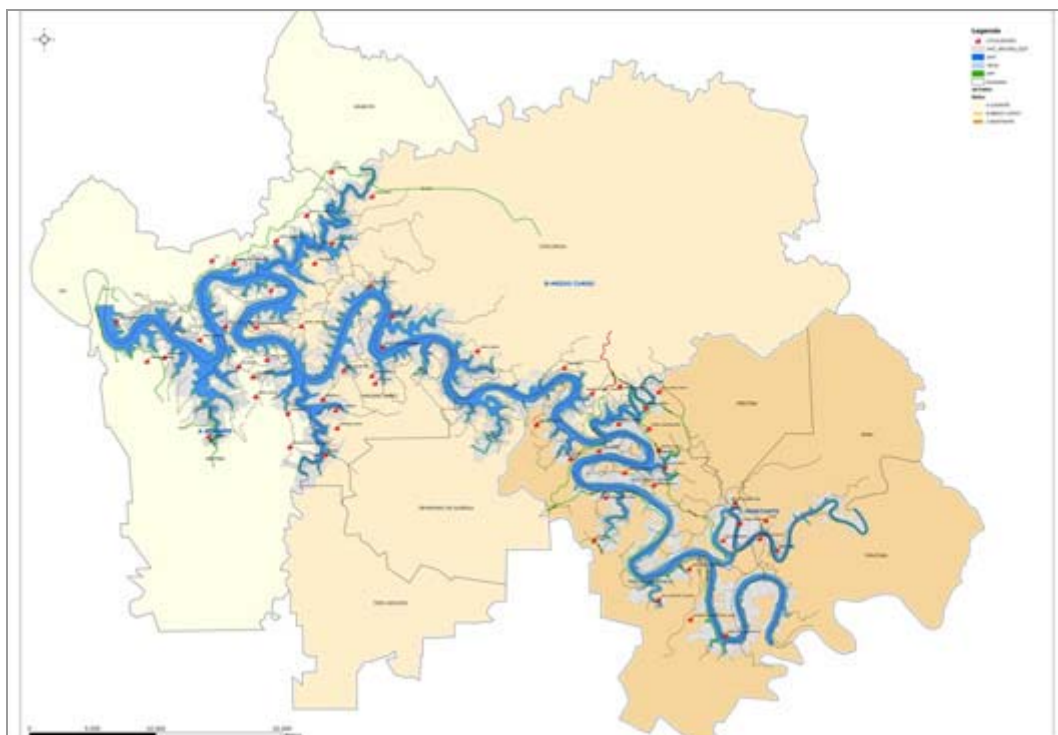


Figura 3 – Região hidrográfica do rio Uruguai.

Fonte: Consórcio Itá, 2010.

A região do Alto Uruguai localizada ao norte do estado do Rio Grande do Sul e no meio oeste de Santa Catarina abrange trinta e dois municípios rio-grandenses e dezesseis catarinenses. A economia voltada à atividade agrícola participa do processo de uso múltiplo das águas do rio Uruguai com as usinas hidrelétricas instaladas e com a atividade turística que vem se desenvolvendo em muitos municípios da região, de acordo com a Associação dos Municípios Lindeiros a Barragem de Itá - AMULBI¹⁴. A região lindeira ao reservatório da Usina Hidrelétrica Itá é composta por onze municípios atingidos pelo reservatório nos dois estados, como representado na figura 4.

¹⁴ Conforme o Guia turístico AMULBI, apresentado pela sua diretoria e publicado pela Prime ONE editora em 2009.



Figura 4 – Localização da UHE Itá em relação a América do Sul e região Sul do Brasil.
Fonte: Consórcio Itá, 2010.

Os municípios limieiros sofreram sucessivas mudanças por conta de sua ocupação, desde o período que compreende as últimas décadas do século XIX até os tempos atuais. Os habitantes da região na maioria caboclos, juntamente com os colonizadores que migraram pela região em busca de solo para se fixar desenvolveram uma significativa cultura rural ao local (REIS, 1998). Alguns destes colonos originados do interior do estado rio-grandense e outros imigrantes europeus formaram a economia regional baseada na agricultura, pecuária e exploração da diversidade vegetal, abundante.

O crescimento dos municípios, ou povoados por volta de 1910 foi estimulado pelas melhorias dos acessos, do transporte, o fluxo de viajantes e comerciantes. Sendo que a reconfiguração da região quanto aos processos produtivos, base da

economia e infraestrutura se acelera nos municípios onde as populações foram deslocadas em função da implantação das usinas, em particular da UHE Itá. A partir da implantação do empreendimento, as características sociais, culturais e econômicas tiveram de ser reproduzidas conforme sua diversidade e especificidade (REIS, 1998).

Os municípios da área de influência do reservatório da UHE Itá assim como os estados aos quais pertencem são caracterizados pela diversidade ambiental, sociocultural e econômica. Igualmente a área atingida, com suas características socioambientais forma o atrativo turístico da região que compreende a porção rural e urbana. Ambas são detentoras de riquezas ambientais e histórico-culturais.

O potencial turístico associado à diversidade pela presença de hidrominerais em suas águas, áreas de preservação e o lago fortalecem a atividade nos municípios que integram cada região turística¹⁵. Alguns destes municípios por seus recursos naturais e paisagísticos possuem atrativos que compõem os roteiros turísticos inter-regionais em seus estados. As rotas turísticas mais significativas são: lagos, águas termais, cultura, história e tradição e, rota da amizade, representado pela presença dos Hidrominerais na divisão regional do estado gaúcho e pelo Vale do Contestado no estado catarinense.

Segundo a AMULBI (2009), das características econômicas da região torna-se importante ressaltar a economia diversificada com atividades produtivas de base rural de insumos agrícolas e granjeiros; no contexto sociocultural a presença tradicional de povos que construíram cada município, das origens colonizadoras na formação familiar e nas manifestações, que refletem na constituição produtiva e cooperativa.

A história dos municípios que estão na área de influência da UHE começa por volta de 1910 com o ingresso de imigrantes italianos, alemães, poloneses, russos e lusos, todos pioneiros da região em busca de terras férteis para o cultivo e criação de animais. Esta colonização é feita por um fluxo migratório procedente do interior do Rio Grande do Sul formado por colonos e imigrantes europeus. Estes migrantes

¹⁵ As regiões, microrregiões turísticas e roteiros de cada estado onde se localiza o objeto do estudo, estão disponíveis em: < <http://www.turismo.rs.gov.br> > RS e < <http://www.santur.sc.gov.br> > SC. Acesso em: 09/06/2010.

se fixaram ao norte do estado do Rio Grande do Sul e no meio oeste do estado de Santa Catarina onde cultivaram as terras próximas ao rio e estabeleceram uma economia voltada a atividades do meio rural.

O rio Uruguai sempre teve importância na formação e crescimento econômico do local, seja como fonte de abastecimento, alimento ou como via de transporte que escoava a produção local. A relação entre a população e o rio tem base na apropriação das suas áreas adjacentes pelos primeiros ocupantes humanos das terras que ladeiam o rio, num processo de uso da terra, das águas e de outros recursos naturais abundantes.

Estes recursos disponíveis juntamente com a configuração do local atraíram exploradores, permitiram a fixação dos primeiros colonos e de imigrantes e posteriormente a instalação da UHE Itá que apesar dos impactos sociais e ambientais, ampliou as possibilidades de exploração da região, inclusive da atividade turística (AMULBI, 2009; HALL, 2004b; REIS, 1998; STRASSBURGER, 2005).

Para a instalação e funcionamento da usina se formou um reservatório que possui 141 km² de área que inundou áreas urbanas e rurais, atingindo um total de onze municípios, alguns atingidos em maior e outros em menor intensidade. Dos municípios atingidos, quatro pertence ao estado do Rio Grande do Sul (Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida, Marcelino Ramos) e sete estão localizados em Santa Catarina (Alto Bela Vista, Arabutã, Concórdia, Ipira, Piratuba, Peritiba, Itá). Deste total as comunidades de Itá e Aratiba foram as mais atingidas (figura 5).

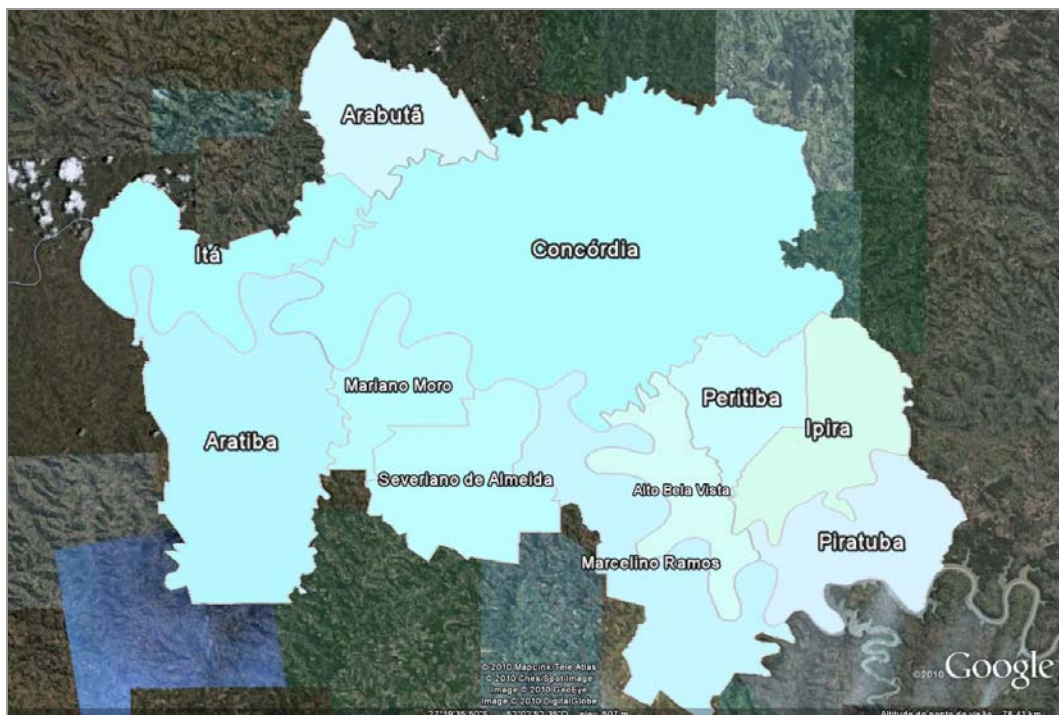


Figura 5 – Imagem dos municípios que compõem a região limítrofe a UHE Itá.
Fonte: Google Earth, adaptado por F. Crispino (2010)

A descrição dos municípios é fundamental para a apresentação das características sociais e ambientais da área de influência do reservatório da Usina Hidrelétrica Itá, banhada pelo barramento do rio Uruguai, sendo este uma fronteira natural entre os estados (REIS, 1998). Ao todo conforme já foi apresentado são onze os municípios atingidos. Localizada numa área que foi completamente alagada o município de Itá teve que ser removido e reconstruído, dando origem a uma nova estrutura em local próximo a antiga sede, onde vivem os moradores que optaram por permanecer no município.

O início do povoamento na região surgiram a partir da construção da estrada de ferro que ligava a região sul ao restante do país. Para a região a instalação férrea na época representava a expansão comercial e industrial para os povos do sul que crescia em população. A economia que predominava tinha suas bases na agricultura, na criação de animais e exploração de madeiras, o que constituiu um marco para o desenvolvimento da região. Bastante diversificada e com grandes investimentos no setor agrícola, esta economia ainda permanece forte nos tempos atuais, com valores agregados pelo agronegócio.

O município de Aratiba recebeu esta denominação em 1944, o nome indígena Aratiba¹⁶, uma alusão à fauna silvestre da região. A característica ambiental da região permitiu o desenvolvimento do local e a preservação dos seus costumes e hábitos típicos de seus países de origem, diversidade esta associada à cultura e aos modos de produção local. A base da economia ainda hoje está concentrada na produção agrícola, porém diversificada pela pecuária e agronegócio dos derivados de suínos, aves, leite, gado de corte e grãos: milho, feijão, soja e trigo. Sua população segundo o IBGE (2009) é de 6.690 (seis mil seiscentos e noventa) habitantes, em uma área de 341 km².

Os vestígios de sua história e cultura estão presentes na arquitetura, na estrutura social, religiosidade e símbolos do município e representada em eventos culturais, populares e comerciais. A atividade turística é composta pelos atrativos naturais e artificiais, como: grutas, igrejas e capelas são pontos turísticos de visita para devoção e atividades de pesca e trilhas em volta do lago e na área rural. As festas populares e eventos culturais, artísticos e comerciais promovem o turismo na região. O município dispõe de uma pequena infraestrutura de hospedagem e alimentação.

O município de Marcelino Ramos chegou a ser o primeiro povoado¹⁷ gaúcho daquela região por volta de 1913, quando se inicia a construção da estrada de ferro. Com base na economia agrícola que ainda persiste, porém agora provem de uma produção rural diversificada de grãos de trigo, milho, feijão e soja, da citricultura, bebida a base de cana de açúcar, bovino leiteiro e derivados, com destaque para a agricultura familiar. Atualmente, segundo o IBGE (2009) sua população é de 5.329 (cinco mil trezentos e vinte e nove) habitantes distribuídos numa área de 230km².

O patrimônio sociocultural e ambiental deriva da preservação de costumes étnicos, dos recursos hidrominerais e hídricos. A atividade turística também tem base no patrimônio cultural e natural. Das representações culturais, a história do imigrante e sua herança são manifestadas nas tradições religiosas com os

¹⁶ AMULBI (2009) e portal da prefeitura municipal: <<http://www.pmaratiba.com.br>>. Acesso em: 19/05/2010.

¹⁷ AMULBI (2009); REIS, 1998 e portal da prefeitura municipal: <<http://www.marcelinoramos.tur.br>>. Acesso em: 17/05/2010.

santuários, produção artesanal, arquitetura e acervos históricos em exposição na casa de cultura e memorial. O turismo está segmentado pelo turismo rural, possui roteiros dos caminhos da agricultura familiar com oferta de produtos coloniais. O turismo de aventura, religioso, náutico e de estâncias hidrominerais. O município tem como atrativo natural o parque natural municipal Mata do Rio Uruguai Teixeira Soares. A estrutura de hospedagem diversificada pela oferta de leitos em estâncias termais, hotéis balneários e alimentação.

Em Mariano Moro, município que se inicia como o povoado Bom Retiro em 1923. Os primeiros moradores buscavam por terras para se estabelecer distantes dos conflitos da revolução entre chimangos e maragatos no Rio Grande do Sul. A economia continua baseada na produção agrícola agora diversificada pela produção de grãos, pecuária, suinocultura, avicultura em pequenas propriedades e a citricultura. Sua população de 2.304 (dois mil trezentos e quatro) habitantes numa área de 99km² (IBGE, 2009), é formada principalmente pelos imigrantes italianos.

Pela localização às margens do rio Uruguai os moradores tem na pesca uma atividade tradicional para alguns esta prática faz parte de seu sustento. Na cidade as festas em comemoração à produção, as atividades de costumes e hábitos locais atraem visitantes à cidade. Fazem parte do calendário do município as festas, como do peixe, do porco e o festival da cuca entre outras populares e beneficentes. As manifestações culturais são também atrativos turísticos¹⁸, como a gruta Nossa Senhora de Lourdes e também a apresentação de grupos folclóricos. Algumas atividades turísticas e equipamentos de recreação e lazer estão ligados ao lago e aos esportes náuticos.

O município de Severiano de Almeida foi povoado por volta de 1910 pelos colonos italianos do interior rio-grandense e oriundos da Itália, estes buscavam terras para produzir, sendo o que motivou o surgimento do município, juntamente com a construção da estrada de ferro. O povoado inicialmente chamado de Nova Itália muda seu nome para Severiano de Almeida em homenagem ao líder, idealista e cooperativista local.

¹⁸ Conforme AMULBI (2009) e portal da prefeitura municipal: <<http://www.pmmarianomoro.com.br>>. Acesso em: 17/05/2010.

As atividades econômicas ainda hoje são desenvolvidas pelos pequenos produtores, se diversificando entre grãos e pecuária leiteira e de corte, suinocultura e avicultura além da produção frutífera e beneficiamento de erva mate. Sua população total é de 3.966 (três mil novecentos e sessenta e seis) habitantes a população se distribui pelos 168km² de áreas rurais e urbanas do município (IBGE, 2009).

A cultura e o turismo do município estão imbricados pelos atrativos históricos do acervo dos colonizadores expostos em museu. A atividade turística¹⁹ é também promovida nas manifestações artísticas e culturais através das festas sociais e populares com festivais e eventos esportivos. Na cidade é promovido um rali de velocidade e regularidade todos os anos. A infraestrutura turística se baseia em apenas duas hospedagens, na alimentação são incluídas a gastronomia da região, possui espaços para eventos.

A formação do município de Alto Bela Vista, conforme aconteceu nas terras dos municípios vizinhos que na época ainda não estavam formados, tem origem na ocupação de terras propícias para estabelecimento de famílias e que possuíam características que se assemelhavam à Alemanha e Itália sua terra natal. A principal economia com base na área rural cresceu e permaneceu com a produção de grãos, fruticultura, apicultura e piscicultura predominantemente das pequenas propriedades em regime de agricultura familiar. A cidade também produz com destaque o coalho, um derivado²⁰ do leite que é exportado e juntamente com a ricota e os queijos são de grande importância para a economia local. O município possui uma população de 2.071 (dois mil e setenta e um) habitantes e uma área de 104km² (IBGE, 2009).

Os atrativos turísticos são as cascatas, a ponte de ferro sobre o rio Uruguai, a casa da memória com acervo histórico e cultural e as manifestações culturais de suas origens. A visitação no município também é promovida por alguns eventos que fazem parte do calendário anual. Ainda que a infraestrutura de hospedagem, alimentação e espaços de eventos sejam incipientes.

¹⁹ Conforme AMULBI (2009) e <<http://www.portalmunicipal.org.br/entidades/famurs>>. Acesso em: 19/05/2010.

²⁰ O coalho, coalho líquido, coagulante em pó e pepsina suína são produzidos em fábrica local e exportados, AMULBI (2009).

Arabutã, município que teve os primeiros núcleos de habitação formados pelos caboclos, sendo depois povoado pelos imigrantes vindos da Romênia que chegaram a partir de 1927 e passaram a chamar o lugar de Nova Germânia. Porém, pela abundância de pau Brasil às margens do rio Jacutinga, o povoado ganhou a denominação de Arabutã, referência ao nome da madeira na língua guarani. A economia na época da ocupação e atualmente, se concentra em sua maioria na agropecuária em pequenas propriedades, o cultivo de grãos e a significativa quantidade de aviários que ocupam lugar importante no desenvolvimento econômico do município. Segundo o IBGE (2009), o município tem uma população de 4.048 (quatro mil e quarenta e oito) habitantes em uma área de 132km².

A cultura local possui as características da sua colonização regional, voltada às manifestações étnicas. A cidade é destaque no estado pelo título de capital catarinense da descendência germânica. Os eventos, manifestações e festas populares são os atrativos para os visitantes de cidades vizinhas. Dos eventos que fazem parte do calendário anual os festivais de corais e música se destacam na região. As praias artificiais são os principais atrativos turísticos que recebem turistas dos estados do sul e do sudoeste do Brasil. Segundo a AMULBI a demanda turística está sujeita ao difícil acesso ao município. O local apresenta hospedagens, alimentação e espaço para eventos.

As terras do município de Concórdia testemunharam alguns episódios da história regional. Os primeiros povos a chegar ao meio oeste, foram comitivas de bandeiras paulistas em busca do gado do sul do país que usavam a região como ponto de passagem e para estalagens. Alguns dos desbravadores do município de Concórdia fizeram parte de núcleos que formariam o movimento conflituoso do Contestado entre sertanejos e tropas federais, ocorrido entre os anos de 1912 e 1916.

Posterior ao conflito, as concessões de terras atraíram colonos italianos e germânicos das províncias sulinas ao povoado que na época era chamado de Vila Queimados, pertencente ao município de Cruzeiro atual Joaçaba. O nome Concórdia foi escolhido pelos novos habitantes como uma forma de apagar a imagem negativa da formação da cidade, já que o nome antigo era atribuído ao extermínio dos caboclos apanhados pelos inimigos na região.

A atual economia tem base nos setores: primário com desenvolvimento agrícola de pecuária, suinocultura, aves, ovinos, caprinos, alevinos e grãos de soja, milho, feijão e trigo, entre outros; as indústrias e o comércio são as atividades secundárias abastecidas pelo primeiro setor. Concentradas no município as empresas agroindustriais de renome são abastecidas pelos insumos e mão de obra regional que alimentam outras atividades²¹, portanto de forma integrada detem a liderança agroindustrial com abrangência nacional.

O escoamento de sua produção está ligado aos acessos, devido a sua localização, entre as rodovias federais e estaduais e o aeroporto localizado em Chapecó/SC. Possui uma população de 70.393 (setenta mil trezentos e noventa e três) habitantes em uma área de 797km² segundo o IBGE (2009).

O Parque Estadual Fritz Plaumann formado após a construção da UHE Itá além de ser uma área de preservação das espécies da fauna e flora é um atrativo natural do município. Outros atrativos turísticos do turismo rural, cultural, religioso e de eventos estão presentes nas propriedades da agricultura familiar, museu do colono, caminhos e trilhas da região do Contestado, santuários, grutas e igrejas. A cidade promove eventos como campeonatos, exposição agrocomercial, festas religiosas, folclóricas e populares. A infraestrutura turística local apresenta hospedagens, alimentação e espaço para eventos.

O município de Ipira teve seu povoamento da mesma forma como aconteceu nas cidades circunvizinhas, com início²² a partir de 1910, na época da construção da estrada de ferro. Provenientes da cidade de Montenegro (RS), os imigrantes alemães precederam os italianos e os portugueses na região, em busca de terras para expansão da agricultura. A base de sua economia, desde os primeiros

²¹ Faz parte do processo de desenvolvimento local o crescimento de alguns setores, como: cooperativas do agronegócio, investimentos em tecnologia, indústria têxtil e de calçados, entre outros. Em seu estudo sobre o município Dazzi (2009) caracteriza a situação socioeconômica/cultural de Concórdia como decorrente da infraestrutura atrelada a agroindústria. In: DAZZI, R. C. S. O patrimônio histórico edificado como forma de agregar valor ao turismo: uma análise da paisagem edificada no entorno da Praça Dogello Goss – Concórdia / SC. 2009. 120p. *Dissertação* (Mestrado em Turismo e Hotelaria) Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú/SC. 2009. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br>>, acesso em: 22/06/2010.

²² A colonização da região do Alto Uruguai (interessante a este estudo) em Santa Catarina deu-se de forma espontânea, a partir da implantação de novas colônias dirigidas, conforme Reis (1998, p.29). Como explana a autora, aquelas terras já habitadas por caboclos de várias procedências e índoles, segundo o governo de estado eram tidos como intrusos, compelidos a abandonar suas terras não era lhes dado o direito de legalizá-las, porque a intenção era colonizar as terras.

habitantes, esteve voltada à agricultura. Atualmente o agronegócio tende à diversificação da produção básica agrícola com a criação de aves, suínos, cultivo de grãos e a produção colonial de derivados. O território de Ipira possui uma população de 4.771 (quatro mil setecentos e setenta e um) habitantes que ocupa 150 km² (IBGE, 2009).

Os principais atrativos²³ turísticos são naturais e culturais demonstrados através da arquitetura típica germânica, casas coloniais e acervo da casa da memória. O local possui também um parque natural com quedas d'água, trilhas, grutas, caverna e estrutura para lazer. Os do município são feiras, festas folclóricas, populares e tradição. A infraestrutura turística apresenta poucas opções de hospedagem, alimentação e espaços de eventos.

No município de Itá a colonização das terras às margens do rio Uruguai começa a partir das aquisições de lotes da companhia colonizadora. A primeira família vinda do estado de São Paulo antecedeu a chegada de muitas famílias de imigrantes e outras que, em sua maioria, viviam em território gaúcho. Estes povos formaram o povoado denominado Itá passando em 1929, à categoria de distrito e posteriormente à município, cujo nome permaneceu. Desde o princípio de sua colonização, a cidade investiu, de acordo com os recursos disponíveis, em sua infraestrutura organizando a ocupação, os acessos e implantando comércio, serviços.

As atividades econômicas que marcaram a colonização imigrante de Itá se devem aos ambientes propícios para se estabelecer, como: terras férteis, abundância de água, diversidade de espécies vegetal para explorar, como no caso da madeira. A exploração da madeira e agricultura eram as bases da economia, o que persiste ainda são as atividades rurais, agrícolas de pecuária e produção de grãos. Mais tarde ocorre a diversificação da economia com a implantação de frigoríficos na região, a criação de animais de corte de suínos, aves e gado, onde a produtividade agrícola retroalimenta a economia implantada. A população do município segundo o IBGE (2009) é de 6.552 (seis mil quinhentos e cinquenta e dois) habitantes numa área de 165km².

²³ Conforme AMULBI (2009) e <<http://www.ipira.sc.gov.br/turismo/>>, acesso em: 31/05/2010.

A cidade está cercada pelos rios Engano, Jacutinga, e Ariranhazinha, estes são afluentes do principal e mais significativo rio da região, pois “toda a história de Itá está atrelada ao rio Uruguai”, segundo Hall (2004b, p.44). O aproveitamento dos recursos hídricos transformou o rio em principal fonte de energia hidrelétrica e na força econômica de Itá, impingindo modificações severas no ambiente social e natural do local.

A construção e a implantação da usina hidrelétrica Itá e seu reservatório provocaram alterações na estrutura física, social, cultural do município e da região. As profundas transformações ao implantar empreendimentos do porte da usina hidrelétrica implicam em destituir características socioespaciais locais, no caso de Itá a população deixa de ser habitante do lugar e passa a condição de indenizados e/ou alocados, mesmo habitando na nova cidade Itá.

As características socioeconômicas do município são marcadas pela continuidade das atividades econômicas tradicionais que predominam sobre o meio rural que margeia a área alagada, e também pelas novas funções criadas com a construção da usina (HALL, 2004b). Apesar dos impactos do deslocamento sobre a população, suas terras e modo de vida, segundo a Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC²⁴, a construção da usina hidrelétrica contribuiu para a formação e inclusão de Itá no novo cenário econômico nacional.

Sob esse olhar, isso representou a criação de alternativas para o desenvolvimento local com a diversificação das fontes de renda numa região predominantemente agrícola. O turismo é uma atividade destas atividades, com considerável potencial em Itá, após a construção da UHE o município passou a investir no seu desenvolvimento com projetos de ampliação do setor. Os atrativos de destaque (figura 4), são:

a) usina hidrelétrica com visitas programadas ao salão de exposições, áreas operacionais e técnicas, palestra sobre a usina e programas socioambientais;

²⁴ Disponível em: <<http://www.amauc.org.br>>, acesso em: 05/04/2010.

b) Centro de Divulgação Ambiental – CDA do Consórcio Itá²⁵, dispõe de sala de exposições com acervo de imagens, histórico, ambiental e técnico;

c) o lago com embarcações para passeio a partir do atracadouro na prainha;

d) prainha artificial, pequeno balneário junto ao parque de águas termais do município, bar, estrutura para base náutica e camping;

e) Museus da memória Casa Camarolli e história Casa Alberton, os casarões remontados da antiga para a nova Itá, são arquiteturas típicas da cultura germânica e italiana dos primeiros colonizadores, apresenta acervo original preservados pelos moradores mais antigos e descendentes;

f) Marco histórico, as torres da igreja submersa da antiga Itá, preservada e revitalizada;

g) parque²⁶ zoológico e botânico, com acervo de espécies catalogadas da flora atlântica e fauna silvestre, voltado à realização de estudos e pesquisas, possui estrutura para trilhas terrestres e suspensas.



Figura 6 - Imagens da praia, torres da igreja submersa e equipamentos turísticos, em Itá
Fonte: a autora, 2010.

Alguns eventos, festas religiosas, populares e típicas atraem visitantes durante o ano à cidade, que possui infraestrutura turística de alimentação, espaços para eventos e hospedagem diferenciada composta por hotéis, estância termal, pousadas e camping.

²⁵ Disponível em: <<http://www.cda.org.br>> e <<http://www.consorcioita.com.br>>, acesso em: 19/05/2010.

²⁶ Disponível em: <<http://www.zooparkita.com.br>>, acesso em: 05/04/2010

O município de Peritiba recebeu primeiramente o nome de Arroio dos Veados, depois Alto Veado e em 1953 passa a ser chamado de Peritiba. Os imigrantes alemães e depois os italianos vindos das terras gaúchas se uniram aos habitantes do povoado e formaram a comunidade local. A população total do município é de 2.977 (dois mil novecentos e setenta e sete) habitantes e 96 km² de área (IBGE, 2009). Sua economia tem base agrícola com a produção de milho, feijão, apicultura, a pecuária bovina, suína e aves de corte e derivados, além de culturas agrícolas de menor expressão. A área rural tem predominância das pequenas propriedades, em economia e população.

As manifestações culturais da tradição gaúcha, germânica e italiana através de festas típicas, populares e folclóricas são atrativos culturais do local. Algumas festas fazem parte da tradição local desde a chegada dos imigrantes a cidade, como a Kerbfest que está em sua 89^a. A infraestrutura turística apresenta hospedagem, alimentação e espaço para eventos incipientes.

Piratuba se tornou município em 1949. Primeiramente os moradores eram trabalhadores da estrada de ferro como Vila Rio do Peixe, por volta de 1910 com a chegada dos colonos e famílias de alemães houve a formação de novas colônias, que se fixaram na vila dando início ao desenvolvimento da atividade agrícola e a exploração de madeira. A expansão econômica voltada a atividades turísticas acontece com a implantação de uma rede hoteleira já na década de 1970, após ser encontrado lençóis freáticos de águas sulfurosas cujas temperaturas com condições de uso para banhos terapêuticos atraíram visitantes ao município.

O município tem uma população de 4.446 (quatro mil quatrocentos e quarenta e seis) habitantes e 146 km² de área segundo o IBGE (2009). A economia se concentra em torno da agricultura com a produção de grãos de milho e feijão, a agropecuária bovina, suína, produtos derivados e da atividade turística. Os atrativos naturais e culturais das águas termais tem grande importância para a região e para o estado de Santa Catarina. O município integra o roteiro das águas termais do estado. A infraestrutura turística de hospedagem, alimentação e centro de eventos partilha dos espaços das termas hotéis e hotéis fazendas, além de pousadas.

4.3.2 O plano diretor da UHE Itá

O Plano Diretor do Reservatório da UHE Itá e entorno como contribuição à definição de ações socioambientais, foi criado para definir diretrizes e estabelecer critérios para o uso múltiplo do entorno do reservatório, como o zoneamento ambiental e as normas de uso das bordas do lago. A UHE Itá localizada na divisa de dois estados da federação seu licenciamento é feito pelo IBAMA, porém as ações de controle e fiscalização ambientais estão sujeitas a contribuição político-administrativa dos governos estaduais e municipais que foram diretamente afetados pela implantação do empreendimento.

O plano diretor reafirma as seguintes ações do programas previstos no RIMA:

- Disciplinamento do uso da água e das suas margens;
- Medidas de proteção da biota existente e daquela que deverá instalar-se no local para a manutenção e melhoramento da qualidade e quantidade da água do reservatório;
- Medidas de conservação do solo e saneamento rural visando a manutenção ou incremento das atividades produtivas no campo;
- Reorganização do espaço atingido pelo reservatório;
- Preservação da memória e da cultura regionais;
- Educação ambiental;
- Monitoramento da população reassentada;
- Critérios para a concessão de usos múltiplos do reservatório e seus entorno neles compreendida a alocação estratégica de grandes empreendimentos;
- Arranjos institucionais necessários para a gestão estratégica do reservatório e seu entorno.

Entre seus objetivos o plano visa assegurar a manutenção da qualidade do recurso hídrico e a proteção do meio ambiente onde está inserida a usina, de forma que possibilite usos múltiplos no reservatório e dos recursos naturais com retorno social, para o empreendimento em seu entorno e área de influência.

Uma usina hidrelétrica possui um conjunto de obras e equipamentos, composto pelo reservatório, estrutura de casa de força, subestação elevadora (onde são instalados os transformadores elevadores) e linhas de transmissão. As centrais hidrelétricas podem mudar naturalmente o curso do rio represado. Este represamento gera impactos ambientais como o alagamento das áreas vizinhas e aumento no nível dos rios (figura 6), de acordo com o tamanho do empreendimento e das características do local.



Figura 7- Imagem do reservatório formado pela Usina Hidrelétrica Itá.

Fonte: Tractebel, 2008.

Segundo as normas de uso definidas pelo zoneamento ambiental, as quais o uso múltiplo se submete, fica classificada como espaço restrito ao uso e ocupação, área (s) como:

- Faixa de proteção ciliar de trinta metros;
- Faixa de cem metros sendo setenta metros de preservação permanente e os trinta metros da faixa ciliar;
- Zona de segurança da operação da usina;
- Áreas remanescentes adquiridas dos proprietários rurais pelo Consórcio Itá mais os trinta metros de faixa de proteção ciliar;
- Áreas adquiridas para formação das duas unidades de conservação;
- Áreas municipais lindeiras à faixa de preservação permanente.

Das atividades e espaços diretamente vinculados ao turismo que estão sujeitos às condições e restrições, estão:

- Unidades de conservação UC - prevê áreas de proteção que abrigam ecossistemas alterados total ou parcialmente;
- Áreas para lazer e recreação – com permissão para trapiche, rampas para embarcações, quiosques, praia artificial, quadras esportivas, parques infantil e florestal;
- Local destinado a recreação infantil;
- Navegação para transporte e recreativa;
- Praia artificial – com atividades de atendimento e serviços;

O princípio fundamental de um reservatório e o seu entorno é garantir a geração de energia hidrelétrica, controle de cheias, abastecimento hídrico, irrigação e piscicultura. No caso da UHE Itá o reservatório desfavorece a produção da piscicultura que depende das condições de vida da ictiofauna. Assim como acontece com o abastecimento e a irrigação o uso e a coleta da água vem de outras fontes, devido às condições topográficas desfavoráveis na região do entorno.

O lago apresenta condições de navegabilidade, com profundidade para uso de embarcações, no âmbito da região afetada pelo reservatório, para travessia de balsas de um município a outro no transporte de carga para fomento da agroindústria e cooperativas. O transporte de passageiros vinculados a atividade turística está previsto em projetos, bem como para navegação esportiva e de lazer.

Entre os usos múltiplos direcionados especificamente ao turismo, o plano diretor enfatiza o lazer e esportes náuticos, observando o nível das águas, com demandas que ocorrem em áreas à margem de águas. Neste caso são consideradas as distâncias entre a região da área de influência até o litoral, e também o acesso da população do entorno a outros balneários. Deste modo o lazer no reservatório pode representar grande potencial a balneabilidade.

5 O TURISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

O fato de considerar o turismo uma alternativa para o desenvolvimento socioambiental originou este estudo, com a proposta de enfatizar a importância da atividade turística para os programas de responsabilidade ambiental/social no contexto das usinas hidrelétricas. Os resultados correspondem ao que salienta Beni (2003), o turismo pode alcançar êxito nos mais variados meios, pode ser empregado como atividade nos campos econômico, social, cultural e político.

A análise dos resultados apresentados permite atender os objetivos desta investigação, a partir da coleta de dados através dos instrumentos de pesquisa (entrevistas, questionários e levantamento de estudos) sobre o turismo em relação à UHE Itá. Os participantes da pesquisa representam a região receptora na instituição pública atrelada ao turismo, na empresa concessionária da UHE Itá e da própria comunidade do município de Itá sede do CDA – Consórcio Itá.

5.1 O turismo na relação do desenvolvimento do entorno na visão dos atores sociais

O propósito primordial de qualquer comunidade é seu desenvolvimento através do crescimento que iguale a oportunidade econômica aos resultados sociais. Para Mafra & Silva (2004) o desenvolvimento se expressa por meio do acesso a bens físicos e econômicos que permitem satisfazer as necessidades básicas, promova a participação ativa na construção da coesão social. Entende-se então que, a forma como a comunidade local se organiza interfere no seu desenvolvimento.

De forma descritiva, para melhor entendimento dos dados coletados e percebidos na aplicação de entrevistas e questionários, quanto ao turismo e o que representa nas relações de desenvolvimento do entorno do reservatório e área de influência da UHE Itá na percepção dos atores sociais.

Com base nos resultados, primeiramente, esta pesquisa buscou saber da iniciativa privada ou da própria comunidade: qual a relação de aproximação que a UHE mantém com a comunidade local; sobre o envolvimento nos projetos da UHE e comunidade; o papel do turismo na comunidade e o seu interesse na atividade; sobre programas de responsabilidade da UHE em prol da comunidade; sobre os atrativos potenciais e investimentos no turismo.

O turismo no entorno da UHE Itá possui relação direta com o desenvolvimento do entorno, de modo que a atividade turística diversifica a economia e as atividades sociais. Com a implantação da UHE Itá e as mudanças originadas pela formação do reservatório, o rio Uruguai se tornou propício a atividade turística. Algumas expectativas em torno do potencial turístico do reservatório residem no fato dos recursos hídricos se constituírem em principais atrativos para o turismo.

Os municípios da região lindeira que são considerados turísticos se aproveitam dos recursos das águas para atrair visitantes. Como já apresentado alguns municípios lindeiros apresentam as estâncias termais de águas com propriedades terapêuticas como um recurso singular do produto turístico, sendo um incremento para a oferta das estâncias termais e dos equipamentos turísticos que esperam retorno desta demanda. Conforme o histórico apresentado as estâncias hidrominerais, embora estejam desvinculados do reservatório como atrativo, já comungam de atividades desenvolvidas especificamente para o turismo.

A comunidade considera que o desenvolvimento do turismo está sujeito a uma maior aproximação entre a empresa concessionária da UHE e a população, o que vem favorecer o crescimento do seu núcleo produtivo, seja na área agrícola, pecuária assim como de equipamentos de lazer. Tanto que ponderam o turismo como um aspecto positivo para os negócios do pequeno produtor rural e investidores em equipamentos e estrutura de lazer nas áreas do entorno do lago. Neste contexto defendem que, as atividades quando direcionadas tem o papel de diversificar a oferta turística e a economia local.

A expectativa é a de que os investimentos para o turismo sejam distribuídos com propriedade para a implantação e formação de atividades turísticas na porção

urbana e rural. Pois nesta questão, acredita-se que os investimentos estejam concentrados na região central da cidade, onde a infraestrutura turística se apresenta. Para a continuidade da implantação de infraestrutura para o turismo, são indicadas as parcerias entre turismo e UHE como solução para conseguir recursos ampliar as iniciativas da criação de um parque termal, priorizando assim o turismo lacustre e rural. O turismo na área rural do entorno apresenta uma dinâmica considerável, este segmento é tido como um potencial para a região que possui vocação para as atividades do meio rural, bastante representativo na região lindeira.

A partir das atividades turísticas que ocorrem nos municípios lindeiros e da potencialidade do reservatório em atividades náuticas, o turismo rural é uma segmentação que se apresenta como promissora. Porém faltam a este segmento um planejamento efetivo com investimentos e incentivos para diferenciar a oferta. Cada município lindeiro possui um calendário de evento bastante diverso em atração e promoção que contempla as demandas para o turismo religioso, de negócios, da atividade agrícola, pecuária, cultural e comercial.

Os municípios da área de influência da UHE Itá estão representados pela Associação dos Municípios Lindeiros à Barragem da Usina Hidrelétrica Itá – AMULBI, esta entidade foi criada em 1998. A AMULBI promove o turismo nos municípios lindeiros como uma alternativa que juntamente com o agronegócio pode elevar o desenvolvimento econômico e social da região. Sua representação regional presente na figura do prefeito de cada município. Esta representatividade ocorre de maneira ativa em seus interesses e instituição, porém sujeita a articulação e situação político-partidária.

Junto a AMULBI esta pesquisa procurou dados sobre a atuação efetiva da associação em relação ao turismo, quanto às iniciativas para desenvolver a atividade. A entidade citou projetos de apoio cultural, artísticos e de educação desenvolvidos com a parceria público-privada. A entidade cita algumas realizações de promoção do turismo, como o diagnóstico turístico dos municípios, o lançamento do guia turístico integrado, salientando também alguns projetos ainda em execução.

A AMULBI faz a intermediação entre a comunidade dos municípios lindeiros e a concessionária da UHE Itá, sendo que as reivindicações de interesse da comunidade, desde que consistentes aos princípios da parceria, são delegados a

entidade. Nesta aproximação com a UHE a entidade prioriza as ações sustentáveis, de modo que sua articulação segue estes princípios. Dentre os programas de desenvolvimento local que são elencados como iniciativas da concessionária a entidade cita: capacitação e treinamento, promoção cultural, de lazer, educação e apoio a produção agrícola local. Nas atividades que envolvem as questões agrícolas e recuperação de áreas naturais é indicado o apoio técnico da concessionária.

Segundo a AMULBI, a maioria das ações é direcionada às manifestações culturais, infraestrutura, agricultura e esportes e atividades de lazer. No entanto a articulação da AMULBI com a UHE não influi diretamente sobre o turismo ou atividades do setor, mas incidem indiretamente sobre atividades que o promovem e outras, das quais consistem seus atrativos.

O turismo tem papel importante no desenvolvimento local. Na região existem municípios considerados turísticos e outros, que, apenas se beneficiam do fluxo integrado regional mesmo que indiretamente para o andamento de suas atividades tradicionais. O turismo beneficiaria, por exemplo, a agricultura familiar com a comercialização de seus produtos, a cultura com a manutenção dos santuários, grutas e eventos promovidos localmente.

Conforme o guia turístico da AMULBI existe uma divulgação na íntegra de todos os municípios integrantes, sejam eles turísticos ou não turísticos. Quanto à iniciativa que parte interesse turístico, a entidade destaca os municípios de Piratuba, Itá, Concórdia e Marcelino Ramos que estão voltados aos segmentos do turismo de eventos e termal. O fato de integrar os roteiros turísticos do estado, em Santa Catarina compreende o Vale do Contestado e no Rio Grande do Sul a região de Hidrominerais, segundo a entidade, contribui para a atividade nos municípios da região limdeira.

Na visão dos atores sociais da esfera pública do município de Itá / SC, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo o potencial turístico do município está no diferencial frente aos outros municípios limdeiros, devido ao histórico do local e ao planejamento da cidade constituída após a formação do reservatório. Como política pública o município não promulga nenhuma articulação formalizada para o desenvolvimento do turismo, sendo estas questões

ainda debatidas em encontros entre as organizações públicas, iniciativas privadas com representantes civis e da comunidade.

A secretaria, no entanto se encontra desestimulada com a descontinuidade dos projetos e na demora da sua aprovação, ainda que sejam destinados investimentos anuais para o desenvolvimento de infraestrutura para o turismo, bem como incentivos às atividades de suporte turístico. Os planos de incentivo para criação e apoio as atividades turísticas no local do entorno da UHE por parte da concessionária segundo a secretaria foram:

- Ações de fomento - apoio o Conselho Municipal de Turismo em contribuição ao desenvolvimento do turismo local; plano de apoio aos empreendimentos turísticos para revitalização e melhoria da qualidade das suas estruturas e serviços; criação de um banco de negócios com estudos de viabilidade para o trade turístico.
- Infraestrutura – implantação de projetos de revitalização da arquitetura residencial, espaços públicos com manutenção de praças, paisagismo, monitoramento ambiental no tratamento de esgoto e lixo; parcerias para a implantação e melhoria da sinalização turística nos pontos de acesso a cidade e aos atrativos turísticos; melhora na estrutura do posto de informações turísticas, implantação de totens com referencia a história local; infra-estrutura para uso do lago da UHE para eventos multiuso.
- Programa de qualidade no turismo - qualificação e capacitação de profissionais envolvidos com a atividade; incentivo e qualificação dos agricultores para o turismo, incentivo a formação de guias da terceira idade, capacitação de artesãos locais; criação do programa sabor da terra, que envolva a população rural e o trade turístico como incentivo à comercialização de produtos da região.
- Promoção e comercialização – divulgação e promoção da destinação nas mídias e eventos; criação de roteiros para maior permanência do turista em Itá; investimento na promoção interna entre hospedagem e

alimentação; estímulo à implantação de agência de promoção e comercialização do destino.

As parcerias firmadas pela secretaria estão previstas no planejamento do município, são citados o Instituto Caramori para a implantação de projetos de incremento a atrativos turísticos. Outras melhorias que são previstas pela secretaria, incluem o alcance de apoio da UHE e condições para o uso múltiplo das margens do lago, sendo: acesso, pavimentação e a disponibilidade de áreas para implantação de projetos turísticos obtidos diretamente da parceria entre prefeitura e concessionária. O planejamento visa o rejuvenescimento do produto turístico e tem como principal foco incrementar o turismo no lago, desenvolver o turismo cultural, esportivo e de eventos.

Conforme a secretaria, a partir dos atrativos do município de Itá que foram eleitos como indutores, os investimentos poderão ser direcionados para os segmentos do turismo náutico, turismo religioso, turismo esportivo, turismo de saúde com a exploração das águas termais. Sendo que o turismo histórico e o recreativo são tidos como possíveis de ser desenvolvidos pelo município. Os projetos que se encontram em fase de avaliação (ocupação do entorno do lago, ciclovia, prainha, ampliação e reforma do parque termas, trapiche, mini cidade); em planejamento (Via 12 Estações – Nossa Senhora dos Navegantes, sinalização turística, Casa Rural, Águas Dançantes); e, em execução (espaço cultural multiuso) são considerados de máxima importância para o turismo.

5.2 O programa socioambiental da UHE Itá

Os planos e programas socioambientais elaborados e executados em regiões lindeiras podem ser definidos como um conjunto de medidas e ações que se destinam a: preservação dos recursos naturais em especial os hídricos, pela essencial função como fonte para geração de energia elétrica, de modo a promover a manutenção da atividade e as condições ambientais em níveis aceitáveis

socialmente; atender as exigências legais estabelecidas para o licenciamento ambiental com rendimento sustentado (TRACTEBEL, 2009)²⁷.

O Centro de Divulgação Ambiental – CDA representa fisicamente o Consórcio Itá, o espaço do CDA tem maior proximidade com os municípios limieiros e o objetivo de desenvolver programas ambientais direcionados aos municípios da área de influência da UHE Itá. Sua sede está localizada em Itá no estado de Santa Catarina. O CDA representa a usina hidrelétrica e é mantido pelo Consórcio Itá. Este consórcio foi formado pelas empresas privadas Tractebel Energia S.A, Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e Companhia de Cimento Itambé.

A política ambiental do consórcio atua sobre a conservação ambiental, administração e uso dos bens patrimoniais e as relações com a sociedade do entorno. Deste modo, tem como maior preocupação, legitimada nos programas do CDA, as relações com as questões ambientais. Com base nos instrumentos EIA/RIMA que constituem a política ambiental da concessionária em observância as bases legais e constitutivas federais. Tendo o total de vinte e três programas ambientais desenvolvidos e em desenvolvimento, resultando num acervo técnico disponível para pesquisas e estudos, à disposição da comunidade científica e local.

A descrição do programa desenvolvido pelo CDA está estruturada de acordo com o conteúdo teórico documental obtido no CDA pela pesquisadora, alguns destes dados estão disponíveis no portal eletrônico do consórcio. Os dados coletados são

²⁷ Texto extraído do caderno de Demonstrações contábeis dos exercícios de 2009 e de 2008, p. 25. “Essas premissas são aplicadas à gestão socioambiental da Companhia por meio de quatro diretrizes: **operacional:** maximizar a geração de energia observando o planejamento do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), preservando as condições ambientais e garantindo a segurança dos aproveitamentos;

- **ambiental:** gerar energia em observância às normas de segurança, ao uso racional dos recursos naturais e à preservação do patrimônio público;
- **patrimonial:** utilizar estritamente as áreas necessárias aos empreendimentos, realocar áreas remanescentes para uso social e ambiental, detectando e impedindo seu uso irregular; e
- **relacionamento com a sociedade:** participar da vida das comunidades localizadas nas áreas de influência dos empreendimentos, procurando identificar e satisfazer suas expectativas, disponibilizando mecanismos de comunicação abertos e permanentes.

Como reflexo de seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, a Tractebel Energia foi selecionada em 2009, pelo quinto ano consecutivo, para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, composta por ações de empresas com reconhecido compromisso com práticas de sustentabilidade e que apresentam os melhores desempenhos com relação à eficiência econômica, comunicação e relacionamento com seus públicos de interesse, responsabilidade socioambiental e governança corporativa”.

apresentados a partir dos critérios sustentáveis determinados por Sachs (2009), com base nas dimensões socioambientais:

a) Ambiental/ecológicos

As medidas compensatórias e de proteção determinadas pela legislação para o licenciamento ambiental incluem a criação de unidades de conservação em áreas remanescentes. O Parque estadual Fritz Plaumann localizado no município de Concórdia - SC faz parte desta determinação, protege 741 hectares da Floresta Estacional Decidual (Floresta do rio Uruguai) é administrado pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA/SC.

O Horto Botânico possui uma área de 2,25 hectares, implantado para a produção de espécies nativas da flora da região do Alto Uruguai. Possui a capacidade de produzir até cem mil exemplares ao ano que são distribuídas aos municípios do entorno. Com o objetivo de fornecer mudas da vegetação endêmica para recuperação de áreas degradadas e faixa ciliar do reservatório formado pela UHE Itá (figura 5). Entre as ações de pesquisa e produção o CDA produz mudas vegetais para recuperação da faixa ciliar do lago, educação ambiental com trilhas interpretativas e o projeto bosque de espécies nativas arbóreas do Alto Uruguai.

O projeto denominado Nossas Águas Nossas Vidas tem como base a educação ambiental de alunos da rede pública de ensino do entorno. O projeto desenvolve palestras de sensibilização junto aos recursos hídricos, material didático interativo, promove a participação dos alunos em pesquisas relacionadas à água e apresenta os resultados dos trabalhos realizados aos participantes.

Esta iniciativa segundo o CDA basicamente objetiva levar ao conhecimento da comunidade pesqueira, educacional e escolar, o mapeamento das espécies aquáticas do rio Uruguai. O programa mantém amplo material didático, exposição permanente de pesquisa e o acervo técnico, no CDA compilado através do projeto chamado Ictiofauna – que coleta os dados através de pontos de monitoramento e com visitas técnicas.

Este conjunto de práticas de uso dos recursos naturais compatíveis com a capacidade de regeneração, melhoria do meio ambiente, preservação das fontes podem ser incluídas nas dimensões sustentáveis acrescentando-se a estas a redução de poluentes nas áreas rurais e o uso de tecnologias eficientes que reduzam ou eliminem os desperdícios de recursos.

b) Espaço/territorial

A utilização das áreas as margens do reservatório deve ser de acordo com a distância determinada no plano diretor da UHE Itá, mas em determinados pontos balneáveis do município de Itá foi permitida o uso e a formação de praias artificiais para a exploração do turismo e do lazer (figura 7, 9).



Figura 8 - Imagem de placa às margens do lago da UHE, em Itá/SC.
Fonte: a autora, 2010.

A prainha serve de atracadouro, ancoragem de barcos e local de recepção para o turismo no lago, com estrutura de atendimento e serviços (figura 8).



Figura 9- Imagem da praia artificial formada após construção da UHE, em Itá/SC.
Fonte: a autora, 2010.



Figura 10- Imagem de equipamentos para lazer no lago, em Itá/SC
Fonte: a autora, 2010.

Como ações de incentivo a educação, lazer e esportes, houve a ampliação da estrutura social e de apoio para os municípios de Aratiba, Itá e Mariano Moro. Com os incentivos considerados benéficos adquiridos pelo programa

socioambiental, os atrativos, como as torres da igreja submersa receberam iluminação e as praças locais foram revitalizadas, assim como a construção de estrutura para os mirantes destinados a observação do lago,

c) Político/econômicos

Em reconhecimento a importância do envolvimento da comunidade local no desenvolvimento do entorno, como garantia de manutenção e fiscalização do uso do lago a UHE oferece através de suas parcerias com entidades, apoio e orientação técnica aos proprietários rurais e empreendedores auxiliando no manejo do entorno. Estas ações possibilitam o controle do uso múltiplo do reservatório e a prevenção de impactos que ocorreriam sem os devidos conhecimentos ao desenvolver suas atividades.

O projeto do Consórcio Itá chamado Vizinhos do Lago foi uma iniciativa onde a empresa disponibiliza uma linha para comunicação direta com a empresa para ouvir e facilitar as reivindicações e anseios da comunidade a respeito do uso do entorno do reservatório, o atendimento através da linha verde está direcionado às questões ambientais e sociais dos municípios integrantes da área limdeira.

A política pública ou privada está impregnada em todas as ações propostas com princípios ambientais, territorial e social. Conforme Sachs (2009) se considera a política muito importante porque as outras dimensões necessitam da sua pilotagem para o processo de desenvolvimento com conservação da biodiversidade, através da dimensão política são elaboradas, executadas e gerenciadas as organizações e suas ações.

Para a manutenção das atividades produtivas e a consolidação do sistema de manejo de qualquer área, existe a necessidade do crescimento e retorno econômico. Para a sustentabilidade local, o retorno econômico determina que investimentos e incentivos sejam recursos eficientes para o aumento da produção, no entanto na região limdeira existe a incipiência de programas voltados a alternativas que promova retorno e crescimento econômico local.

O turismo é um exemplo destas atividades desenvolvidoras, porém ainda não se observa na maioria dos municípios lindeiros. Positivamente, algumas atividades desenvolvidas para obter retorno econômico atraem benefícios também em âmbito social, cultural e natural mesmo que indiretamente.

d) Sócio/cultural

A cultura rural é predominantemente forte na região lindeira (Figura 10), embora a maior ocupação ocorra na porção urbana de cada município os vínculos são mantidos através de costumes de consumo e de manifestações como festas que celebram o contato e a proximidade com a agricultura. A origem étnica local preserva a ligação com o meio rural através dos produtos coloniais das pequenas propriedades. Neste sentido estas tradições são pautas para a formação de programas que incentivem e valorizem o produto local agrícola e artesanal.



Figura 11 - Imagens de áreas rurais próximas ao lago, em Itá.

Fonte: a autora, 2010.

O programa socioambiental da usina privilegia a herança social e cultural de áreas atingidas, assim, partes do legado cultural que estavam presentes na arquitetura e nos objetos dos pioneiros da região, a partir de um resgate foram

abrigados em museus e casas que preservam a memória dos atingidos, agora presentes no meio urbano e em forma de atrativo cultural para o turismo, de forma que alguns traços da formação social e cultural foram mantidos por esta iniciativa.

A história da região do Alto Uruguai também compilada e retratada no livro “Itá Memória de uma Usina”, fazendo parte do acervo que registra a história da região lindeira, da memória local disponível para pesquisa histórico-cultural.

Como característica sustentável, o local deve promover a redução da disparidade social, soluções particulares, preservar as especificidades locais o que pressupõe novos paradigmas de crescimento, estimulando a cultura e investindo nas alternativas que permitam equidade no seu desenvolvimento.

5.3 Os benefícios do turismo para a UHE e entorno dos reservatórios

A partir da contextualização do turismo como fator determinante para o desenvolvimento local, foram identificados as produções científicas oriundas das áreas humanas, que versam sobre questões atreladas a relação entre turismo, desenvolvimento e UHE / reservatórios. Pela natureza desta pesquisa a busca pelas produções compreendeu bancos de teses e dissertações do Brasil, sendo que foram encontradas dissertações que abordam o tema na Universidade do Vale do Itajaí/SC, Universidade Regional de Blumenau e Universidade Caxias do Sul/RS.

No quadro 4, são identificados os títulos, autores, programas e instituições das dissertações encontradas.

Titulo	Autor	Programa	Instituição / Ano
Estudo das potencialidades turísticas do município de Itá, após a construção da usina hidrelétrica	HALL, K. F.	Mestrado em Turismo e Hotelaria	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI / 2004
Análise comparativa dos corredores turísticos no entorno do Lago de Itaipu no Brasil e Lago Llanquihue no Chile	FREITAS, A. C. N. da C.	Mestrado em Turismo e Hotelaria	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI / 2004
Desenvolvimento da atividade turística em bases sustentáveis: um estudo dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu	GROTH, D. V.	Mestrado em Administração	Universidade Regional de Blumenau - FURB / 2004
O uso turístico dos reservatórios de hidrelétricas: estudo dos terminais turísticos no Lago de Itaipu, Paraná, Brasil	PERTILLE, I.	Mestrado em Turismo	Universidade de Caxias do Sul - UCS / 2007

Quadro 4 - Produções científicas da UNIVALI, FURB e UCS.

Fonte: Dados de pesquisa (2010).

O turismo se consolida na região que apresenta potencialidades, a expressividade está nos aspectos naturais, históricos, culturais, ambientais e na qualidade de todos estes aspectos e da infraestrutura. A utilização dos recursos naturais tem se configurado pela diversidade ambiental, sociocultural e econômica, e pelas questões ambientais ou problemas.

Dentre os vários processos desenvolvidos para ordenar o uso sustentado, a atividade turística é uma alternativa viável para o desenvolvimento ordenado, agregado a diversidade dos recursos naturais. Na conceituação de Saravia (1991) o uso dominante acontece quando um prevalece sobre os outros, no caso das águas

todos os usos múltiplos estão sujeitos a exploração do recurso hídrico para determinada função.

A igualdade ou uso múltiplo dos recursos com igual oportunidade tende a ser racionalizado. Isso acontece muitas vezes pela falta de representação e mobilidade da comunidade, em grande parte também os programas e planos de desenvolvimento privilegiam setores de maior vulto para a economia local. Alguns estudos que contextualizam as atividades e infraestrutura no entorno de lagos ou reservatórios permitem verificar a forma como se dá o uso múltiplo, como um programa de desenvolvimento ambiental ou responsabilidade social pode influenciar no desenvolvimento do local através do turismo.

Para que o turismo seja uma opção para a comunidade alcançar a sustentabilidade, deve-se compreender o anseio, a vocação e a viabilidade local para o turismo. Procedendo de modo a determinar localmente onde a atividade será promissora, em consideração às comunidades reticentes a certos tipos de intervenção. Para Ruschmann (2004) um turismo viável acontece quando a comunidade ou a destinação desperta para o cuidado e a preservação do chamado produto turístico ou recursos.

Para Magalhães (2002, p.145) algumas questões básicas (adaptadas ao estudo) sobre o turismo devem ser pontuadas, como forma de identificar a viabilidade do turismo no local e se o mesmo acontecerá de maneira responsável:

1. A região apresenta potencialidades para o turismo?
2. Qual é a importância do turismo para a economia da região?
3. A comunidade participa da atividade turística?
4. A população aceita o desenvolvimento do turismo no município?
5. Os recursos humanos são aptos e suficientes?
6. Os investimentos necessários para melhorar a infraestrutura turística se justificam?
7. O desenvolvimento do turismo limdeiro agrega valor à região?
8. O município tem condições de promover medidas de proteção dos seus potenciais natural, histórico e cultural?

O turismo no município de Itá/SC acontece após a construção da UHE, assim como na região lindeira composta pelos onze municípios lindeiros (item 4.3). Alguns municípios da região possuem atrativos naturais como as águas termais com propriedades terapêuticas, fontes estas que estão também presentes e exploradas para o turismo em Itá; e, os atrativos culturais – devido à configuração do local decorrente da formação do reservatório e singularidades de cada município da região. Estes são dados pontuais que se constituem em diferencial da oferta e da atratividade. Em Itá o turismo é considerado um vetor de desenvolvimento local.

Conforme identificado no estudo (Quadro 4) de Hall (2004b), o turismo na região vem se desenvolvendo a partir da construção da usina, quando a transformação atingiu os moradores da antiga cidade arquitetando novos espaços para a população urbana e rural. Com uma gama de atrativos e infraestrutura turística, a atividade potencial do turismo teve sua viabilização a partir da formação do lago, da construção da usina e da injeção de investimentos nos setores produtivos. O planejamento da cidade e o desenvolvimento do meio rural, promissor para a atividade turística enquanto o lado urbano tem capacidade de suporte para a formação do trade, ressaltando o anseio da comunidade pela atividade.

O estudo comparativo realizado por Freitas (2004), entre os corredores turísticos do entorno das regiões lacustres que compreendem o lago de Itaipu no Brasil e o lago Llanquihue no Chile, demonstra duas conformações sociais e ambientais distintas que tem o turismo como base para o desenvolvimento regional do seu entorno. Com abordagem sistêmica cabe justificar a premissa básica de que o planejamento espacial e a conservação das paisagens urbanas e naturais, em específico dos corredores turísticos representam fatores que agregam valor aos destinos turísticos.

Tratado também como opção para o turista ter a percepção da identidade do lugar, fortalecendo a imagem do local e a contribuição para o desenvolvimento turístico regional. Os locais possuem cada um no seu espaço, roteiro integrado, fluxo turístico e infraestrutura própria a partir da formação dos lagos e do valor turístico que ele atribui ao local, refletindo na qualidade de vida e participatividade da população lindeira.

Quanto ao desenvolvimento da atividade turística em bases sustentáveis com estudo direcionado aos municípios lindeiros ao lago de Itaipu, no estudo de Groth (2004). Com enfoque sobre os arranjos produtivos locais, o autor analisa os esforços e recursos locais e sua inserção nos projetos turísticos, considerados indutores do desenvolvimento sustentável regional e localmente, em cada município lindeiro.

Alguns resultados demonstrados apontam que a atividade turística ao explorar os recursos naturais de forma integrada pode fomentar o arranjo produtivo local. De modo que possibilita o desenvolvimento com vias à sustentabilidade, por meio de programas socioambientais desenvolvidos em cooperação e ações conjuntas entre atores sociais dos municípios lindeiros. Neste estudo pode-se destacar a importância das parcerias para a determinação do potencial das atividades desenvolvidas para o turismo.

No estudo realizado por Pertille (2007) sobre o uso turístico dos reservatórios de hidrelétricas e atividades recreativas, desenvolvidas nas áreas destinadas ao turismo na margem brasileira do lago de Itaipu, fica determinada como condições para o uso múltiplo a adequação às características naturais do local. Seja para a necessidade de ordenar a ocupação, ou uso da margem do lago para o turismo. São dados aportes para a proposta da implantação de capacidade de carga, a sensibilização e educação ambiental para a população que empreende neste meio. A autora considera o manejo de resíduos e a qualidade do balneário como fator positivo.

Neste estudo são demonstrados que mesmo se tratando de áreas que estão sob o rigor da legislação que garante o uso múltiplo das águas pode haver sinais de saturação e até declínio da atividade turística. Cabe ressaltar que mesmo o turismo sendo um instrumento para o desenvolvimento local/regional deve-se considerar os impactos que a atividade provoca ou a atividade turística estará apenas acarretando ao meio ambiente os efeitos que julga minimizar.

5.4 Discussão dos resultados

Como o resultado da análise demonstra as transformações do entorno da UHE e não somente, pois as mudanças vem ocorrendo em escala global na ordem ambiental, social, cultural, política, institucional, legal e econômica em um curto espaço de algumas décadas. Desde que o mundo segue acelerado em avanços tecnológicos, crescimento econômico e desigualdade social, também se depara com os momentos mais críticos das questões ambientais. Portanto a adoção de nova postura ante a evolução dos efeitos negativos, a busca do equilíbrio começa a ganhar adeptos angariando alternativas, e uma delas pode ser o turismo.

O cenário apresentado pelo setor energético sobre os recursos hídricos demonstra a fragilidade dos recursos ambientais, ainda que sob uma legislação rígida, tanto que a comunidade científica mundial vem enfatizando os danos causados pela formação de represas. Estas são razões para a adoção das alternativas consideradas paradigmas do desenvolvimento em contrapartida ao uso dos recursos naturais, patrimônio de todos. A defesa dos interesses e direitos ao patrimônio em todas as suas dimensões, incluindo também os bens intangíveis que são impossíveis de mensurar e, portanto compensar.

O uso indiscriminado dos recursos hídricos torna-se uma preocupação constante para as usinas hidrelétricas, pois a ocupação das margens dos reservatórios influencia na qualidade e quantidade das águas das barragens. São os planos e programas ambientais que permitem a gestão ambiental e patrimonial, orientação ao uso múltiplo, a otimização dos recursos e a conservação da qualidade das águas, garantindo a usina hidrelétrica o exercício de sua função que é potencializar o aproveitamento hidrelétrico.

A elaboração e execução de programas socioambientais existem para cumprir as medidas previstas pelos aspectos legais, sendo que o maior motivo para uma empresa manter um programa ambiental ou de responsabilidade social é a melhoria da gestão patrimonial e ambiental do empreendimento. Neste caso, a contribuição para a preservação dos recursos hídricos, a regeneração da qualidade ambiental, desenvolvimento sustentável da área de influência, melhoria nas relações de uso do

reservatório, estão em segundo nível de importância, condicionados ao motivo maior (SOARES, 2005).

Os programas socioambientais são considerados importantes quando o uso múltiplo torna-se mais significativo para a região ou abrem a prerrogativa ao empreendimento decorrente de determinadas atividades de interesse comum, como abastecimento, irrigação, navegação, segundo Soares (2005). O uso múltiplo das águas é considerado, muitas vezes, de pouca contribuição ao desenvolvimento econômico quando relacionado ao lazer, recreação, pesca esportiva, esportes náuticos, navegação para recreação.

Para a finalidade de geração de energia são necessárias obrigações legais, estruturação interna, qualidade nos recursos e planos ambientais. Assim elaborar programas que envolvam demais usos dos reservatórios demandaria o convencimento da empresa de energia quanto à importância do aprofundamento nas relações entre os atores sociais do entorno e maior abrangência na sua atuação.

A atividade turística vem sendo considerada de extrema importância no contexto ambiental, social e econômico pela comunidade acadêmica, visto as produções aqui apresentadas. É possível ao turismo se desenvolver e atuar em áreas com economia predominante advindas de diversos setores produtivos tradicionais, como a agricultura, energia hidrelétrica, entre outros. Esta capacidade da atividade em interagir e compartilhar permite a sua inserção a outros campos de conhecimento, técnico e produtivo, compartilhando valores endógenos à comunidade e aos recursos que o local possui.

A utilização de recursos hídricos para a geração de energia elétrica representa uma das responsabilidades estratégicas no desenvolvimento do país, tendo como premissa básica que a economia depende em grande parte do aproveitamento adequado, do potencial hidrelétrico e do parque gerador de energia para o seu crescimento. São investidos recursos e tecnologia nesta matriz energética. Um dos custos mais significativos desta implantação ocorre sobre o meio ambiente, segundo Passos (2004) todas as atividades econômicas provocam impactos benéficos e maléficos na sua região de influência.

Para o funcionamento de uma usina hidrelétrica os impactos ocorrem assim como na realização de outras atividades, a agricultura, por exemplo, porém os efeitos sobre o meio ambiente vão depender da intensidade e o grau de interferência desta atividade no local. Na UHE o impacto é relativo ao tamanho do reservatório, à capacidade de energia gerada por suas turbinas e os recursos do ambiente onde está instalado o empreendimento, o que implica em grandes e sérias modificações do recurso natural incidindo diretamente sobre o recurso hídrico. A partir de um histórico de impactos gerados e da compreensão das questões ambientais, em parte pela pressão social, o setor hidrelétrico e outros setores passaram a empregar medidas²⁸ para minimizar os efeitos negativos.

Para o uso dos recursos naturais, as medidas regulatórias que passam a ser observadas pelas UHE, considerando as especificidades socioambientais, a competência e a responsabilidade de sua atuação, envolvem programas de indenização, mitigação e compensação. É notadamente ínfima a quantidade de programas socioambientais de uso múltiplo de recursos como águas e solo, que incluem o turismo na perspectiva de desenvolvimento local perto do grande número de empreendimentos geradores de impactos.

Sendo que o turismo além de agregar diversas atividades de relevância no contexto local ou regional, pode beneficiar o empreendimento com a conservação e valorização do bem patrimonial. No entorno pode beneficiar e manter pequenas e médias propriedades e seus recursos (agrícola, pecuária, avícola, silvícola, piscicultura e maricultura) na forma de produtos coloniais, tradicionais ou livre de resíduos químicos. As produções e atividades associadas à cultura, a religiosidade,

²⁸ Sob a égide da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, através do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA em forma de Lei nº6.938/81 através do Decreto 988.351/83 que torna a Avaliação de Impactos Ambientais – AIA um pré-requisito para o licenciamento ambiental, apresentado pelos Estudos de Impactos Ambientais em Relatório de Impactos Ambientais – EIA/RIMA. A homologação do licenciamento está sujeita a Lei nº 7.804/89 que atribui ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA a responsabilidade de proceder à licença, a empreendimentos que as atividades cujos impactos ambientais ultrapassem os âmbitos local, regional e nacional. Lembrando que é através deste instrumento regulatório que são eleitas a ação preventiva, mitigatórias e compensatórias e assim elaborados os programas socioambientais das concessionárias, devendo prever ainda o plano diretor da usina, submetido as diretrizes do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. Os programas socioambientais elaborados sob a disposição da lei, de forma multidisciplinar e multifuncional, das especificidades social, ambiental e local sobre o uso múltiplo das águas, solo e florestas.

natureza e à pesca artesanal formadas pelo indivíduo, grupos, cooperativas e associações de interesse.

Parte da dificuldade em empreender o turismo de forma sustentável de acordo com Ruschmann (2004, p.74), implica no grande número e diferentes setores que a atividade engloba. Trata-se de um aglomerado de agentes, investidores e culturas diversificadas focados prioritariamente na “oferta de produtos tangíveis e intangíveis”, isso requer circunstâncias específicas para o alcance do desenvolvimento integrado. O desenvolvimento local, sendo turístico ou não turístico, envolve um conjunto de iniciativas individuais tomadas no sentido global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado reuniu evidências em torno da prioridade ao direito da sociedade de ser compensada. Através da análise dos programas socioambientais, elaborados para o entorno e área de influência dos reservatórios de UHE, por sua complexidade evidente na limitação e especificidade do tema, pode ser identificadas as tendências a seguir para a elaboração de futuros programas. Com a realização desta pesquisa e por conta dos resultados de buscas sobre o tema, anterior à decisão pela UHE Itá como objeto de estudo, ficou evidente a quantidade irrisória de programas socioambientais elaborados e/ou implantados efetivamente, apesar do dever da UHE estar amparado em medidas e aspectos legais garantidos em Constituição e legislação pertinente.

Cabe ressaltar o cumprimento dos objetivos deste estudo, desenvolvidos e apresentados nos capítulos. Sendo que o primeiro objetivo: contextualizar o turismo em áreas de uso múltiplo do entorno de reservatórios está registrado no capítulo 2. O segundo objetivo: identificar as iniciativas empreendidas para o desenvolvimento sustentável local com base nas medidas e aspectos legais de responsabilidade contidas nos programas socioambientais das concessionárias hidrelétricas, trabalhado nos capítulos 3 e 4.

No terceiro e quinto objetivo: analisar de modo geral as produções científicas no contexto de UHE, capazes de apontar o turismo enquanto alternativa para o desenvolvimento local; e, levantar dados empíricos sobre o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo na região, cujas considerações estão no capítulo 5. O objetivo quarto está relacionado ao quarto capítulo: inter-relacionar o turismo com as alternativas de desenvolvimento local e impactos socioambientais nas áreas sob influência da UHE Itá, apresenta o objeto de estudo e as relações do entorno da UHE, desde as atividades econômicas tradicionais até aquelas destinadas ao lazer e ao turismo.

Este trabalho teve como premissa referenciar-se na perspectiva do programa socioambiental da UHE Itá articulador e promotor do desenvolvimento local, tendo o

turismo como instrumento à indução do desenvolvimento socioambiental da área de influência do reservatório. De modo que considera o desenvolvimento local como um fator positivo para a questão ambiental, mas considera ainda mais o turismo enquanto alternativa para o desenvolvimento social e ambiental e defende a adoção do turismo nos programas ambientais em suas diretrizes. Aplicado a este estudo conforme Ruschmann (2004, p.109), o “desenvolvimento e o desenvolvimento do turismo em particular dependem da preservação da viabilidade dos seus recursos de base [...] de uma política ambiental e turística adequada”.

O turismo em uma região lindeira apresenta realidades distintas. Na primeira realidade, a atividade depende exclusivamente do lago, pois é seu principal atrativo. Neste caso a atividade turística acontece no reservatório, em balneários e praias artificiais, com estrutura de lazer, acontece quando a demanda da população local e dos municípios vizinhos se encontra distante do litoral e usufruem do lazer nas áreas do entorno. Portanto a atividade turística nestas áreas é sazonal. Na segunda realidade, o turismo é composto por atrativos e infraestrutura turística. Neste contexto a atividade beneficia outros segmentos econômicos, como o rural, cultural, náutico, religioso e eventos, pois estimula o desenvolvimento ao valorizar a cultura, a comunidade e os atrativos.

Neste contexto, buscou-se analisar o turismo enquanto alternativa de desenvolvimento socioambiental do entorno de usinas hidrelétricas, tomando como estudo de caso a UHE Itá/SC, cujo reservatório abrange onze municípios lindeiros na fronteira de dois estados (RS/SC). Com base na leitura e descrição do programa socioambiental da UHE Itá, foi possível observar suas ações direcionadas à questão ambiental ecológica do entorno, este direcionamento evidencia a mitigação, relegando as demais questões ao resultado desta.

De certo modo esta questão se torna favorável a comunidade local. O solo e recursos hídricos são essenciais para a população rural já que os sistemas agrícolas em muitas áreas do entorno dos reservatórios formam o contingente produtivo e econômico local. Mesmo que indiretamente certos grupos urbanos que se localizam próximos ao meio rural vem assumindo a cultura de consumo regional, as evidências são percebidas através do aumento da produção e número de agricultores familiares. Demonstrando assim que, está se formando um mercado de consumo

exclusivamente de produtos locais. A preocupação com a questão ambiental viabiliza ainda mais esta interdependência.

O enfoque do programa socioambiental, a ênfase econômica e sócio-cultural pode se constituir em representatividade cooperativa na inovação das atividades econômicas, serviços e processos produtivos rurais, com vias a redução de impactos sobre o solo, diminuição de riscos e perdas da produção através de investimentos em pesquisa e acesso a tecnologia. O crescimento do comércio e infraestrutura permitem a circulação e permanência do capital no local, estimulando o investimento interno. Como forma de agregar valor aos recursos hídricos, costumes e hábitos locais ao ser mantidos pode se constituir em caminhos à preservação do meio ambiente, pois comunidade e recursos naturais, pela própria relação de dependência podem sofrer das mesmas perdas com as modificações impostas.

A partir destas considerações sobre o turismo e a formação de alternativas pontuais de desenvolvimento socioambiental, são propostas para os programas das empresas concessionárias de energia:

- Estabelecer um vínculo genuíno entre moradores, urbano e rural, com o pequeno produtor. Os vínculos podem ser fortalecidos através do enriquecimento da força produtiva, da aquisição do produto local, da redução de atritos e discrepância sócio-cultural, da consciência ecológica para a preservação dos recursos naturais e atrativos, o respeito às tradições e a experiência;
- Permitir a continuidade da relação homem e natureza. O uso múltiplo singulariza as questões plurais da relação que a comunidade local tem com os recursos naturais. A simples regularização de certos métodos de uso torna o contato conflituoso, como nas atividades de pesca, banho, lazer, acesso livre ao rio e margens muitas vezes provido como ritual;
- Favorecer o planejamento integrado do local, privilegiando funções, talentos, vocações e infraestrutura da comunidade em consideração as necessidades e saberes locais. Uma vez que é necessário um corpo técnico para a formulação de ações e desenvolvimento de atividades

no âmbito da usina, é pertinente incentivar parcerias e lideranças que viabilizam as negociações e as decisões.

No processo de elaboração de um programa socioambiental, adequadamente se considera a participação de atores sociais cujos interesses representam a comunidade. Constata-se também a inquestionável importância dos programas socioambientais para a constituição de atividades turísticas no entorno dos reservatórios. Portanto torna-se fundamental que as especificidades do programa e a capacidade técnica sejam demonstradas em argumento e competência nas instâncias das organizações. Deste modo, sugere-se às concessionárias de hidrelétricas que se mobilizem no sentido de equiparar o entendimento sobre os objetivos dos programas, os temas a ser abordados para compor o escopo de suas ações e a responsabilidade dos atores sociais envolvidos, assim deve acontecer com o turismo e com todos os setores envolvidos com o entorno do reservatório.

De acordo com os objetivos deste trabalho, o turismo representa uma atividade potencial para o desenvolvimento das regiões lindeiras ao reservatório de UHE, de acordo com a especificidade ambiental e social local. Assim como o turismo ordenado e subsidiado pela concessionária pode se converter em valor agregado ao entorno, na conquista da população como conservadores da natureza, pois ao salvaguardar a qualidade das águas e margens e do patrimônio natural que circunda o reservatório, até mesmo por se tratar de um atrativo para a atividade turística, por consequência estará atraindo o sentimento de preservação também ao bem patrimonial do empreendimento.

Apesar das iniciativas da comunidade do entorno para organizar a atividade turística, o que requer maior definição sobre os segmentos que a região ou local deseja promover, existe a necessidade de maior integração entre os setores e atores sociais que estão direta ou indiretamente relacionados à atividade e a infraestrutura turística, para a orientação das modalidades possíveis a cada município da região de acordo com os atrativos locais.

A inclusão do turismo nos programas socioambientais tem garantias de retorno à UHE através da qualidade das águas do lago e do entorno, como já apresentado, da satisfação e parcerias locais. O desenvolvimento do turismo implica

no uso dos recursos hídricos e do entorno do lago, sendo que inadvertidamente a exploração da atividade sem planejamento pode acarretar impactos negativos ao meio dificultando o controle da qualidade dos recursos que a UHE necessita para o seu funcionamento sem custos excedentes na geração de energia.

Outro fato relevante que torna vantajoso à UHE Itá incentivar o desenvolvimento do turismo, através de planejamento e investimentos, é que ao proceder desta forma facilita o entendimento entre os atores sociais envolvidos sobre as pretensões de uso do entorno, o que demonstra à comunidade interesses mútuos no desenvolvimento de seus municípios. Na região do estudo, se identificou a existência de grupos e atores sociais que apostam no turismo para a implantação e realização de seus projetos, aguardando apenas um meio para maior interação e cooperação na redefinição de suas atividades econômicas.

O turismo não é uma atividade única que gera economia, mas para que ocorra sem interferências aos diversos elementos que compõe as demais atividades torna-se imprescindível a consonância com as mesmas. Portanto a necessidade de que se tenha maior atenção aos envolvidos com a atividade para que se contemplem os aspectos relacionados ao aproveitamento da potencialidade criada pelo reservatório, quer seja na elaboração de políticas públicas de incentivo proveniente da compensação financeira ou de parcerias entre governamentais ou não governamentais nos recursos para obras de uso múltiplo e de implantação de projetos.

Mesmo como todo o marco regulatório e o direito ao uso múltiplo das áreas do entorno de reservatórios, convém ao poder público e as lideranças intervir através de políticas públicas e intermediação nos processos decisórios quando da implantação de programas socioambientais pelas concessionárias de UHE, de modo que o turismo como atividade transformadora possa promover o desenvolvimento local.

Em síntese, foi possível destacar a importância do turismo para as comunidades do entorno de UHE e da atuação participativa dos atores sociais, seja em âmbito regional ou local, para a concepção da atividade turística com capacidade para promover e fortalecer as atividades tradicionais de uma localidade. É

importante esclarecer que este estudo teve o propósito de contribuir com a difusão da discussão do assunto, pois se espera que este seja mais um elemento na formação de juízo sobre o tema.

Como recomendação à continuidade de pesquisas futuras nesta temática recomenda-se a ampliação destas reflexões e aprofundamento de estudos multidisciplinares, com amplitude maior de informações e diferentes referenciais de análise no que se refere aos efeitos do turismo, sobre o desenvolvimento local do entorno de reservatórios e sobre a participação efetiva dos atores sociais representantes do turismo em todo o processo de formação de um programa socioambiental.

REFERÊNCIAS

ANSARAH, M. G. DOS R. Teoria geral do turismo. In: _____ (org.) **Turismo**. Como aprender, como ensinar, 2. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001, p.11-36.

ANTUNES, R. Desenvolvimento turístico: um olhar sobre as comunidades receptoras. In: RUSCHMANN, D; SOLHA, K. T. **Planejamento turístico**. Barueri, SP: Manole, 2000.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudança da Agenda 21. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

BARRETTO, M. As ciências sociais aplicadas ao turismo. In: SERRANO, C.; BRUHNS, H. T.; LUCHIARI, M. T. D. P. (Org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. 2ª Ed. Campinas: Papyrus, 2001.

_____. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papyrus, 1997.

BARROS, A; LEHFELD, N. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 11ª Ed. São Paulo: SENAC SP, 2006.

_____. **Como certificar o turismo sustentável**. Turismo em Análise. v. 14, n. 2, Novembro. São Paulo: 2003. p. 5-16.

_____. **Globalização do turismo**: megatendências do setor e a realidade brasileira. São Paulo: Aleph, 2003.

BERMANN, C. **Exportando a Nossa Natureza** – Produtos intensivos em energia: implicações sociais e ambientais. Rio de Janeiro: FASE, 2004.

BOEIRA, S. M. **Estudo da dinâmica territorial rural: a implantação da usina hidrelétrica Barra Grande no planalto sul catarinense**. 2006. 103p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC. 2006.

BOULLÓN, C. R. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BRASIL. Legislação. **Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH** (MMA). Brasília. 2009a. Disponível em <<http://www.cnrh.gov.br>>. Acesso em: 14/09/2009.

BRASIL. O turismo e o lazer e sua interface com o setor de recursos hídricos. Caderno de Recursos Hídricos. **Agência Nacional de Águas – ANA** (MMA). Brasília, 2005b. Disponível em <<http://www.ana.gov.br>>. Acesso em: 02/03/2009.

BRASIL. Fontes renováveis – Parte II. Energia Hidráulica. **Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL** (MME). Brasília. 2008c. Disponível em <<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em 02/03/2009.

BRASIL. Plano Nacional de Recursos Hídricos. Vol.4. **Agência Nacional de Águas – ANA** (MMA). Brasília. 2006d. Disponível em <<http://pnrh.cnrh-srh.gov.br/>>. Acesso em: 14/08/2009.

BRASIL. Licenciamento Ambiental Federal. **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA** (MMA). Brasília, 2009e. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/licenciamento/>>. Acesso em: 14/10/2009.

CARRERA-FERNANDEZ, J. O princípio dos usos múltiplos dos recursos hídricos: uma análise a partir da bacia do Rio Formoso no oeste baiano. **Revista Econômica do Nordeste**. v.31. Especial, novembro, Fortaleza: 2000. p.810-835.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 3ª Ed. São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 1983.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

COBOS, V. J. **As atividades turísticas e recreativas e o processo de transformação espacial em lagos artificiais de represas hidrelétricas – O caso de dos lagos Salto Osório e Salto Santiago no Rio Iguaçu – PR**. 2003. 134p. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria). Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2003.

COOPER, C. **Turismo princípios e práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CUNHA, L. **Economia e política do turismo**. São Paulo: McGraw Hill, 1997.

CRUZ, R. C. A. **Política de turismo e território**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 4ª Ed. São Paulo: Futura, 2000.

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa – teorias e abordagens**. 2ª Ed. Porto alegre: ARTMED / BOOKMAN, 2006.

DIAS, R. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DIEGUES, A. C. **Etnoconservação – novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

FARIA, D. S. de; CARNEIRO, K. S. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília: Editora UNB, 2007.

FEGER, J. E. **Turismo e desenvolvimento regional: o caso do meio oeste catarinense**. 2002. 159p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade Regional de Blumenau, Blumenau – SC, 2002

FENNELL, D. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

FERRETI, E. R. **Turismo e meio ambiente – uma abordagem integrada**. São Paulo: Rocca, 2002.

FREITAS, A. C. N. C. **Análise comparativa dos corredores turísticos no entorno do Lago de Itaipu no Brasil e Lago Llanquihue no Chile**. 2004. 154p. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú - SC, 2004.

GALLIANO, A. G. **O método científico – teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1986.

GIL, A. C.. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GROTH, D. V. **Desenvolvimento da atividade turística em bases sustentáveis: um estudo dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu**. 2004, 110p. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Regional de Blumenau. Blumenau/SC. 2004.

GRÜNEWALD, R. Turismo e etnicidade. **Revista Horizontes Antropológicos**. Ano 9. n° 20. Porto Alegre: UFRGS. 2003. p.141-159.

HALL, C. M. **Planejamento turístico**. Políticas, processos e relacionamentos. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2004a.

HALL, K. F. **Estudo das potencialidades turísticas de Itá após a construção da usina hidrelétrica**. 2004. 121p. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú/SC, 2004b.

HOFFMANN, M. G. **Avaliação de um programa de desenvolvimento regional participativo: o caso da região serrana de Santa Catarina**. 2005. 190p. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, 2005.

KASSEBOEHMER, A. L. **Restrições e impactos da legislação ambiental aplicada no Município de Guaraqueçaba – Paraná**. 2007. 144p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, 2007.

LAGE, B. G. **Economia do turismo**. 7ª ed. São Paulo: editora Atlas, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, A. L. **Impactos ambientais associados à usina hidrelétrica de Três Irmãos: o fenômeno de ação e reação**. Campinas, SP: 2003.

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Rocca, 2002.

MAFRA, F; SILVA, J. A. **Planeamento e gestão de território**. Porto, Portugal: SPI, 2004.

MOLINA, E. S; RODRÍGUEZ, A. S. **Planejamento integral do turismo**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

OLIVEIRA, F. **Aproximação ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

_____ **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PARENTE, A. **Indicadores de sustentabilidade ambiental: um estudo do Ecological Footprint Method do município de Joinville – SC**. 2007. 197p. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade do Vale do Itajaí. Biguaçu/SC, 2007.

PASSOS, M. **A raia divisória: geossistema, paisagem e eco-história**. Maringá/PR: EDUEM, 2006.

PELLIN, V. **A atividade turística como alternativa para promover o desenvolvimento local sustentável: o caso do município de Rio dos Cedros – SC**. 2004. 127p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Centro de Ciências Humanas e da Comunicação. FURB: Blumenau, 2004.

PERTILLE, I. **O uso turístico dos reservatórios de hidrelétricas: estudos dos terminais turísticos no lago de Itaipu, Paraná, Brasil**. 2007. 145p. Dissertação (Mestrado em Turismo) Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul/RS, 2007.

PERTILLE, I; LANZER, R. Turismo em reservatórios de hidrelétricas – uma reflexão sobre o múltiplo uso e os possíveis impactos ambientais. **IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Semintur**. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS, 2006.

PIRES, M. J. **Raízes do turismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2001.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____ **Turismo rural**. In: TRIGO, L. G. G. (ed.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

REIS, M. J. **Espaços vividos, migração compulsória, identidade**. Os camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Itá. 1998. 274p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 1998.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço**. Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____ **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável** – a proteção do meio ambiente. 11ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

SACHS. I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009

_____ **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SAMPAIO, C. A. **Planejamento para o desenvolvimento sustentável** – um estudo de caso e comparativo de municípios. Florianópolis: Bermúncia, 2002.

SÃO PAULO. Usinas hidrelétricas. Governo do Estado de São Paulo. **Biblioteca Virtual**, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br>>. Acesso em: 16 de março de 2009.

SARAVIA, O. M. N. *et al.* Contribuição ao estudo da aplicação do uso múltiplo no planejamento de florestas nacionais. **Revista Árvore**. nº 15 (3), Viçosa: 1991. p.224-240.

SCARPINELLA, C. A. **Porto primavera**: o paradigma de análise dos processos de decisão e implantação. 1999, 186p. Tese (Doutorado em Energia) Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 1999.

SCHWARTZ, P. **A arte da visão de longo prazo**. Planejando um mundo de incertezas. 3ª Ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2004.

SOARES, F. G. **Plano ambiental de conservação e uso do entorno dos reservatórios do setor elétrico: uma pesquisa usando o método DELPHI**. 2005. 195p. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

STRASSBURGER, L. **Uso da terra nas bacias hidrográficas do rio do Peixe (SC) e do rio Pelotas (RS/SC) e sua influência na limnologia do reservatório da UHE Itá (RS/SC)**. 2005. 80p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS. 2005.

TRIGO, L. G. G. **Turismo básico**. 5ª Ed. São Paulo: SENAC, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TULIK, O. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

VERGARA, F. E. **Suporte metodológico para a gestão estratégica de conflitos relacionados ao uso dos recursos hídricos**. 2007. 260p. Tese (Doutorado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) Faculdade de Tecnologia – UNB, Brasília, 2007.

WESTERN, D. Definindo ecoturismo. In: LINDBERG, K; HAWKINS, D. E. (org.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 4ª ed. São Paulo: SENAC, 2002.

YIN, R. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

Apêndice 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta é uma pesquisa de natureza acadêmica realizada para o Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí, você está sendo convidado a participar, como responsável pela temática em sua instituição, ficando claro o aceite ou recusa ao responder e remeter à pesquisadora este formulário com dados preenchidos.

A pesquisa tem como objetivo analisar os programas socioambientais desenvolvidos pela sua empresa / instituição, tendo a UHE Itá como objeto de estudo, no que se refere ao TURISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL.

A coleta de dados para a pesquisa será desenvolvida através de entrevista individual através do meio eletrônico, garantindo a privacidade e confidência da resposta e do nome do respondente. Os dados fornecidos serão analisados pela acadêmica Lourdes Pereira do Amaral, sob a orientação da Professora Dr^a. Dóris Van de Meene Ruschmann.

O (a) Sr (a) responderá o questionário expressando o contexto atual vivenciado pela sua empresa/instituição referente ao tema: Turismo e desenvolvimento socioambiental em relação à Usina Hidrelétrica Itá e sua área de influência, neste caso os municípios associados. Solicito que ao final verifique se todas as questões foram respondidas podendo acrescentar outras informações pertinentes ao tema em estudo, que eventualmente não foram abordadas neste instrumento de pesquisa.

A sua colaboração nesta entrevista é de suma importância para a realização da pesquisa, que pretende responder as questões pertinentes à temática por meio de análise dos dados obtidos, podendo contribuir com a comunidade acadêmica, Itaense e os estudos do turismo. A análise dos dados obtidos, caso seja solicitado, poderão ser enviados pela pesquisadora ao entrevistado após o término da pesquisa.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu,..... RG ou CPF....., concordo em participar do presente estudo. Fui devidamente informado e esclarecido sobre o projeto de pesquisa, os procedimentos nele envolvidos, assim como o valor científico de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data: _____
Instituição: _____
Atuação: _____
Formação: _____
Cargo Ocupado: _____

Agradeço a colaboração!

Apêndice 2 – Roteiro de entrevista aplicada aos representantes/líderes da comunidade local

- 1- O que é a sua entidade/instituição como força representativa para as comunidades dos municípios lindeiros?
- 2 – A sua entidade/instituição atua com o turismo em algum de seus projetos, quais?
- 3 - Qual é a relação de aproximação que a empresa concessionária da UHE mantém com a comunidade local através da entidade/instituição?
- 4 – Existem programas de desenvolvimento local que a empresa concessionária propicia a comunidade da área de influência da UHE Itá?
- 5 – Existem projetos em sua instituição sendo ou já desenvolvidos que recebeu e/ou recebe investimento direto da concessionária da UHE Itá? _____, quais dos itens abaixo foram contemplados, assinale por ordem de prioridade (1º, 2º, 3º).
() infra-estrutura () agricultura () turismo () manifestações culturais () comércio () esporte Outros? _____
- 6 - Que outras parcerias a entidade/instituição possui ou estão sendo articuladas?
- 7 - Em sua opinião qual é o papel do turismo no desenvolvimento das comunidades associadas?
- 8 – Você tem conhecimento de algum programa de turismo que trouxe melhores resultados ao desenvolvimento local, qual (is)?
- 9 – Quais são os atrativos, espaços ou produtos que a associação vislumbra como potencial turístico nos municípios associados ao entorno?
- 10 – De acordo com a vocação ou potencial dos municípios lindeiros há um segmento turístico eleito pelos associados como sendo indutor (es), qual (is)?
- 11 – A entidade/instituição percebe a iniciativa dos atores sociais público no processo do desenvolvimento do turismo? () sim () não
- 12 - Existe alguma política pública que incentiva o turismo nos municípios lindeiros? () sim () não Quais são os municípios? _____
- 13 – Como a entidade/instituição se beneficia das distintas regiões e microrregiões turísticas que os municípios estão inseridos para promover o turismo e o desenvolvimento integrado?
- 14 – A entidade/instituição tem o turismo como alternativa de desenvolvimento para os municípios lindeiros?

Apêndice 3 – Roteiro de entrevista aplicada a entidades do poder público local

- 1 - Quais são as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local que compreende o entorno da Usina Hidrelétrica Itá?
- 2 - Quais os setores públicos estão diretamente envolvidos?
- 3 - Existem parcerias entre órgão público e a empresa concessionária para o desenvolvimento do turismo no entorno da UHE?
- 4 - Quais as dificuldades encontradas na relação estabelecida?
- 5 - De que modo se dá a participação da comunidade local no processo de desenvolvimento turístico?
- 6 - Qual é a contribuição da compensação financeira para o desenvolvimento do turismo?
- 7 - Quais são os planos de incentivo para criação e apoio as atividades turísticas no local do entorno da UHE por parte da concessionária?
- 8 - Existe parceria com universidades, ONGs ou instituições para o planejamento e execução de programas de turismo no local, quais?
- 9 - Quais são os resultados atribuídos às parcerias que contribuíram diretamente para o desenvolvimento do turismo?
- 10 – O órgão de turismo possui conhecimento de programas de desenvolvimento local que a empresa concessionária propicia a comunidade de Itá, qual (is)?
- 11 – Existem projetos em sua instituição sendo ou já desenvolvidos que recebeu e/ou recebe investimento direto da concessionária da UHE Itá? _____, quais dos itens abaixo foram contemplados, assinale por ordem de prioridade (1º, 2º, 3º).
() infra-estrutura () agricultura () turismo () manifestações culturais () comércio () esporte
() outros, qual (is)?
- 12 - Quais são os atrativos, espaços ou produtos que o órgão de turismo municipal vislumbra como potencial turístico?
- 13 – De acordo com a vocação ou potencial do município há um segmento turístico eleito pelos atores sociais Itaense como sendo indutor (es), quais?
- 14- Em que estágio se encontra os projetos e qual foi eleito prioritário para o turismo local? Indique a fase que se encontra (1- planejamento / 2- execução / 3- análise/avaliação / 4- concluído) e o grau de importância, classificando (1 máxima / 2 considerável / 3 mínima)

PROJETO	FASE	Importância
Pavimentação da via no entorno do lago		
Via 12 estações – N. S. dos Navegantes		
Ciclovía		
Sinalização turística		
Prainha		
Ampliação do Park Thermas		

15 – Outras informações relevantes ao turismo como alternativa de desenvolvimento socioambiental para o município de Itá?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)